

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROBERTA GUIMARÃES TEIXEIRA

**NA *PENNA* DA IMPRENSA PROFESSORAS E PROFESSORES
PRIMÁRIOS DO SÉCULO XIX (1852-1888): CONTRIBUIÇÕES AOS
ESTUDOS DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

RIO DE JANEIRO

2010

ROBERTA GUIMARÃES TEIXEIRA

**NA *PENNA* DA IMPRENSA PROFESSORAS E PROFESSORES PRIMÁRIOS DO
SÉCULO XIX (1852-1888): CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DA
FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Nailda Marinho da Costa Bonato

RIO DE JANEIRO

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ROBERTA GUIMARÃES TEIXEIRA

**Na *penna* da imprensa professoras e professores primários do século XIX
(1852-1888): contribuições aos estudos da feminização do magistério**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____ / ____ / ____.

Professora Doutora Nailda Marinho da Costa Bonato – UNIRIO
Orientadora

Professora Doutora Alessandra Frota Martinez de Schueler – UFF
Titular externa

Professora Doutora Angela Maria de Souza Martins – UNIRIO
Titular interna

Professora Doutora Vera Lucia Gaspar da Silva – UDESC
Suplente externa

Professora Doutora Dayse Martins Hora – UNIRIO
Suplente interna

Dedico a todas *as mulheres da imprensa feminina* de outrora pela fonte de exemplificação e de inspiração e, a uma mulher em especial, *minha mãe Neyde*, por toda luta para estudar e formar-se professora, enfim por todo o esforço de sua vida.

AGRADECIMENTOS

Tantas pessoas, tantos momentos, tantos lugares me vêm a memória nesse momento tão sublime de fechamento de um ciclo para se iniciar outro.

Agradeço a Deus por conceder-me a vida e permitir-me continuar a realizar os meus sonhos, após a descoberta e tratamento de um câncer. A todos os inúmeros amigos invisíveis que me apoiaram e me fortaleceram do início ao fim dessa dissertação.

Aos meus familiares e amigos, pela compreensão e apoio, na ausência e na presença. Em especial, ao meu marido Rui, a minha filha Gabriela, a minha mãe Neyde e a minha amiga-irmã Érica pelo companheirismo e paciência em todos os instantes. À minha ajudante do lar Cláudia pelo apoio e colaboração sem precedentes. À minha sogra Maria da Conceição, por ter ficado mais próxima de mim nesse ano de 2010 e por todo o auxílio prestado nessa reta final.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Nailda Marinho da Costa Bonato, por permitir a minha participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB) e, seguidamente, no Núcleo de Estudo - Tempos, Espaços e Educação Integral (NEEPHI). Também agradeço sua competência, suas orientações e sua dedicação, sobretudo, nos meses que antecederam essa defesa.

Às Professoras Doutoras da Banca Examinadora: Prof^a Dr^a Alessandra Frota Martinez de Schueler, Prof^a Dr^a Angela Maria de Souza Martins, Prof^a Dr^a Vera Lucia Gaspar da Silva e a Prof^a Dr^a Dayse Martins Hora pelas colaborações e ensinamentos precisos para o aprimoramento dessa investigação.

Aos colegas do Mestrado da turma 2008, especialmente, o amigo Alexandre Ribeiro Neto, pelas discussões e contribuições aos meus textos, como também aos colegas Maria Inês Pereira Guimarães, Delma Marcelo dos Santos e Robert Lee Segal pelo coleguismo e incentivo em momentos ímpares do curso.

Às chefes Prof^a Alda Montes Penha e a Prof^a Marcia Pinheiro e as minhas colegas do Departamento de Inspeção Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis, principalmente, as amigas Prof^a Ana Paula, Prof^a Glória Kátia e, recentemente, a Prof^a Eliane Morato, por todo amparo nos momentos em que precisei estar ausente do trabalho por conta dessa pesquisa.

A minha psicóloga Cláudia Ribeiro pelas orientações decisivas para reconhecer-me como pessoa e para a escolha em cursar esse Mestrado em Educação. Aos meus terapeutas de plantão: Walquíria, Sebastião, Bruno, Heloísa e Renata que não pouparam esforços para me deixar de pé, com saúde e encorajada para continuar a escrever esse texto. Da mesma forma, não posso deixar de agradecer ao meu "refúgio de estudo" na sala de leitura da Universidade Estácio de Sá da Ilha do Governador.

Sem eles não conseguiria chegar até esse momento. Os meus sinceros agradecimentos!!

Dignissima Redactora em Chefe do Jornal das Senhoras.

Domingo passado continhão as columnas do *Novo Correio de Modas* um artigo intitulado—*A Emancipação das Mulheres*. Como fui eu a primeira que fallei na Emancipação moral da Mulher, sempre que uma penna estúpida ou mal intencionada pretenda manchar, torcer ou desfigurar as minhas doutrinas, eu levantarei a luva de desafio e sustenterei principios reconhecidos hoje e outr'ora pelas sociedades civilisadas,

(*O Jornal das Senhoras*, 1852)

Avante, pois, minhas patricias! a penna seja nossa arma.

Pedimos ás nossas collaboradoras que seus artigos sejam assignados,

(*O Sexo Feminino*, 1873)

A nossa penna é muito fraca; mas não nos cansaremos de prestar a este grande desideratum, o incentivo de um publico e bem marcado patrocínio, tanto quanto cabe no ambito de nossos esforços debeis.

Não imitemos desde logo a Franca de hoje: mas tomemos por ponto de partida do regimen francez de 1860. É então, a mulher na ordem publica muito menos favorecida do que na actualidade, era já admittida a diversos cargos publicos.

(*A Família*, 1888)

Como tudo isto dóe, como tudo isto inutilisa e mata!

O *chronista* do *Ensino Primario* sente que está ao escrever estas linhas n'um dos seus dias tristes, e que a penna que corre sobre o papel neste momento, é embebida no fel da desesperança, na tinta negra da amargura e do desgosto.

(*O Ensino Primário*, 1885)

RESUMO

Esta pesquisa teve como questão central refletir como os discursos da imprensa feminina do século XIX, da cidade do Rio de Janeiro, contribuíram para o processo de *feminização do magistério primário*. A proposta se justificou, pois estudos recentes indicaram, na segunda metade do século XIX, a partir de uma diversidade documental, a existência de múltiplas identidades, trajetórias e experiências femininas que concorreram para o reconhecimento das mulheres como atuantes na invenção do Brasil e na sua consideração como sujeito/objeto da reflexão histórica. Foi utilizado como aporte teórico-metodológico os autores da História da Educação Brasileira (GONDRA e SCHUELER, 2008; FERNANDES, XAVIER, CARVALHO, 2007; VIDAL, 2006, 2005; LOPES, FARIA FILHO, e VEIGA, 2000), articulados com a categoria de representação de Chartier (2009; 2003; 1996; 1991; 1990) e de gênero (DEL PRIORE, 2001; SCOTT, 1992; SOIHET, 1997; LOURO, 1997; PERROT, 1998; 1991, 1989). Na pesquisa documental realizada em acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro foram localizados quatorze periódicos femininos do século XIX. Desse montante, quatro impressos apresentaram informações relevantes a respeito das professoras e dos professores primários. Foram eles: *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Família* (1888-1897) e *O Ensino Primário* (1884-1885). A partir dessa seleção foi possível estabelecer o tempo histórico, que compreendeu o ano inicial de publicação d'*O Jornal das Senhoras* e do jornal *A Família*, ou seja, de 1852 a 1888. Foram consideradas as condições do surgimento, as formas da materialidade dessa imprensa escrita e/ou destinada às mulheres bem como os seus sujeitos. Privilegiou-se olhar na *penna* das mulheres escritoras, representações dos papéis sociais instituídos por elas como mães-educadoras e missionárias que, posteriormente, passou também a representá-las na figura da professora primária. Por fim, essa investigação possibilitou o reconhecimento da luta e da resistência das mulheres para se estabelecerem profissionalmente e desvelou alguns dos embates entre professoras e professores do magistério público primário nos anos finais do Império, que contribuíram para o entendimento do processo de *feminização do magistério*.

Palavras-Chave: Imprensa Feminina; Professoras e Professores Primários – Século XIX; Rio de Janeiro; Feminização do Magistério Primário; História da Educação Brasileira.

ABSTRACT

This research was principal question how as the speeches female's press the 19th century, the city of Rio de Janeiro, contributed in the process the *primary teaching feminization*. The proposal is justified, because new studies suggest that in the second half of the 19th century, from a diversity of documentary, the existence of multiple identities, the course and female experiences that contributed to the recognition of women as a subject in fabrication of Brazil and its consideration as subject/object of historical reflection. This research has theoretical-metodological support thought current the Brazil Education History: GONDRA e SCHUELER, (2008); FERNANDES, XAVIER, CARVALHO, (2007), VIDAL, (2005) e (2006); LOPES, FARIA FILHO, e VEIGA (2000), articulated with the representation category proposed by CHARTIER (2009; 2003; 1996; 1991; 1990) and gender (DEL PRIORE, 2001; SCOTT, 1992; SOIHET, 1997; LOURO, 1997; PERROT, 1998; 1991, 1989). In documental research developed public archive the city of Rio de Janeiro were located fourteen women's newspaper. The amount only for newspaper had relevant information about the women's how primary teacher e with information for the possible knowledge the process the primary teaching feminization, the were: *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Família* (1888-1897) writtem originality by women's, and o *Ensino Primário* (1884-1885) writtem by primary teachers. From this selection was established the historical period, which understood the beginning of the publication d' *O Jornal das Senhoras* and *A Família* newspaper, the period were 1852 until 1888. Were considered the conditions of existence the forms of materiality such written press and/or intended for women as well as its subject. Give greater focus in handwriting the women writers, representations of social roles imposed by them as mothers-educators and missionary. Subsequently, also represents the figure of the primary teacher. Finally, this research has enabled the recognition of the struggle and resistance of women themselves professionally and discovered some discussions between female teachers and male teachers teaching in public primary school in the final years of the Empire, that contributed to the understanding process the primary *teaching feminization*.

Key-Words: Women's press; female teachers and male primary teachers; 19th century; Rio de Janeiro; teaching feminization; History of Education in Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Impressos editados ou dirigidos às mulheres no Rio de Janeiro do século XIX	19
Tabela 2	Impressos editados ou dirigidos às mulheres listados por Buitoni (1981)	27
Tabela 3	Ficha de descrição d' <i>O Jornal das Senhoras</i> (1852-1855)	31
Tabela 4	Ficha de descrição do jornal <i>O Sexo Feminino</i> (1873-1889), posteriormente, <i>O Quinze de Novembro do Sexo Feminino</i> (1889-1896)	38
Tabela 5	Ficha de descrição do jornal <i>A Família</i> (1888-1897)	46
Tabela 6	Ficha de descrição da revista <i>O Ensino Primário</i> (1884-1885)	63

LISTA DE FIGURAS:

O retrato das mulheres do jornal *A Família*

Figura 1 e 2	<i>Josephina Álvares de Azevedo</i> (1851-189?)	51
Figura 3 e 4	<i>Prisciliana Duarte de Almeida</i> (1867-1940)	53
Figura 5:	<i>Narcisa Amália de Campos</i> (1852-1924)	55
Figura 6	<i>Ignez Sabino Pinho Maia</i> (1853-1911)	56
Figura 7	<i>Anália Emilia Franco</i> (1856-1919)	57
Figura 8	<i>Maria Amélia de Queiroz</i> (Séc. XIX)	59
Figura 9	<i>Mlle. Marie Rennotte</i> (1852-1942)	60

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE FIGURAS	ix

INTRODUÇÃO *Itinerários Reflexivos*

1. O lugar da pesquisa é o lugar da pergunta ou o lugar da pergunta é o lugar da pesquisa?	01
2. O que me levou a buscar essa temática?	03
3. Quais as questões para a problematização do processo de feminização do magistério primário?	07
4. Qual o percurso teórico-metodológico a ser utilizado?	11

CAPÍTULO I *Entre jornais e revistas: o trabalho de seleção das fontes documentais nos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro*

1.1 As idas e vindas aos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro	18
1.2 A imprensa feminina do Oitocentos: uma história a ser escrita	24
1.3 A imprensa feminina escrita por mulheres	29
1.3.1 O <i>Jornal das Senhoras</i>	30
1.3.1.1 As mulheres editoras d' <i>O Jornal das Senhoras</i>	33
1.3.2 <i>Jornal O Sexo Feminino</i>	37
1.3.2.1 <i>D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz</i> , editora d' <i>O Sexo Feminino</i>	43
1.3.3 <i>Jornal A Família</i>	45
1.3.3.1 A plêiade de jovens intelectuais do jornal <i>A Família</i> ...	50
1.4 A imprensa escrita por homens: o exemplo da revista <i>O Ensino Primário</i>	62

CAPÍTULO II *Na penna da imprensa feminina a figura das mulheres como mães-educadoras*

2.1 Considerações Preliminares	70
2.2 O contraponto entre as representações de mulheres e de homens no Oitocentos	72

2.3 Na <i>penna</i> da imprensa: a defesa dos direitos femininos.....	78
2.3.1 Louis Aimé Martin e os fundamentos das mulheres como mães-educadoras	83
2.3.2 As mulheres como representantes de Deus na terra: o papel emblemático da religião católica	87
2.4 A reivindicação para o acesso e a melhoria da educação para as mulheres	91
CAPÍTULO III Professoras e professores do <i>ensino primário na penna da imprensa</i>	
3.1 Na trilha investigativa sobre as fontes: o magistério primário na imprensa escrita por professoras e professores	101
3.2 A constituição da escola pública brasileira e a educação destinada às meninas	103
3.3. Entre o ofício e a institucionalização da formação docente	111
3.3.1 Diferentes propostas para a formação de professores	114
3.4 Os embates na imprensa sobre a função e o ingresso de professoras e professores no magistério público primário	120
3.5 A transformação do magistério primário numa carreira feminina: algumas reflexões para o entendimento da <i>feminização do magistério</i>	127
Considerações Finais	132
Referências: Bibliográficas	137
Documentais	146
Eletrônicas	146
Apêndice	149

INTRODUÇÃO

Itinerários reflexivos¹

1. O lugar da pesquisa é o lugar da pergunta ou o lugar da pergunta é o lugar da pesquisa?

Em meio às fontes e imersa em tantas perguntas, indaguei se o lugar da pesquisa é o lugar da pergunta ou se o lugar da pergunta é o lugar da pesquisa? Por onde começar? Um dos possíveis encaminhamentos para iniciar o debate foi a necessidade de ultrapassar a mera descrição documental, como sinalizou Saviani (2004, p. 05) "[...] as fontes históricas não são a origem do fenômeno histórico, não são as fontes da história", somente se constituem em fontes de pesquisa a partir da indagação do pesquisador, considerando que são os procedimentos metodológicos aliados a um referencial teórico e a sua conseqüente problematização que transformam as fontes em objetos de pesquisa. Esse foi, sem dúvida alguma, um dos primeiros desafios que tive durante a pesquisa como também o movimento contínuo de interrogação e reflexão sobre as questões ditas e, até mesmo, ainda não ditas, no campo da História da Educação sobre a temática de estudo.

Quando formulei as primeiras questões dessa investigação, tendo em vista buscar entender o processo de *feminização do magistério primário*², pensava que havia tido um conhecimento razoável diante da bibliografia estudada na graduação em Pedagogia (ALMEIDA, 1998b; DEMARTINI e ANTUNES, 1993; CAMPOS e SILVA, 2002) e da experiência como bolsista de iniciação científica³, porém, no decorrer dos estudos, fui percebendo que mais do que buscar certezas deveria elaborar perguntas. Então, diante das fontes encontradas na pesquisa exploratória, foram surgindo algumas perguntas: Qual a herança histórica da *feminização do magistério primário*? Será que a sua constituição teve

1 Os itinerários reflexivos foram utilizados na introdução dessa dissertação com os seguintes objetivos: (1) refletir sobre os desafios da pesquisa e (2) auxiliar na organização do problema, do objeto, das fontes e da minha própria forma de escrever.

² Utilizei a terminologia professor(a) do magistério primário utilizada no século XIX, atualmente considera-se como professor(a) do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

³ Participei, ora como bolsista IC/UNIRIO, ora como bolsista PIBIC/CNPq, do projeto de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Souza Martins (UNIRIO) intitulado: *Resistência ou decadência? Análise histórico-sócio-cultural do trabalho docente no Rio de Janeiro* (MARTINS, 2001).

origem na institucionalização da formação docente? Foi uma tarefa árdua que me exigiu muito tempo de pesquisa.

Outro desafio foi a escolha da imprensa feminina, dirigida e pensada *por e para* mulheres (BUITONI, 1990; HAHNER, 1981) como fonte privilegiada, associada a outras fontes documentais como Obras Raras, Leis e Regulamentos, contemporâneos dessa imprensa. Inquietava-me saber: Quem fala e para quem falam os impressos femininos? Que conteúdos vinham neles publicados? Que período dessa imprensa utilizar para marcar os limites da pesquisa?

A investigação, no princípio, previa como recorte temporal o final do século XIX e início do século XX, períodos normalmente utilizados em diferentes pesquisas que tiveram a imprensa feminina ora como objeto, ora como fonte (ALMEIDA, 1998a; BICALHO, 1989, 1988; BUITONI, 1990; 1981). Todavia, na realização da pesquisa exploratória, nos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro, verifiquei uma enorme quantidade de jornais femininos editados por mulheres ou para elas dirigidos no período de 1832 a 1897. Após esse levantamento, optei como tempo histórico inicial da pesquisa a segunda metade do século XIX pensando ser uma decisão final. Porém, a continuidade do processo de pesquisa demonstrou que não.

Em seguida, deparei-me com mais um desafio: a busca de pesquisas historiográficas sobre professoras e professores primários no Rio de Janeiro do século XIX. Carvalho (1999) na apresentação do livro *Tempos de escola: fontes para a presença feminina na educação*, de Maria Lúcia Hildsdorf apontou como questão saber “quem eram as meninas que freqüentavam escolas no século XIX”, indicou também não saber “sobre suas professoras e professores”, o que segundo ela são “informações imprescindíveis para fundamentar afirmações sobre um processo crescente de escolarização das mulheres nos últimos cem anos”, assim como “para compreensão de uma possível feminização do magistério e seus significados” (CARVALHO, 1999, p. 5). É nesta direção que a pesquisa de Sá e Rosa (2009) intitulada *A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica*⁴ demonstrou como um das primeiras necessidades nas pesquisas que

⁴ Essa investigação faz parte do projeto de pesquisa: *Escolarização, culturas e práticas escolares: investigações sobre o processo de escolarização e a instituição do campo pedagógico em Minas Gerais (1750/1950)*, coordenado pelo Prof^o Dr^o Luciano Mendes de Faria Filho dentro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/UFMG) com financiamento do CNPq e da FAPEMIG.

estudam esse fenômeno, o cruzamento de fontes documentais às afirmações feitas a partir de matrizes conceituais.

Recentes pesquisas sobre o estado da arte na História da Educação (XAVIER, 2000; SCHELBAUER, 2008) indicaram o aumento significativo de investigações com fontes documentais que privilegiaram, por exemplo, o debate sobre o magistério primário no Oitocentos e uma outra forma de classificação dos recortes temporais que não os freqüentemente utilizados pela historiografia tradicional. Esse movimento de revisão da própria historiografia da Educação Brasileira foi percebido com recorrência nos eventos da área⁵, sem perder de vista a possibilidade de conhecer as especificidades do período.

Seguindo essas reflexões, outro desafio foi a escolha dos referenciais teórico-metodológicos que se inseriu no campo de estudos da História da Educação Brasileira, numa vertente que considerou a dinâmica, a pluralidade dos grupos e sujeitos sociais e históricos envolvidos com a ação educativa (GONDRA e SCHUELER, 2008), articulados com a História Cultural, compreendendo as mulheres e os homens como sujeitos sociais e históricos, produtores de cultura, e a imprensa feminina do século XIX, como agência de produção e difusão cultural (CHARTIER, 1991a; 1990).

Assim, diante dos desafios assumidos nesta pesquisa sobre a presença de professoras e professores primárias na imprensa feminina na cidade do Rio de Janeiro no Oitocentos, o lugar da pergunta e o da pesquisa parecem ser questões indissociáveis onde o debate não se encerra aqui, mas apenas se inicia. Seguindo este itinerário reflexivo, passei, também, a refletir acerca da minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica.

2. O que me levou a buscar essa temática?

⁵ Entre os vários eventos no campo da História da Educação podemos citar os cinco Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE), organizados pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Os simpósios, congressos e encontros nacionais, como o I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (I EHed-RJ), realizado em 2007; os Congressos de História da Educação de Minas Gerais (COPEHEMG) e as Jornadas de História da Educação organizadas pelo HISTEDBR (Grupo de estudos e pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP) bem como os congressos internacionais Luso-Brasileiro de História da Educação e o Iberoamericano de História da Educação (CIHELA), além das pesquisas apresentadas no GT de História da Educação da ANPED. Desses eventos pude participar como ouvinte do I CBHE (Rio de Janeiro), do I COPEHEMG (Belo Horizonte) e do GT de História da Educação da ANPED.

Na Graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tive a oportunidade de obter uma bolsa de Iniciação Científica (IC/UNIRIO e PIBIC/CNPq), através da qual participei por três anos⁶ do projeto de pesquisa coordenado pela Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Souza Martins, intitulado: *Resistência ou decadência? Análise histórico-sócio-cultural do trabalho docente no Rio de Janeiro*⁷ (MARTINS, 2001). Nesta pesquisa, analisamos os movimentos e as mudanças ocorridas nos últimos trinta anos do século XX, que contribuíram para a *feminização do magistério* no primeiro segmento do Ensino Fundamental, utilizando pesquisa bibliográfica e de campo e tendo gênero como categoria de análise.

Incentivada, todo o tempo, a escrever meus próprios textos, apresentei alguns trabalhos na *Semana de Debates Científicos da UNIRIO*⁸ e no *I Seminário de Educação: Paulo Freire na Contemporaneidade*, promovido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação da UERJ - *Os Caminhos do Professor II: a história do camaleão* - uma síntese da minha monografia de final de curso⁹, onde analisei os caminhos percorridos na por três professoras do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Numa perspectiva histórica e das representações sociais, foram trazidos, a partir de entrevistas realizadas com três professoras, seus percursos pessoais e profissionais na busca da autonomia pedagógica como condição de ética pessoal e profissional.

No trato com acervos, ainda como estudante de graduação, integrei a equipe de um projeto desenvolvido pela UNIRIO, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, para organizar um acervo documental de aproximadamente três mil escolas extintas do Estado do Rio de Janeiro¹⁰. A equipe era composta por professores e alunos dos Cursos de Arquivologia e Pedagogia. O referido acervo continha uma diversidade de documentos, tais como: atas, relatórios, pareceres, dossiês de alunos, diários, plantas de escolas, um número

⁶ No período de 1998 a 2001.

⁷ Destaquei com *estilo de fonte em itálico*: títulos dos projetos, eventos, livros, dissertações, teses, jornais e citações literais das fontes documentais. E destacadas *entre aspas* somente as citações literais das fontes secundárias com até três linhas.

⁸ Sendo no ano 2000 agraciada com o prêmio de melhor trabalho na área de educação da mesma Universidade, avaliado pelo CNPq na referida Semana de Debates Científicos da UNIRIO.

⁹ Monografia intitulada: *Os caminhos do professor II: a história do camaleão* (TEIXEIRA, 2001), apresentada à Escola de Educação da UNIRIO como requisito para obtenção da Licenciatura Plena em Pedagogia no ano de 2001.

¹⁰ Realizado no período de agosto de 1999 a janeiro de 2002.

significativo de fotografias, impressos, documentos ainda não explorados e não catalogados¹¹. Entusiasmada com os fragmentos de histórias de vida que se apresentavam nos documentos manuseados no acervo, apesar da interrupção do projeto das escolas extintas, fiquei motivada a pesquisar em fontes documentais nas suas várias formas: oficiais, impressas, iconográficas e manuscritas.

Após esta experiência, como pedagoga formada passei a exercer a profissão na Secretaria Municipal de Educação de Nilópolis/RJ. Concursada, atuando diretamente com professoras da Educação Infantil (EI)¹², surgiram vários questionamentos: Como foi a inserção dessas professoras na EI? Quais os motivos da ausência masculina? Discutimos essas questões através de um grupo de estudo onde pude partilhar alguns textos da pesquisa realizada na graduação em Pedagogia.

Buscando resposta às questões como aluna ouvinte da disciplina Atividades de Estudo e Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) - Mestrado em Educação da UNIRIO, conheci o projeto: *As concepções da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) sobre a educação feminina*¹³, importante entidade representativa, de um segmento do movimento feminista brasileiro nas primeiras décadas do século XX, liderado pela ativista e bióloga Bertha Lutz¹⁴, que discutiu a educação e a instrução para as mulheres como meio destas conquistarem maiores garantias e direitos sociais e políticos (BONATO, 2005). A discussão no âmbito da entidade privilegiava, também, a profissão docente no magistério primário. O que levou a seguinte indagação: Qual a participação das mulheres e dos homens no processo *de feminização do magistério*?

¹¹ O Projeto sofreu solução de continuidade não sendo concluído. Seu acervo foi transferido para um galpão do Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2001.

¹² Todo o corpo docente da Educação Infantil era composto por mulheres.

¹³ Contando com o financiamento da FAPERJ através da modalidade de pesquisa APQ1, o projeto era coordenado pela Prof.^a Dr.^a Nailda Marinho da Costa Bonato no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB) e da linha de pesquisa *Subjetividade, Cultura e História da Educação da PPGEdu/ UNIRIO*.

¹⁴ Bertha Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo, filha da enfermeira Amy Fowler e do médico-cientista Adolfo Lutz. Realizou estudos na Europa, graduando-se em Biologia. Em 1919, bióloga concursada passa exercer alto cargo no Museu Nacional. Influenciada pelas lutas das mulheres européias e americanas iniciou uma luta pelo sufrágio feminino. Criou, juntamente com outras mulheres, a *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher*, movimento de referência da segunda metade do século XX, que propiciou a conquista do sufrágio feminino em 1932. A adesão de mulheres de várias partes do país incidiu na formação da *Federação das Ligas pelo Progresso feminino*, em 1922, tornando-se posteriormente na *Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)*. Também atuou na política brasileira, após graduar-se em Direito em 1933; criou a *União Universitária Feminina (UUF)* em 1929; a *Liga Eleitoral Feminina*; discutiu projeto de criação da *Universidade do Brasil*, incentivou a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (BONATO, 2008; SCHUMACHER e VITAL BRAZIL, 2000).

A participação na disciplina possibilitou a atuação em Encontros e Seminários Estaduais na temática da História da Educação¹⁵, o debate de textos a respeito da educação feminina e as discussões das dissertações de Mestrado, já defendidas, de Giovanna Marafon (2006), de Warley da Costa (2006) e de Maria Zélia Maia de Souza (2007)¹⁶ como também dos relatórios de pesquisa da bolsista de Iniciação Científica IC/UNIRIO e depois PIBIC/CNPq, Caren Victorino Regis (2005)¹⁷, por contribuírem com a temática dessa investigação e para o conhecimento das diferentes perspectivas teóricas na História da Educação.

Pude perceber, além disso, ao longo desses anos, a “vitalidade adquirida pela História da Educação”, nas palavras do professor emérito da UNICAMP Saviani (2006, p.25) e o “otimismo dos historiadores da educação” como denominaram Vidal e Faria Filho (2005, p.118) frente às renovações temáticas e metodológicas das pesquisas e das inovações que o campo da História da Educação vem passando nos últimos trinta anos.

Portanto, diante do caminho percorrido na Graduação como bolsista de Iniciação Científica, da participação em vários Seminários, Fóruns, Congressos e Encontros Estaduais e Nacionais¹⁸; da experiência como aluna ouvinte, da prática reflexiva com professoras da Educação Infantil e, sobretudo com a minha própria vida, pois como tantas outras mulheres também sou 'mulher-professora-esposa-mãe-dona-de-casa', concorri a uma vaga no processo de Seleção do PPGedu/UNIRIO, sendo aprovada na linha de pesquisa: *Subjetividade, Cultura e História da Educação*.

¹⁵ Fiz parte da comissão organizadora do I EHed-RJ, coordenada pela Prof^a Dr^a Claudia Alves e outros professores, como a Prof^a Dr^a. Nailda M. da C. Bonato. Também integrei a equipe de organização do IX CIHELA, realizado em 2009 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

¹⁶ Apresentadas como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação pelo PPGedu/UNIRIO, no ano de 2006, intituladas respectivamente: *O Ser Mulher educada/educadora e os (des)caminhos do feminino na educação*, que investigou os processos históricos que legitimaram o magistério como profissão feminina; *As imagens da escravidão nos livros de História do ensino fundamental: representações e identidades*, que enfocou a forma de apropriação e recepção dos alunos leitores sobre os textos e imagens da escravidão reproduzidas em livros didáticos de História do Ensino Fundamental e também apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação pelo PPGedu/UNIRIO, no ano de 2008, intitulada: *Educar, civilizar, trabalhar no asilo de meninos desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis*. Teve como objeto de estudo o Asilo dos meninos desvalidos criado pelo Governo Imperial em 1875, para abrigar e instruir meninos menores de doze anos em estado de pobreza. Todas foram orientadas pela Prof^a. Dr^a. Nailda M. da C. Bonato.

¹⁷ Como parte integrante da pesquisa da Prof^a Dr^a. Nailda M. da C. Bonato, a bolsista estudou as lutas e conquistas das mulheres da *União Universitária Feminina*, surgida em 1929.

¹⁸ A participação no IV e V Seminário Internacional Redes de Conhecimentos e a Tecnologia, edições de 2007 e 2009, ambos realizados na UERJ e nos congressos e encontros supracitados.

Na elaboração do projeto apresentado para a seleção, a experiência do trabalho no acervo das escolas extintas com fontes documentais esteve presente. Para a investigação proposta, privilegiei como fonte a documentação impressa. Numa primeira pesquisa exploratória realizada no acervo da Biblioteca Nacional (BN), localizei alguns jornais e revistas¹⁹, editados por mulheres no final do século XIX, no Rio de Janeiro: *O Sexo Feminino* (1887-1889), que depois da Proclamação da República passou a se chamar: *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1896), editado por *Francisca Senhorinha da Mota Diniz*; *O Progresso Educador* (1894), de *Tereza Gardini e Regina Gherda* e *Echo das Damas* (1879 a 1888) de *Amélia Carolina da Silva Couto*. Essa pesquisa possibilitou a elaboração das primeiras questões dessa investigação.

3. Quais as questões para a problematização do processo de *feminização do magistério primário*?

Considerando a minha (con)vivência e experiência no magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o meu olhar e pensamento, voluntária ou involuntariamente, estiveram voltados para entender o movimento de constituição pessoal e profissional das professoras assim como o processo de *feminização do magistério primário*. Tomando como ponto de partida a análise do documento enquanto monumento, no dizer de Le Goff (1996), parto da seguinte questão central: *os discursos da imprensa feminina do século XIX, da cidade do Rio de Janeiro, contribuíram para o processo de feminização do magistério primário?*

Para responder a essa questão, formulei como objetivos: (1) dar continuidade ao levantamento, iniciado para a elaboração do pré-projeto em 2006, de revistas e jornais femininos editados e veiculados por mulheres ou para elas dirigidos no Rio de Janeiro do século XIX nos acervos públicos da mesma cidade; (2) delimitar o período de surgimento e término bem como quantidade de exemplares de cada periódico encontrado; (3) selecionar e analisar os impressos em que aparecem professoras e professores primários visando

¹⁹ Essa imprensa caracteriza-se por revistas e jornais, porque, quando do seu surgimento, as revistas eram muito semelhantes aos jornais, não havendo distinção entre eles, o que não ocorre mais na atualidade.

perceber possíveis representações que contribuíram para o processo de *feminização do magistério*.

Sem desconsiderar pesquisas que demonstraram mulheres subordinadas à autoridade e às decisões do marido ou do pai, associada à cultura patriarcal em nosso país, baseada nas diferenças físicas e numa moral sexual desigual (CHAMON, 2005); que para exercerem uma ocupação precisavam de uma autorização por escrito do marido - situação que perdurou até meados do século XX²⁰; que essa submissão, também, ocorria nas questões relativas à educação, à criação e local de residência dos filhos(as); que não podiam envolver-se no comércio, salvo algumas exceções, ou em outras atividades profissionais (HAHNER, 2003). Porém, estudos recentes indicaram, na segunda metade do século XIX, a partir de uma diversidade documental, a existência de múltiplas identidades, trajetórias e experiências femininas que contribuíram para o reconhecimento das mulheres como atuantes na invenção²¹ do Brasil (ALMEIDA, 2007; RIBEIRO, 2000; TEIXEIRA, 2004) e na sua consideração como sujeito/objeto da reflexão histórica (DEL PRIORE, 2001; GONDRA e SCHUELER, 2008; SCOTT, 1992; SOIHET, 1997).

Demonstrando que nem todas as mulheres eram passíveis à submissão, por volta do primeiro quartel do século XIX, surgiu a imprensa feminina redigida e destinada às mulheres, que segundo Bicalho (1988), Bruschini e Amado (1988), Buitoni (1981; 1990) e Duarte (2003) se desenvolveu num momento ímpar, com ideais de liberdade e igualdade entre os sexos, possibilitando uma reformulação nos papéis tradicionais atribuídos às mulheres e aos homens na sociedade brasileira. Nesta direção, o registro do primeiro jornal

²⁰ Para dar um exemplo, por volta de 1920, *Natércia da Silveira*, importante advogada, membro da FBPF e diretora da UUF, "levou o próprio marido aos tribunais por esse pretender impedi-la de exercer sua profissão de advogada. O marido era respaldado pelo código civil que impedia as mulheres casadas de trabalhar fora sem autorização do cônjuge" (BONATO, 2008, p. 71).

²¹ Conceito utilizado pela Prof^a Dr^a Cláudia Alves, durante a disciplina Educação Brasileira cursada no Programa de Pós-Graduação da UFF, no período de março a julho de 2009, presente no livro *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro* (GONDRA e SCHUELER 2008) como também no livro *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura* de Santos (2004). Segundo este último autor esse conceito pode ser atribuído, ao processo de organização do Estado imperial, que correspondeu a elaboração de um aparato ideológico, não apenas no plano geopolítico mas também no plano simbólico, que forjou as bases da sua identidade, numa espécie de tarefa civilizatória assumida pelos construtores da Nação, seguindo padrões europeus (SANTOS, 2007). Ainda, em outro autor, foi possível saber que os fundadores do Império do Brasil "tinham os olhos na Europa e os pés na América", processo utilizado pelos setores dominantes e detentores de monopólios na construção da identidade da classe senhorial brasileira (MATTOS, 2004, p. 139).

feminino escrito por mulheres no Rio de Janeiro em 1852²², *O Jornal das Senhoras*, simbolizou a importância dessa fonte para essa investigação tendo em vista que a maioria das mulheres escritoras, também eram professoras. Esse e outros periódicos reivindicavam a presença de mulheres no magistério como uma possibilidade de inclusão no espaço público (a rua), além do espaço privado (a casa), aqui me apropriando do pensamento de Araújo (1993).

Na revisão de literatura, constatei diferentes hipóteses a respeito da *feminização do magistério* que, neste texto, será compreendida como o processo de resistência (SILVA, 2002) e de esforço das mulheres para estabelecerem-se profissionalmente. Alguns autores, apoiados em dados quantitativos, referiram a esse processo indicando o número expressivo de mulheres no magistério; outros alegaram que este não deve ser analisado apenas nesse aspecto, mas esclarecido quanto as suas origens e (re)interpretado sob o ponto de vista da História da Educação e amparado em outras fontes documentais, além das fontes oficiais, comumente utilizados em trabalhos historiográficos (Ibid.).

Considerando a leitura da produção acadêmica, o livro *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente* (CAMPOS e SILVA, 2002) oportunizou o conhecimento de como e por que o magistério se tornou uma profissão feminina; dos ideais e dos valores subjacentes à formação de professores(as) no Brasil. Em um dos artigos, Campos (2002) apresentou a gênese histórica do curso de formação de professores em São Paulo e demonstrou, pelo número de matriculados e diplomados na Escola Normal, a *feminização do magistério*. A autora reconheceu este processo, no Brasil, no final do século XIX, relacionando-o ao desprestígio do magistério, à sua baixa remuneração e qualificação e ao fato de acolher moças originárias de camadas pobres da população.

Em outras pesquisas, esses dados foram contestados, pois indicaram que o magistério primário “desde a sua origem (e não só no Brasil) era mal remunerado e desprestigiado socialmente” (VILLELA, 1992, p. 34), associado ao sacerdócio e com um forte apelo vocacional, mesmo quando exercido por homens. Esses pressupostos sobre a introdução das mulheres no magistério, segundo Almeida (2006), produziram efeitos danosos nas análises decorrentes e desvirtuaram a compreensão do processo educacional,

²² Segundo referência de Hahner (2003) e os estudos dessa pesquisa, *O Jornal das Senhoras* (1852-1855) foi o primeiro impresso feminino escrito e dirigido por mulheres no Rio de Janeiro.

ao atribuir ao trabalho docente feminino atributos desqualificadores que são apresentados, por essa autora, como mitos pertencentes à esfera das mentalidades e das representações sobre o magistério primário.

Chamon na sua tese de doutorado defendida em 1996 na UFMG, posteriormente, transformada no livro: *Trajetórias de feminização do magistério: ambigüidades e conflitos* (CHAMON, 2005), declarou que ao ampliarmos o olhar sob determinados momentos históricos percebemos essa trajetória da feminização como uma trama de relações sociais contraditórias de caráter classista e discriminatório para com as mulheres, construída historicamente para cumprir funções políticas. Afirmou que os homens abandonaram o magistério para ocuparem profissões mais rentáveis, pela falta de responsabilidade do governo com o sistema de instrução pública e pelos baixos salários que recebiam. Ainda, para essa autora a *feminização do magistério* não foi um fenômeno apenas da sociedade brasileira mas sim uma manifestação na maioria dos países ocidentais desde a segunda metade do século XIX.

Outra contribuição veio dos estudos de Schueler (2002; 2004) que através de uma pesquisa de "fôlego" em fontes documentais coletadas nos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro²³ revelou dados que permitem o entendimento desse processo fundamentalmente relacionado às necessidades existenciais e materiais dos(as) professores(as), determinadas por situações variadas de dificuldade financeira e de desproteção social como a origem pobre, a orfandade, a viuvez ou o não casamento.

Algumas das idéias que foram elaboradas acerca do processo de feminização precisam ser (re)interpretadas numa tentativa de reconstruir os fragmentos do passado, mesmo que como nos informou Lopes (2001, p. 76) “em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido” sobre a história das mulheres no magistério primário. Muito ainda há de se pesquisar e este trabalho investigativo se apresenta como mais uma contribuição.

²³ Utilizou como fontes documentais: Relatórios do Ministério do Império, Relatórios do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária e Relatórios do Ministério da Justiça; materiais do primeiro Recenseamento do Brasil; obras e panfletos educacionais; imprensa e periódicos pedagógicos; manuscritos de professores e autoridades administrativas; textos literários; extensa bibliografia secundária, além de outras fontes oficiais como o Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854, entre outros.

4. Qual o percurso teórico-metodológico a ser utilizado?

A estratégia teórico-metodológica compreendeu três movimentos simultâneos: a *pesquisa bibliográfica e documental mais análise documental*. Na **pesquisa bibliográfica** realizei uma revisão de literatura em livros, revistas, artigos, dissertações e teses que tiveram como objeto e/ou como fonte a imprensa feminina e/ou o processo de *feminização do magistério*. A intenção foi recorrer a variados autores para refletir suas produções em diferentes perspectivas.

No que se refere a interpretação dos conteúdos da fonte impressa privilegiada nesta investigação as obras de Roger Chartier (2009; 2003; 1996; 1991a; 1991b; 1990) foram fundamentais. Seus estudos referentes às práticas de leitura e às práticas da escrita na perspectiva de *nova história cultural* se fez necessário para tentar entender o contexto histórico-social da instalação da imprensa no Brasil e da imprensa feminina e também dos próprios sujeitos que a constituíram dando sentido às práticas e aos enunciados no Oitocentos. Para tal, foi considerada a sua categoria de representação que nos "permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos percebem os demais" (CHARTIER, 2009, p. 49).

Chartier alertou que seus estudos contribuem não para a elaboração de uma *história da cultura impressa*, mas uma *história cultural do impresso*, o que designou como a *cultural history of print*, para entender como em diferentes momentos, diferentes lugares e para diferentes comunidades o impresso ou a imprensa foram percebidos, dados a ler ou a escutar na sua materialidade, ou seja, não existe a compreensão de um texto, que não dependa das formas através das quais ele atinja o seu leitor, quer seja pelas estratégias textuais e intenções do autor ou das que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras, quer seja pelas condições diferenciais da apropriação do texto que repercutem no social²⁴.

O autor, em sua última obra publicada no Brasil intitulada: *A história ou a leitura do tempo* (CHARTIER, 2009), reconheceu que as dimensões da retórica ou da narrativa

²⁴ O autor denominou essas estratégias em duas perspectivas: dos dispositivos tipográficos e dos dispositivos textuais (CHARTIER, 2003, p. 17 e 1996, pp. 97-99).

caminham juntas com o saber crítico, ou seja, a escrituração da história se desdobra em "conhecimento e relato, prova e retórica, saber crítico e narração". Também demonstrou que em diferentes obras "a história cultural se tornou um dos campos mais vigorosos e debatidos do âmbito histórico" (Ibid., pp. 16 e 33) e que, nos dias atuais, existe um grande risco de não poder traçar uma fronteira segura e clara entre a história cultural e outras histórias como a História da Educação, considerando que, qualquer que seja o campo da história, os estudos privilegiaram o resultado das significações que os indivíduos atribuem às coisas, às palavras e às ações, ou seja, um conceito de cultura enquanto prática, num movimento de *continuum* textual onde:

A invenção da escrita no mundo da oralidade, a aparição do códice no mundo dos rolos ou a difusão da imprensa no mundo do manuscrito obrigaram a semelhantes, se não idênticas, reorganizações das práticas culturais. Recordá-lo não significa que a história se repita, e sim destacar que esta pode buscar conhecimentos e ajudar a compreensão crítica das inovações do presente, as quais, por sua vez, nos seduzem e nos inquietam (Ibid., p. 09).

E até mesmo buscar conhecimento e compreensão de um fenômeno que ainda permanece na atualidade como a *feminização do magistério*, tendo como referência a imprensa feminina selecionada nesta pesquisa. O *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*²⁵, o EDUCACENSO de 2007, apresentou como principal resultado, que em todas as etapas e modalidades da educação básica, 81,6% dos professores que estavam em regência de classe eram mulheres, cerca de um milhão e meio de docentes (1.542.925). Na creche, na pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o magistério era exercido predominantemente por mulheres (98%, 96% e 92% respectivamente). Isto significou que o fenômeno da *feminização*, pelo menos em termos quantitativos, continua presente no magistério das séries iniciais e, segundo o estudo, vai além desse segmento.

Nesse sentido, esse fenômeno deve ser compreendido e significado no tempo e no espaço no qual foi representado, privilegiando o diálogo da História Cultural com a História da Educação Brasileira e, ainda, com os estudos de gênero, ambos cada vez mais utilizados

²⁵ Disponível em <http://www.inep.gov.br/download/censo/2009/Estudo_Professor_1.pdf> Acesso em 07 de mai. de 2009.

nos eixos temáticos em vários Congressos Brasileiros de História da Educação. Vidal (2006) atestou essa ênfase, sobretudo, nas análises a respeito de uma "história das mulheres, em geral professoras e adultas", que vão desde as pesquisas que tiveram como foco a educação das mulheres, perpassando pela história da formação docente até os estudos da história da profissão docente e/ou das práticas docentes, que ainda carecem de mais investigações na perspectiva de gênero para discutir, por exemplo:

[...] os significados da feminização do magistério para além do aumento do número de mulheres nos postos de docência, esmiuçando as condições de trabalho; as múltiplas relações que professoras estabelecem com a hierarquia (masculina? feminina?); os diferentes modos como agem em um ambiente freqüentado por funcionários e colegas (homens? mulheres?); as várias formas como concretizam sua aula no convívio com o outro (crianças e adolescentes, meninos e meninas); as diversas maneiras como respondem as demandas criadas pela sociedade (pais, mães de várias inserções sociais), [como] lidam com ansiedades e angústias da sua própria vida (ser mãe, esposa, celibatária, solteira, filha etc.) (VIDAL, 2006, p. 24).

A autora, ainda, indicou que é vagaroso o diálogo da produção do campo de estudos de gênero com outras áreas do conhecimento. E esse diálogo só foi possível a partir do afastamento do campo político da história das mulheres e quando, na década de 1980, ocorreu um desvio para o gênero em sua interpretação, houve "uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise" (SCOTT, 1992, p. 65).

No Brasil, especificamente no campo da Educação, os estudos de gênero se consolidaram na década de 1990. No que se refere às mulheres trouxeram reflexões sobre "o papel sexual, o mercado de trabalho, a família, entre outros aspectos referentes à formação profissional" e a sua inserção "na sociedade como cidadãs reclamando o reconhecimento social em pé de igualdade com os homens" (BONATO, 2005, p.11), estudos que contribuíram para o entendimento do caráter social e cultural das distinções entre homens e mulheres como ponto de reflexão sobre a condição feminina numa perspectiva relacional.

A **pesquisa documental** foi realizada em quatro acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Arquivo Nacional (AN),

Biblioteca Nacional (BN) e Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Do montante de quatorze impressos femininos localizados²⁶, do período de 1832 a 1897, quatro apresentaram informações relevantes a respeito da mulher como professora primária e com dados para o possível entendimento do processo de *feminização do magistério*, foram eles: *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Família* (1888-1897), escritos originalmente por mulheres, e *O Ensino Primário* (1884 e 1885) que embora sua folha de rosto indique *Revista mensal consagrada aos interesses do ensino e redigida por professores primários*, uma leitura atenta apontou a presença de professoras em algumas seções dessa revista. Em consonância com o seu tempo o uso do gênero masculino para designar ambos os sexos era “natural”. A partir desta seleção foi estabelecido, finalmente o tempo histórico dessa investigação tendo como referência a data-limite dos jornais selecionados, compreendendo o ano inicial de publicação d'*O Jornal das Senhoras* e do jornal *A Família*, ou seja, de 1852 a 1888, focando o período imperial. Os periódicos serão apresentados no primeiro capítulo²⁷.

Na **análise documental**, empreendi uma metodologia pautada na identificação e na análise dos artigos publicados²⁸ nesses jornais, reconhecendo as temáticas recorrentes, dando maior ênfase aos que de forma direta e indireta apresentaram dados sobre professoras e professores primários, direcionando o olhar para possíveis representações nos discursos da imprensa analisada. A investigação aqui desenvolvida trabalhou contra uma perspectiva de análise dos discursos como algo desvinculado de suas condições de produção e de circulação. Assim, discursos aqui compreendidos são “[...] matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (CHARTIER, 1991a, p. 183).

As temáticas recorrentes foram agrupadas em eixos organizativos que provocou a escrita dos três capítulos que seguem. No **primeiro capítulo**, apresento o processo de seleção das fontes nos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro, examinando a escrita da história da imprensa feminina e o movimento da produção dos jornais visando a cruzar as fontes com as referências teóricas, tanto no que se refere ao uso desse tipo de fonte nas

²⁶ Constam, na tabela 1, no primeiro capítulo.

²⁷ Embora sem financiamento, dos quatro periódicos selecionados, foram digitalizadas 207 imagens gravadas em CD, ao custo de dois reais cada, correspondentes a 73 exemplares de interesse da pesquisa, perfazendo um total de R\$ 414,00.

²⁸ Utilizei como referência o trabalho de pesquisa de Fernandes, Xavier e Carvalho (2007).

pesquisas em História da Educação quanto para se entender o objeto de investigação. Para tal, organizei o capítulo nos seguintes tópicos²⁹:

1º) *Descrição da coleta e seleção das fontes documentais impressas*: das idas e vindas aos acervos públicos; das condições de organização de alguns periódicos; de algumas particularidades do surgimento da imprensa no Brasil e da imprensa feminina no Oitocentos;

2º) *Apresentação dos periódicos selecionados e dos sujeitos dos impressos*: formato, conteúdo, periodicidade, organização e dados gerais de alguns dos editores e colaboradores.

Seguindo essa trilha investigativa, no **segundo capítulo**, privilegiei olhar na *penna* das mulheres escritoras – entre elas algumas professoras, representações dos papéis sociais instituídos a mulheres e homens no período de circulação dos impressos, assim como os que contribuíram para legitimar as mulheres os atributos de docilidade e maternidade, nos jornais *O Jornal das Senhoras*, *O Sexo Feminino e A Família*. O objetivo foi buscar nos discursos influências e possíveis transposições desses atributos à figura das professoras primárias. Precisei recuar no marco temporal dessa investigação, situando a estrutura da família patriarcal nos primeiros anos do Império, para compreender o complexo processo de sujeição feminina ao pátrio poder historicamente produzido "pelas práticas culturais articuladas (políticas, sociais, discursivas)" (CHARTIER, 1990, p. 27) que construíram determinadas representações das mulheres como mães-educadoras e missionárias.

Dentre as reivindicações pela emancipação intelectual e social, as mulheres escritoras com as quais estou trabalhando e que atuaram no Rio de Janeiro, sinalizaram sua inserção nas escolas elementares como principal meta para suas conquistas. Essas e outras questões relacionadas às representações das professoras e dos professores primários serão, especificamente, discutidas no **terceiro capítulo** onde optei pela análise das relações de gênero a partir da constituição, ou melhor, da invenção da escola pública brasileira, no sentido de que ela foi organizada de forma fragmentada e discriminatória para com as mulheres daquele tempo.

²⁹ Seguindo as indicações metodológicas utilizadas por Faria Filho e Veiga (2001) na organização da escrita da história da educação mineira associadas às especificidades dessa investigação.

Em seguida, me propus a pensar o processo de institucionalização das Escolas Normais das Províncias de Niterói (RJ/1835) e de Campanha da Princesa (MG/1835). Utilizei como referência os discursos dos periódicos selecionados para a análise, sobretudo *d'O Sexo Feminino* e *d'O Ensino Primário* pelo número considerável de artigos que representaram os embates no magistério público primário nos anos finais do Império e que permitiram a leitura de algumas contribuições para o entendimento do processo de *feminização do magistério*. Finalmente, uma vez discutido as questões propostas desse texto encerrei com algumas considerações nada conclusivas sobre a temática em estudo.

Capítulo I

Entre jornais e revistas: o trabalho de seleção das fontes documentais nos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro

[...] Surgem as Narcizas Amalias ; surgem as mulheres, esquecidas, desprezadas e aviltadas até aqui, cujas produções vão amontoando material para a edificação de monumentos, não de pedra ou bronze, mas de papel, de livros, de doutrinas-moraes que os seculos presentes e futuros glorificarão com entusiasmo e admiração. [...]

Sim, Narciza Amalia ! trabalhem todas, cada mulher seja um obreiro, com a palavra, com a penna, e com todos os dados que se nos offercer conquistemos nossos direitos postergados, porque a victoria será nossa. [...]

(Jornal *O Sexo Feminino*, Narciza Amalia, n. 09, 01 nov. 1873, p. 3, sem indicação de autoria)

1.1 As idas e vindas aos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro

A venerada *Narcisa Amália* (1852-1924) era poetisa da cidade de Resende/RJ, foi considerada como a primeira mulher a se profissionalizar jornalista no Brasil (VIDAL, s/d) ao lado de *Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco* (1816-1875)³⁰. A referida poetisa foi uma colaboradora do jornal *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Família* (1888-1897) e de outros jornais³¹. Seus artigos e poemas alcançaram projeção nacional com temas relacionados à Abolição da Escravatura, a defesa da mulher e aos oprimidos em geral. Seu único e primeiro livro de poesias *Nebulosas* (1872) teve grande repercussão entre os literários, sendo inclusive, elogiado por Machado de Assis (MUZART, 1999). Por volta da década de 1880, torna-se professora primária no Município Neutro (Rio de Janeiro), continuando a escrever nos jornais. Cada qual a seu modo, utilizaram seus conhecimentos na busca de direitos sociais, educacionais e profissionais para as mulheres. É através da *penna* dessas e outras mulheres que buscamos refletir sobre as representações instituídas em relação a figura feminina no magistério primário.

Como foi já dito na introdução desse trabalho, comecei a coletar dados sobre essas mulheres e a imprensa feminina, ainda na graduação e que após a aprovação no processo de seleção para o mestrado dei continuidade à pesquisa exploratória nos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro. Esse movimento de pesquisa nos acervos possibilitou o reconhecimento dessa imprensa como um acervo cultural de valiosa contribuição à temática em estudo, que contribuiu na tarefa de educar e instituir representações sobre os(as) professores(as) primários(as). Para Araújo (2002), há que se ressaltar a potencialidade desse tipo de fonte para os estudos histórico-educacionais onde a imprensa deve ser compreendida como co-participante do processo de educação de homens e de mulheres.

A partir desse entendimento, durante um ano, lia e anotava, transcrevia informações dos periódicos que estavam na base de dados on-line da BN ou diretamente da fonte. Nesse levantamento, localizei quatorze impressos como consta na tabela a seguir. Organizei esses periódicos em uma tabela dividida em três colunas, contendo informações a respeito do nome de cada impresso, nome do editor (a) ou proprietário(a) e alguns colaboradores(as).

³⁰ Essa professora foi editora d'*O Jornal das Senhoras* e de 1873 a 1874 publicou o jornal *O Domingo*.

³¹ Esta jornalista foi redatora, por muitos anos, do jornal do município de Resende (RJ): *O Guaratuja*. Colaborou em outros jornais como o *Diário Mercantil de São Paulo* e *O Rezendense*. (MOREL, 2003).

Quando não indicados diretamente na fonte, utilizou-se o termo não identificado e com dados referentes ao período de circulação apresentados, ora pelo impresso, ora pela folha de rosto do jornal microfilmado ou mesmo nas fontes secundárias.

Tabela 1: Impressos editados ou dirigidos às mulheres no Rio de Janeiro do século XIX

Periódico	Editor(a)/ Colaboradores(as)	Circulação ³²
A Mulher do Simplício – a fluminense exaltada	Francisco de Paula Brito ³³	1832 - 1846
A filha única da mulher do Simplício ³⁴	Francisco de Paula Brito	14. mar. 1832
O Jornal das Senhoras	Joanna Paula Manso de Noronha, seis meses após a fundação passa a ser editado por Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco e após um ano por Gervásia Nunésia Pires dos Santos Neves	1852 - 1855
A Violeta Fluminense	Não identificado	1857 - 1858
O Bello Sexo	Julia Albuquerque Sandy Aguiar	ago. - set. 1862
Jornal das Famílias	Baptiste Louis Garnier. Jornal escrito por homens e mulheres	1863 - 1878
O Sexo Feminino		1873 - 1889
O Quinze de Novembro do Sexo Feminino ³⁵	Francisca Senhorinha da Mota Diniz	1889 - 1896
O Domingo	Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco	1873 - 1874
República das Moças	Não identificado	1879
Echo das damas	Amélia Carolina da Silva Couto. Colaboradoras: Emiliana de Morães, Anália Emílio Franco, Maraia Zelina Polvir, Ignês Salurio Pinho Mara e outras.	1879 - 1888

³² Considerei o período de circulação dos impressos, ora localizados na fonte documental, ora no catálogo online da BN, ora nas obras secundárias.

³³ A fonte documental não indicou o(a) editor(a), porém consta no artigo *As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura* (BESSONE, 2005) a informação de Francisco de Paula Brito como o editor deste jornal.

³⁴ Segundo pesquisa no Dicionário bibliográfico brasileiro de Blake (1902), tratou-se de um folheto relacionado aos impressos da família dos simplícios, editado e impresso na tipografia de Francisco de Paula Brito. Dados sobre os simplícios encontram-se no decorrer deste capítulo.

³⁵ Após a Proclamação da República, o jornal *O Sexo Feminino* passou a ser denominado *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

Primavera	Francisca Senhorinha Motta Diniz ³⁶	1880
O Ensino Primário ³⁷	Luiz Antonio Reis ³⁸ . Colaboração de professores e professoras primários(as).	1884 - 1885
A Família	Josefina Álvares de Azevedo	1888 - 1897
O Progresso Educador	Teresa Gandini e Regina Gherda	1894

Fonte: A elaboração desta tabela foi possível a partir da pesquisa exploratória realizada majoritariamente na Biblioteca Nacional (BN), porém os acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), do Arquivo Nacional (AN) e Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) também foram consultados para complementar dados.

Ao entrar em contato com as fontes, tive dificuldades na coleta por causa da má conservação de alguns jornais. Uma das primeiras dificuldades foi a operacionalização da leitura dos jornais, pois uma grande quantidade de máquinas leitoras de microfilme do setor de Obras Raras da BN estava sem manutenção. A cada nova visita era preciso aguardar o término de uso de um pesquisador ou realizar a pesquisa em outro setor cuja máquina leitora possuía má visualização do microfilme, provocando-me, por diversas vezes, cansaço visual.

Outra dificuldade foi a descrição contida na folha de abertura dos microfimes dos jornais, como no caso d'*O Jornal das Senhoras* (1852-1855), que não condizia com as informações presentes nos próprios jornais. Foi necessária uma leitura criteriosa de cada um deles para obter as informações de interesse da pesquisa e suas particularidades. A maior parte das coleções dos impressos da BN encontram-se microfilmados. Nos demais acervos, é possível ler o jornal diretamente na sua materialidade, porém outros estão indisponíveis para a consulta, pelo estado de deterioração física, como parte da coleção do jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1896), referente ao período de agosto de 1892 a março de 1896³⁹.

A partir desse levantamento, como organizar a material encontrado para a análise? Que instrumento de registro utilizar na organização dos dispositivos tipográficos e da textualidade de cada jornal? Foi, então, que durante a pesquisa bibliográfica, conheci o

³⁶ Editora também do jornal *O Sexo Feminino* e *d'O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

³⁷ Este jornal foi um dos primeiros a serem localizados no acervo da BN. Comumente é considerado pelos pesquisadores, como Schueler (2002, 2008) e Villela (2001) como correspondente à imprensa denominada pedagógica que também surgiu no Oitocentos. Contém artigos pertinentes a minha questão de estudo como a retirada dos homens e o ingresso das mulheres no magistério primário, por isso da sua inclusão nessa tabela.

³⁸ A fonte documental também não indicou o(a) editor(a), porém consta no artigo de Schueler (2008) a informação de Luiz Antonio Reis como o redator-chefe deste jornal.

³⁹ Informação recebida no dia 19 de fevereiro de 2008 por um bibliotecário do acervo de Periódicos da BN.

trabalho desenvolvido por Di Stasio (1996)⁴⁰ da BN cuja investigação resultou em subsídios para uma análise histórica de periódicos raros e na divulgação de dados dos primeiros jornais impressos nas províncias brasileiras do século XIX. Com o apoio técnico da seção de Obras Raras da BN, essa autora estabeleceu alguns critérios de raridade de uma publicação que a ajudou na organização dos dados. São eles:

Todo o período que caracteriza o princípio da história da imprensa brasileira. No caso do acervo da Seção de Obras Raras, consideramos raros todos os periódicos impressos no século XIX, a partir, é claro, de 1808, data da criação da Impressão Régia [...]; todo o período que caracteriza a fase inicial da tipografia local de qualquer região[...]; números com valor histórico-cultural especial, tais como: as edições clandestinas; os exemplares únicos; as edições comemorativas e as edições que abordam assuntos relevantes dentro de um enfoque regional; material utilizado na impressão, como: tintas, seda, cetim, ilustrações e outros que caracterizam as edições de luxo; edições especiais e exemplares com anotações manuscritas (incluindo dedicatórias) (DI STASIO, 1996, p. 90).

Por todos esses critérios, os impressos femininos apresentados na tabela 1 podem ser considerados como periódicos raros: todos fazem parte do século XIX, caracterizam a fase inicial desse tipo de imprensa no Brasil, abordam assuntos relevantes sobre educação e instrução, além de alguns possuírem apenas um ou poucos exemplares.

Outra contribuição de Di Stasio (1996) foi a elaboração de um perfil hemerográfico dos primeiros jornais impressos no Brasil, registrados numa ficha de descrição, acrescida com outros dados gerais dos periódicos pesquisados. Esse estudo possibilitou a elaboração para essa pesquisa de uma ficha de descrição para cada um dos quatorze periódicos localizados⁴¹ nos acervos.

A maior parte dos impressos femininos encontrados trazem as mais diversas singularidades de edição e de tipografia como também os mais variados conteúdos textuais. A relação imprensa versus mulheres implicou discussões abrangentes como, por exemplo, o papel social das mulheres e a sua inserção como professoras primárias no Oitocentos. É expressiva a quantidade de jornais desse período, numa época em que parte significativa das mulheres tinham pouco ou nenhum acesso a livros ou a prática de leitura, esses

⁴⁰ Técnica em pesquisa da Divisão de Obras Raras da BN (DI STASIO, 1996).

⁴¹ As fichas de descrição dos quatro jornais selecionados para a análise encontram-se no corpo do texto, as demais dez fichas dos periódicos localizados encontram-se no apêndice 1 no final da dissertação.

impressos passaram a ter a própria função de um livro como sinalizou Anália Emílio Franco no jornal *A Família* [...] *o jornal como se diz, nasceu para levar o recreio e a instrução ao albergue do pobre, e para substituir o livro que as classes menos favorecidas da fortuna não podem comprar*[...] (*A Família*, de 19 jan. 1889, n.08, p. 03).

Essa é uma discussão bastante interessante, pois os livros no período imperial eram "caros, raros e inicialmente controlados pela censura [...]" (BESSONE, 2005, p. 82) do governo. Bessone (2005) sinaliza na sua pesquisa que os livros eram produzidos por homens, tinham um retorno financeiro baixo, não existiam lugares para consulta ou compra dos mesmos. Além desses obstáculos, os livreiros e donos de tipografias enfrentavam a realidade de uma população maciçamente analfabeta. Nesse período, em função dessa escassez de livros, os jornais femininos se constituíram como um dos instrumentos de formação de professores, já que a institucionalização da Escola Normal foi ocorrendo paulatinamente no Brasil (MAGALDI e NEVES, 2007).

À primeira vista, os jornais, traziam assuntos comuns como receitas de culinária, conselhos de beleza e de moda, economia, medicina doméstica, contos de amor, romance, poesia, relacionadas ao universo feminino. Porém, quando na análise mais detida, percebeu-se que sob a aparente neutralidade, a imprensa feminina em foco veiculou seus ideais, valores e concepções femininos, do papel a ser desempenhado pelas mulheres na sociedade, fizeram circular "uma rede de informações sobre a produção de saberes (teorias, modelos, valores, práticas, experiências e etc.) vinculados à educação" (FERNANDES, XAVIER, CARVALHO, 2007, p. 81).

Dentre os jornais, dedicados ao público (leitor) feminino destaca-se *A Mulher do Simplício...*(1832-1846) periódico em estilo joco-sério⁴², editado na Corte por Francisco de Paula Brito⁴³, que mantinha uma importante livraria e tipografia desse período, situada na

⁴² *Estilo joco-sério* significa: adj, cujo assunto é cômico e jocoso, mas tem a forma de uma composição séria (diz-se de poema); sério-cômico (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2009; FERREIRA, DICIONÁRIO AURÉLIO ELETRÔNICO - SÉCULO XXI, 1999).

⁴³ Francisco de Paula Brito (1809-1861) foi filho de carpinteiro também de família humilde. Era tipógrafo de profissão, fundou a oficina Paula Brito no Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes) em 1831. À frente da tipografia funcionava uma loja de encadernação onde se reuniam homens e mulheres, entre eles, médicos, poetas literatos e jornalistas. Era sócio da *Sociedade Litteraria Brasileira* e escreveu o citado *A Mulher do Simplício...* Publicou, ainda, outros jornais e livros no Rio de Janeiro como por exemplo: *A Marmota da Côte*, de 1849 a 1861, que circulava de duas a três vezes por semana com numeração seguida do dia 07 de setembro de 1849 até 31 de dezembro de 1861, quando do seu falecimento; *Offerenda aos brasileiros*, criado

Praça da Constituição nº 64 (atual Praça Tiradentes)⁴⁴, ponto de encontro e de debates entre "compositores, artistas, romancistas, políticos, jornalistas e um excepcional número de médicos" (BESSONE, 2005, p. 85). Era comum surgirem novos jornais toda semana que não passavam de dois ou três números como no caso do jornal *A filha única da mulher do Simplicio*⁴⁵, também editado por Francisco Paula Brito.

Esses jornais tiveram a sua eclosão na imprensa na primeira fase do Período das Regências no Brasil de 1831 a 1835⁴⁶. Segundo as obras de Blake(1902), Coutinho e Souza (2001) e Vianna (1945) eles eram originários da chamada *família humorística dos Simplicios* cujo principal representante foi Antônio José do Amaral⁴⁷. Dessa família foram procedentes os jornais ou folhetos, oriundos de diversas partes do país: *O Simplicio* (1831-1833); *O Simplicio da Roça* (1832), *O Simplicio Endiabrado* (1832), *A Simpliciasinha: jornal satitico e divertido* (em verso, 1833); *O Simplicio Poeta* (1835), *O Simplicio às direitas posto no mundo às avessas* (1831 e 1840); *Novo Simplicio poeta* (1840); *A filha do simplicio: jornal poético, crítico, litterario, jocoso e as vezes político, dedicado ao bello sexo* (em verso, 1848) entre outros (BLAKE, vol. 1, 1902, p. 209; COUTINHO e SOUZA, 2001, p. 1508; VIANNA, 1945)⁴⁸.

no dia 07 de setembro de 1831; *Fábulas de Esopo* para uso da mocidade, *Bibliotheca* das senhoras, moral e divertida em 1859, entre outros. (BLAKE, 1902, vol. 3, pp. 69-71).

⁴⁴ Na obra *História da Imprensa no Brasil*, de Sodré (1977), há informação de que esta livraria chamava-se Loja do Rocio e que teve a ajuda do amigo Evaristo da Veiga (SODRÉ, 1977, p. 222).

⁴⁵ Deste impresso só há um único número disponível e microfilmado para consulta datado de 14 de março de 1832, mesmo ano de publicação da *A Mulher do Simplicio*. Consta na folha de rosto que ele foi editado na mesma tipografia de Francisco Paula Brito, intitulada: *Thomas B. Hunt e Ca...*

⁴⁶ O Período das Regências foi a fase da História do Brasil compreendida entre a Abdicação de D. Pedro I (1831) e a Maioridade (1840). Este foi um momento-chave para a construção da nação brasileira, por ser visto como um laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, em que foram colocadas em discussão: a monarquia constitucional, absolutismo, separatismo, entre outros, além de representar um "momento de explosão da palavra pública em suas múltiplas formas", como a imprensa, que envolveu uma pluralidade de sujeitos "desde escravos e intelectuais" até "grandes e pequenos proprietários de terra"(MOREL, 2002, p. 09).

⁴⁷ Antonio José do Amaral (1782-1840) nasceu no Rio de Janeiro, de família humilde. cursou os estudos menores em seminário episcopal e em 1807 formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra. Integrou o corpo de engenheiros no posto de segundo tenente chegando até o posto de major. Foi escolhido para ser tutor de D. Pedro II, porém não aceitou a indicação. Foi diretor da Escola Militar em 1811 e deputado pelo Rio de Janeiro de 1830 a 1833. Redigiu com *José Joaquim Vieira Souto* o periódico oposicionista da Côrte: *Astréia* (1826-1832), uma folha política de oposição ao governo de D. Pedro I (BLAKE, vol. 1, 1902, p. 208). Foi considerado por Vianna (1945, p. 604) como o primeiro a escrever um jornal (pasquim) da *família humorística dos Simplicios*, no Rio de Janeiro, intitulado *O Simplicio*, folha humorística (1831-1833). Esta publicação fazia sátira aos maus hábitos e preconceitos da época, assim como os abusos nas modas das senhoras fluminenses.

⁴⁸ Um dado interessantíssimo foi o relato de Vianna (1945) de que os dados coletados sobre os *simplicios* decorreram das obras de Francisco Paula Brito: *Os primeiros jornais humorísticos - a família dos Simplicios e O tipógrafo Paula Brito*, cujas produções não foram publicadas.

Outro importante jornal deste século foi *Jornal das Famílias* (1863-1878), idealizado e editado pelo francês Baptiste Louis Garnier, um dos mais importantes editores do Brasil no século XIX. Esse jornal anteriormente intitulado de *Revista Popular* (1858-1862), circulou mensalmente por quinze anos. Cada exemplar tinha aproximadamente um número de 32 páginas e era destinado ao público leitor feminino. Era editado em Paris e indicava dois endereços para correspondência: rua do Ouvidor, 65, livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro e rua de l'Abbaye, 14, em Paris.

Machado de Assis foi um dos escritores desse jornal, sua publicação se estende de julho de 1863 a dezembro de 1878, com exclusão dos anos de 1867 e 1868. Grande parte de sua contribuição literária foi assinada com os pseudônimos J., J.J., Job, Victor de Paula e Lara⁴⁹. As pesquisas de Stein (1894) e de Xavier (2005) atestaram que ele escrevia para um tipo específico de mulheres, em sua maioria ricas ou pelo menos de classe média, casadas ou em vias de casamento. Há ainda indicações da forte ligação existente entre o sucesso desse periódico e o seu desenvolvimento como escritor de contos e romances.

Embora não seja objetivo primeiro desse estudo, a seguir serão apresentados alguns dos jornais da tabela como amostra de sua importância como fonte para a História da Educação.

1.2 A imprensa feminina do Oitocentos: uma história a ser escrita

Freqüentemente as pesquisas que utilizaram a imprensa feminina, ora como fonte, ora como objeto, não consideram o seu surgimento nas primeiras décadas do século XIX (LEITE, 2003; PINTO, 2003) e sim instituída no final do século XIX até meados de 1930 ou até os anos de 1970. Para Duarte (2003), essa imprensa engendrada nas primeiras décadas do século XIX constituiu-se como o primeiro movimento-onda⁵⁰ do feminismo⁵¹ no Brasil, que desafiou a ordem conservadora daquele tempo histórico que excluía as mulheres dos espaços públicos.

⁴⁹ Informação obtida no site da Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro (ASSIS, 2009).

⁵⁰ Considera a existência de pelo menos quatro momentos-onda de maior visibilidade do movimento feminista brasileiro: de 1830, 1870, 1920 e 1970 (DUARTE, 2003, p. 152).

⁵¹ Compreendido como todo e qualquer gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação das mulheres que exigiu uma ação social e cultural para a ampliação de seus direitos civis, políticos e educacionais, seja por iniciativa individual ou coletiva (DUARTE, 2003).

Um marco importante da história da imprensa no Brasil foi a instalação da Imprensa Régia em 1808⁵², ainda no período regencial que ocorreu de forma inusitada:

No Brasil, a imprensa foi instalada, por iniciativa oficial [...] através do decreto de 13 de maio de 1808, assinado por D. João VI [...]. Na confusão da fuga da Família Real, o Sr. Antonio de Araújo, que depois seria o conde da Barca, mandou colocar no porão do navio Medusa o material gráfico que havia sido comprado na Inglaterra para fazer parte da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em Lisboa. Assim, em decorrência da fuga, da compra do material gráfico e dos interesses governamentais, foi instalada a imprensa no Brasil (DI STASIO, 1996, p.91).

Com a criação da Imprensa Régia, foi instalada a censura (1808-1821), onde nada poderia ser impresso sem antes sofrer o exame de uma junta de censores reais a quem competia "examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra o governo, a religião e bons costumes" (SODRÉ, 1977, p. 91). Se fosse encontrado qualquer escrito sem exame e sem licença, os sujeitos seriam presos na cadeia pública e pagariam a pena de duzentos mil réis (FONSECA, 1941 apud DI STASIO, 1996).

A introdução desse tipo de imprensa possibilitou entre 1821 e 1822 o comércio de livros, a instalação de tipógrafos europeus e o surgimento de livrarias que se constituíram em espaços privilegiados de encontro e de conversas para uma elite intelectual reduzida, mas atuante (BESSONE, 2005). Neste período, na Europa, segundo Chartier (1996), os livreiros mantinham as vendas de produtos diversos e dedicavam-se à publicação de periódicos, o que permitiu o surgimento de outros leitores, entre eles, mulheres, operários e crianças.

Nesse contexto, surgiu a imprensa voltada para o público feminino no Rio de Janeiro e em várias partes do Brasil, como atestam as pesquisas de Bessone (2005) e Buitoni (1981), que refletiu a agitação social e política, os movimentos da Constituinte e mudanças na vida das mulheres, exigindo-lhe mais participação. Esse tipo de imprensa foi introduzido por homens que escreviam basicamente sobre moda e literatura voltadas para o interesse feminino. Segundo Buitoni (1981), a imprensa feminina foi possivelmente inaugurada no Rio de Janeiro através do periódico *O Espelho Diamantino* editado em 1827,

⁵² Em entrevista concedida a Mignot (2005), o historiador Chartier disse que devemos considerar as múltiplas formas de circulação de saberes, sobretudo do conjunto de diferentes impressos, que possivelmente circularam no Oitocentos como manuscritos, panfletos, cartazes, bilhetes, formulários entre outros.

sendo classificado como um "periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e modas, dedicado às senhoras brasileiras" (FONSECA, 1941 apud BUITONI, 1981, p. 12).

É importante sinalizar que é neste ano que ocorre a instituição da primeira e única lei geral sobre a instrução primária no Brasil durante o período imperial. A referida lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo I, dizia que *em todas as cidades, villas e logares mais populosos haverão escolas de primeiras letras que forem necessárias*⁵³, inclusive para meninas. E, também, surge neste momento a cadeira pública de professora que passa a ser escolhida, "por sua reconhecida honestidade e pureza" para ensinar nas escolas de meninas, lecionando as "quatro operações e as prendas domésticas" (FARIA FILHO, 2000, p. 137).

Na década de 1840, iniciado o governo de D. Pedro II, a imprensa começou a se estabilizar, fazendo-se representar por outros importantes livreiros editores de Paris que passaram a residir no Município Neutro (Rio de Janeiro) como os irmãos Laemmert, Eduard e Heinrich que constituíram a firma E. & H. Laemmert⁵⁴, que se anunciavam como mercadores de livros e de música. Tornaram-se editores bem sucedidos, publicando diferentes impressos, inclusive os destinados ao público feminino como *O Correio das Modas*, editado de 1839 a 1841 que saía aos sábados e trazia moda, literatura, baile e teatros. Mais tarde, passou a se chamar *O Espelho Fluminense* (BESSONE, 2005; BUITONI, 1981).

O primeiro jornal literalmente feminino foi *O Jornal das Senhoras*, escrito, dirigido e destinado às mulheres no Rio de Janeiro que teve circulação de 1852 a 1855. Os textos eram dirigidos às "senhoras" leitoras, com uma linguagem formal, seguia as normas de etiqueta da época e o anonimato era uma condição para escrever os artigos que raramente vinham assinados pelas mulheres. A defesa inicial estava na necessidade da emancipação moral das mulheres que por sua missão no mundo eram concebidas como uma enviada de Deus, uma missionária. Teve pelo menos três redatoras-chefe: a argentina *Joanna Paula Manso de Noronha* (1819-1875), *Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco* (1816-1875) e *Gervásia Nunésia Pires dos Santos Neves* (séc. XIX).

⁵³ Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>> Acesso em 20 jun. 2009.

⁵⁴ Estes irmãos ainda publicaram o famoso *Almanack Laemmert* administrativo, mercantil e industrial da Corte e da província do Rio de Janeiro, com coletânea de informações sobre o país, com dados administrativos, econômicos e sociais. A livraria *Laemmert* funcionava na Rua do Ouvidor e se chamava Livraria Universal (BESSONE, 2005; BUITONI, 1981).

Entre 1850 e 1910, a imprensa feminina, escrita e dirigida por mulheres, teve um lugar de destaque no cenário brasileiro, com dezenas de jornais e revistas editados em várias partes do país. Esse novo formato de jornal não ficou circunscrito apenas aos temas da culinária, da etiqueta e da moda, mas tinham como principal bandeira, de início, a defesa do acesso das mulheres à Educação e, já no final do século XIX, foram mais contundentes na defesa do fim da escravidão, do divórcio e do voto feminino (BERNARDES, 1988; HAHNER, 2003, 1981).

De acordo com Buitoni (1981), essa imprensa pode ser analisada sob duas representações: uma tradicional, que não permite a liberdade de ação fora do lar e que engrandece as virtudes domésticas e as qualidades *femininas*; e outra progressista, que defende os direitos das mulheres, dando ênfase à Educação. Essa autora ainda possibilitou, através da obra *Mulheres de papel: representação de mulheres pela imprensa feminina* (1981), uma relação de outros jornais femininos editados na Corte e na província do Rio de Janeiro (tabela 2), além dos treze periódicos localizados na pesquisa exploratória, alguns já relatados anteriormente:

Tabela 2: Impressos editados ou dirigidos às mulheres listados por Buitoni (1981)

PERIÓDICO	CIRCULAÇÃO
O ESPELHO DIAMANTINO	1827
O CORREIO DAS MODAS	1839 - 1841
O ESPELHO FLUMINENSE	1843
NOVELLISTA BRASILEIRO OU ARMAZEM DE NOVELLAS ESCOLHIDAS ⁵⁵	1851
RECREIO DO BELLO SEXO	1856
A VIOLETA FLUMINENSE	1857 - 1858
O ESPELHO	1859 - 1860
A PRIMAVERA	1861
A BELLA FLUMINENSE	1863 - 1864
JORNAL DAS MOÇAS	1876
O RECREIO DAS MOÇAS	1876 - 1877
MÃE DE FAMÍLIA	1879 - 1888
A ESTAÇÃO	1879 - 1904
O MIMO	1896

⁵⁵ Os jornais: O Correio da Modas, O Espelho Fluminense e Novellista Brasileiro foram publicados por E. e H. Laemmert.

Portanto, há na imprensa feminina, escrita por mulheres, um campo singular e significativo que precisa ser analisado de acordo com a conjuntura social e histórica que propiciou o seu surgimento na segunda metade do século XIX. Essa imprensa certamente contribuiu para desvendar os caminhos das professoras e dos professores primários, revelou histórias das mulheres oitocentistas e desmistificou significados aparentes (LE GOFF, 1996) acerca do processo de feminização do magistério primário.

1.3 A imprensa feminina escrita por mulheres

Nesta subseção serão apresentados os três jornais femininos selecionados e escritos por mulheres. Foram organizados em ordem cronológica crescente, considerando a data de surgimento de cada um no Município Neutro (Rio de Janeiro), são eles:

- *O Jornal das Senhoras* (1852-1855) apareceu na Corte em 1852. Há diferentes apontamentos sobre qual seria a redatora-chefe desse jornal, porém o primeiro artigo, datado de 01 de janeiro de 1852, indicava ser a argentina *Joana Paula Manso de Noronha* (1819-1875). Foi publicado na Corte por três anos consecutivos.
- *O Sexo Feminino* (1873-1889) teve diferentes fases no Oitocentos. Depois da proclamação da República, passou a ser chamado *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1896)⁵⁶. A princípio, foi editado por um ano na cidade de Campanha da Princesa em Minas Gerais sendo, posteriormente, editado na Corte. Em ambas as fases, *D. Francisca Senhorinha da Mota Diniz* (séc. XIX) foi redatora e proprietária desse jornal.
- *A Família* (1888-1897) surgiu na cidade de São Paulo, a partir de reuniões entre mulheres. Após seis meses, passou a ser publicado no Rio de Janeiro. Teve uma considerável durabilidade no Oitocentos, cerca de dez anos ininterruptos⁵⁷. Foi redatora e proprietária a professora *Josephina Alvares de Azevedo* (1851- ?).

A apresentação dos jornais que se segue é iniciada pela imagem da folha de rosto da primeira publicação e, seguidamente, pela ficha de descrição elaborada a partir da pesquisa de Di Stasio (1996). A organização dessas fichas teve como objetivo produzir uma descrição a respeito de cada circulação, contendo: o primeiro número, a periodicidade, a tipografia, os editores, o número de páginas, a linha editorial e os números encontrados nos acervos públicos. Essa organização possibilitou conhecer o perfil editorial e tipográfico como também algumas particularidades desse tipo de imprensa no Brasil.

⁵⁶ As pesquisas de Bernardes (1988) e Buitoni (1981) indicam que nessa fase o jornal circulou no Rio de Janeiro, já denominado Distrito Federal, de 1889 a 1896. A pesquisa exploratória demonstrou a existência de publicação até 1896, porém somente constam microfilmados na BN quatro exemplares correspondentes ao período de 1889 a 1890.

⁵⁷ Segundo Buitoni (1981), Schumacher e Vital Brazil (2000), este jornal circulou até 1897. Somente foram localizados dados na BN até o ano de 1894.

1.3.1 O Jornal das Senhoras



Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional localização: PR-SOR 02157 (1 e 2). Folha de rosto do primeiro número datado de 01 de janeiro de 1852, tomo I, p. 01.

Tabela 3: Ficha de descrição d'*O Jornal das Senhoras* (1852-1855)

PRIMEIRO NÚMERO:	01 jan. 1852 (Anno 1, n.1)
PERIODICIDADE:	Uma vez por semana (domingo)
TIPOGRAFIA:	Rua Nova do Ouvidor, n.20 Mudança de tipografia: Typ. de Santos e Silva Junior, a rua da Carioca, n.32; Typ. do Jornal das Senhoras, a rua do Cano, n.165
EDITORES/ REDATORES:	Fundação: Joana Paula Manso de Noronha, seis meses depois: Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco
Nº PÁGINAS:	08 páginas (dimensão: 27X 19 cm)
CIRCULAÇÃO:	1852 – 1855
LINHA EDITORIAL:	Para melhoramento social e emancipação moral da mulher
Nºs. ENCONTRADOS:	Rolo 1: ano 1 , tomo I –II, 01 jan. – 26 dez. 1852 (ns. 1-52) ; ano 2, tomo III- IV, 01 jan. – 25 dez. 1853 (ns. 1-52) Rolo 2: ano 3- tomo V/VI – 01 jan. – 31 dez. 1854 (ns. 1-53); ano 4 – tomo VII- VII VIII – 01 jan. – 30 dez. 1855 (ns. 1-52)
TOTAL:	209 exemplares

Fonte: Acervo de Obras Raras BN: PR-SOR 02157 (rolo 1 e 2).

A pesquisa exploratória na fonte documental⁵⁸, nas obras de Buitoni (1981) e de Hanher (2003), revelaram este jornal como o primeiro a ser editado no Rio de Janeiro, dirigido e voltado aos interesses das mulheres no século XIX, tendo pelo menos três editoras e/ou redatoras-chefe. Para Fonseca (FONSECA, 1941, apud BUITONI, 1981, p. 21) este jornal foi redigido por *Cândida do Carmo Souza Menezes* (séc. XIX)⁵⁹. No livro *História da Imprensa no Brasil*, de Sodré (1977), há indica o de que este jornal foi fundado por *Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco* (1816-1874)⁶⁰. Na base de dados on-line da BN consta que foram duas as redatoras: *Joanna Paula Manso de Noronha* (1819-1875) e *Cândida do Carmo Souza Menezes*. Constatou-se no primeiro artigo do jornal, de 01 de janeiro de 1852 (pp.01-02), fragmentos que comprovaram a existência desta redatora deste jornal na sua fase inicial:

⁵⁸ Que correspondem aos jornais femininos localizados no século XIX, majoritariamente, no acervo da BN.

⁵⁹ Não foram localizados dados biográficos desta jornalista.

⁶⁰ Está referência consta no livro *História da Imprensa Brasileira* (SODRÉ, 1977, p. 214) e a informa o de que esta escritora também editou o jornal *O Domingo* que circulou de 1873 a 1874, ano do seu falecimento. Foi, ainda, considerada por Vidal (s/d) como a primeira jornalista brasileira.

As nossas Assignantes.

Redigir um jornal é para muitos litteratos o apogeo da suprema felicidade, já *sou fiedac or*, esta frazezinha dita com seus botões faz crescer dous palmos a qualquer individuo. [...]

Ora ! não pôde ser. A sociedade do Rio de Janeiro principalmente, Côte e Capitál do imperio, Metropoli do sul d'America, acolherá de certo com satisfacção e sympathy O JORNAL DAS SENHORAS redigido por uma Senhora mesma : por uma americana que, senão possui talentos, pelo menos tem a vontade e o desejo de propagar a illustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher.

Joanna Paula Manso de Noronha.

A argentina *Joanna Paula Manso de Noronha*, também, escreveu "para jornais cariocas como *O Pais*, no qual publicou a série *Misterios del Plata*" (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000, p. 294). Com problemas financeiros e pessoais, viu-se obrigada a deixar a direção do jornal seis meses depois de tê-lo assumido, voltando a residir na Argentina, onde continuou sua atuação como educadora e jornalista⁶¹. Para salvar o jornal, recorreu à sua redatora auxiliar: *Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco* que com 35 anos assumiu a direção deste que, após um ano, passa a ser dirigido por *Gervásia Nunésia Pires dos Santos Neves* (BERNARDES, 1988).

Segundo Vidal (s/d), o surgimento deste jornal despertou grande curiosidade, por ser uma novidade naquele momento. Este autor informa que *O Jornal das Senhoras* foi noticiado pela imprensa de grande circulação e logo despertou o interesse de um grande público, sobretudo de moças que passaram a escrever artigos e contos para nele publicar, escondendo-se sob pseudônimos e "assim faziam respeitando os preconceitos sociais da época, que eram impiedosos. Como se apresentar em público pugnando pela emancipação da mulher, pedindo para a mulher mais do que a sociedade lhe concedia? Era necessária muita coragem e desassombro [...]" (VIDAL, s/d, p. 129).

As mulheres escritoras deste jornal empreenderam uma atividade precursora na imprensa brasileira e compreendiam que defender a educação das mulheres era o primeiro passo para a conquista de direitos sociais. Elas tinham consciência do que representava uma

⁶¹ Ver mais em: Hahner (1891; 2003); Schumacher e Vital Brazil (2000) e Muzart (2000).

mulher editar um jornal no Brasil: *as pessoas deviam se perguntar: que bicho de sete cabeças será?*, sabiam que falar dos seus direitos, da sua missão e educação provocaria reações do tipo: *isto não é leitura que se deva permitir nas casas de família* e temiam enfim que sofressem alguma perseguição e até mesmo um *auto de fé privado* pelos representantes da Igreja Católica (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação Moral da Mulher, 11 jan. 1852., p 12).

A coleção do jornal é composta por 209 números⁶², o primeiro datado de 01 de janeiro de 1852 e o último de 30 de dezembro de 1855, como foi verificado na tabela 3, correspondente à ficha de identificação deste periódico. Foi fundado na Corte e tinha como subtítulo *Modas, Litteratura, Bellas-Artes, Theatros e Critica*. Circulava uma vez por semana, sendo o primeiro número publicado numa quinta-feira e os números seguintes aos domingos.

Cada número possuía quatro páginas com textos relacionados à linha editorial do jornal: *o melhoramento social e moral da mulher pela instrução*. Além de publicar, todos os domingos, poesias, comentários sobre modas, festas, receitas e outros informes às mulheres da época, trazia no início de cada mês um lindo figurino de Paris, e nos outros seguintes de um engraçado lundu ou terna modinha brasileira, romances franceses em música, moldes e riscos de bordados⁶³. Foi impresso, inicialmente, na Rua Nova do Ouvidor, n.20, depois passou para a Tipografia de Santos e Silva Junior, na rua da Carioca, n.32, porém consta nos últimos números do jornal a Tipografia d'*O Jornal das Senhoras*, como situada na rua do Cano⁶⁴, n.165.

1.3.1.1 As mulheres editoras d'*O Jornal das Senhoras*:

As mulheres editoras desse jornal foram consideradas por Vidal (s/d) como as primeiras a atuarem na sociedade brasileira como jornalistas. Podem imaginar as injúrias e difamações que elas sofreram, numa época em que não eram vistas com bons olhos no

⁶² Esta coleção encontra-se microfilmada no Acervo de Obras Raras da BN.

⁶³ Informação obtida na base de dados on-line da BN.

⁶⁴ No romance histórico de Ruy Castro, chamado *Era no tempo do rei, um romance da chegada da Corte* (2007), há indicação de como eram chamadas as ruas do Rio de Janeiro no passado, entre elas, há referência da *Rua do Cano* como a atual *Rua Sete de Setembro*. A origem do primeiro nome derivou da instalação de um cano (de pedra e cal) que "seguia em linha reta até o Terreiro do Carmo, hoje Praça XV de Novembro, para escoar as águas em excesso". A mudança para o nome atual - rua Sete de Setembro, ocorreu em 1856 (CASTRO, 2007, p. 132).

exercício de uma profissão fora do ambiente doméstico, ainda mais como jornalistas, uma tarefa socialmente atribuída aos homens.

Algumas autoras como Hahner (2003) e Muzart (1999) mencionaram que as mulheres d'*O Jornal das Senhoras* pouco fizeram em favor da emancipação feminina, já que os seus discursos correspondiam aos padrões sociais vigentes. Porém, essa investigação sinalizou que elas foram umas das primeiras a declararem publicamente as condições de inferioridade feminina no Brasil: *A mulher deve ter consciência de si; e de sua alta missão, para devidamente preenche-la; pois della depende a educação do homem [...] (O Jornal das Senhoras, Influência da Educação da Mulher, tomo III, 06 mar. 1853, p. 74).*

Além de estarem à frente da edição de um jornal, elas possibilitaram a introdução de novos assuntos no cotidiano das mulheres daquela época, como por exemplo, a reivindicação pela instrução primária.

Joanna Paula Manso de Noronha (1819-1875) e *Violante Ataliba Ximenes Bivar e Velasco* (1816-1875) foram as primeiras editoras d'*O Jornal das Senhoras* e defendiam a emancipação da mulher para melhor desempenhar o seu papel no lar. "Não viam a possibilidade de realização da mulher fora do casamento", até porque "a sociedade brasileira não era tolerante com a mulher solteira" (VASCONCELOS, 1999, p. 232). Até concluir esta dissertação, não foram localizados dados biográficos da última editora desse jornal: *D. Gervásia Numésia Pires dos Santos Neves*⁶⁵.

Joanna Paula Manso de Noronha (1819-1875)

Nasceu na Argentina no dia 26 de junho de 1819. Seus pais refugiaram-se da ditadura de Rosas⁶⁶ no Rio de Janeiro, onde ela se casou com o músico português *Francisco Sá Noronha*. Com ele viajou para vários países, entre eles, os Estados Unidos e

⁶⁵ A pesquisadora Buitoni (1981) indicou que ela seja do século XIX. Até o término desta dissertação não foram encontrados dados biográficos sobre a escritora.

⁶⁶ Essa ditadura foi instaurada em 1829 por *Juan Manuel de Rosas* (1793-1877) e foi derrubada por *Justo José de Urquiza* em 1853. Rosas fez parte do exército argentino desde os seus quinze anos de idade. Tornou-se coronel em 1820 e, posteriormente, comandante geral da Companhia Federalista em todo o país. Em 1835 a Assembléia Geral deu amplos poderes a Rosas. Fez guerras com quase todos os países da América Latina, entre eles, o Uruguai, o Paraguai e o Brasil. Teve como grande aliado o general *José de San Martín* que liderou a campanha pela independência Argentina em 1816 (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE, 1970, p. 5952).

Cuba, nesse período teve duas filhas: Eulália e Hermínia. No retorno ao Brasil, em 1848, tornou-se cidadã brasileira para poder estudar medicina (VASCONCELOS, 1999), lecionou em algumas escolas e escreveu para jornais cariocas como *O País*, considerado na época o jornal de maior circulação no país, além de ter fundado *O Jornal das Senhoras*.

Nesse jornal, ela convidava as senhoras a apresentarem suas produções literárias sob o anonimato. Defendia em seus artigos a necessidade do respeito mútuo e maior igualdade entre os cônjuges. Desejava que as mulheres não fossem mais oprimidas em seus lares como servas, mas que elas fossem reconhecidas como "rainhas do lar" (VASCONCELOS, 1999, p. 229).

Ela sofreu uma desilusão amorosa, pois o marido a abandonou para viver com outra mulher, deixando-a sozinha com as duas filhas do casal. Com dificuldades financeiras e sem condições de criar as filhas sozinha, seis meses após a publicação d'*O Jornal das Senhoras*, ela passou a direção do jornal para *Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco* e retornou para a Argentina em 1853. No seu país, escreveu para jornais e publicou o primeiro jornal voltado para a educação: *Anales de la Educacion Común*. Em 1859 foi nomeada diretora da primeira escola mista de Buenos Aires.

Faleceu em 1875, deixando publicado o *Compendio de la historia de las Provincias Unidas Del Rio de la Plata desde su descubrimiento hasta la declaracion de su independencia el 9 de julio de 1816 (1862)* (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000, pp.293-294; SOUTHWELL, 2009).

Violante Ataliba Ximenes Bivar e Velasco (1816-1875)

Nasceu na Bahia em 1º de dezembro de 1817, filha de Violante Lima de Bivar e de Diogo Soares da Silva Bivar, escritor de vários livros, membro do Conselho Imperial e primeiro presidente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Casou-se com o tenente João Antônio Boaventura Velasco.

Conhecedora do francês, do italiano e do inglês, dedicou-se à tradução de peças teatrais. A peça de Alexandre Dumas e Eugênio Sue, *O xale de casemira verde*, lhe valeu a entrada para o Conservatório Dramático do Rio de Janeiro. Fez crítica de algumas peças para esta instituição, que detinha o poder de liberá-las ou censurá-las. Tornou-se sua sócia

honorária e o único nome feminino que consta dentre os sócios. Dedicou-se ao canto, ao desenho, à música, e às atividades literárias, sendo os principais o jornalismo e a tradução (VIDAL, s/d).

Foi uma das fundadoras d'*O Jornal das Senhoras*, junto com *Joana Paula Manso de Noronha* (1819-1875) e passou a dirigi-lo a partir de 04 de julho de 1852. Nele escrevia sobre os problemas relativos à educação que as mulheres recebiam (VASCONCELOS, 1999). Teve, também, dificuldades financeiras para manter a publicação deste periódico, que sobreviveu com a arrecadação das assinaturas e dos próprios recursos de suas diretoras. No dia 05 de junho de 1853, ela comunicou que *Gervásia Nunesia Pires dos Santos Neves* seria a nova proprietária do jornal. E na publicação seguinte, do dia 12 de junho, esta já apareceu assinando como redatora chefe como "Gervásia P." (VIDAL, s/d, p. 132).

Em novembro de 1873, funda no Rio de Janeiro, aos 56 anos, o jornal *O Domingo* (1873-1874), escrito com a colaboração de outras mulheres. Nesse período publicou alguns artigos no jornal *O Sexo Feminino* (1873-1889). Consegui identificá-los na análise dos jornais, pois os mesmos vêm assinados como *Da Domingo*.

Em 1859, publicou seu primeiro livro *Algumas traduções*. Defendeu a igualdade intelectual de ambos os sexos, enfatizando o papel da maternidade, vendo-a como um dom de Deus. Comungava da idéia que supervalorizava a mulher-mãe, vendo nela a imagem da Virgem Maria e ressaltava as qualidades espirituais que faziam a mulher uma educadora nata. "Mãe e educadora, eis o binômio que defendia para a mulher" (VASCONCELOS, 1999, p. 197). Dizia que "os prazeres do estudo são talvez, os únicos que lhe enchem completamente a alma" das mulheres, mas não conseguia vê-lo como um fator indispensável para a independência econômica feminina, apenas que as mulheres bem-educadas estariam aptas a educar seus filhos. Faleceu no dia 25 de maio de 1875, no Rio de Janeiro. (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000, p. 521).

1.3.2 Jornal O Sexo Feminino

Anno 1. Cidade da Campanha, 7 de Setembro de 1873. Num. 1.

O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER.

Assignaturas.
Por anno 58000
Por semestre 28500
Publica-se 1 vez por semana.

« E' pelo intermedio da mulher que a natureza escreve no coração do homem »
(AIME' MARTIN.)

Observação.
Toda correspondencia será dirigida á D. Francisca Senhora da Motta Diniz.

PROPRIETARIA E REDACTORA—D. FRANCISCA S. DA M. DINIZ.—COLLABORADORAS, DIVERSAS.

O Sexo Feminino.

A educação da mulher.

Zombem muito embora os pessimistas do apparecimento de um novo orgão na imprensa—O *Sexo Feminino*; tapem os olhos os *indifferentes* para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; rião os *curiosos* seu riso sardonico de reprovação á idéa que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigão os *retrogrados* com seus driterios de chufa e mofa nossas conterraneas, chamando-as de *utopistas*; O *Sexo Feminino* apparece, hade lutar, e lutar até morrer: morrêrá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.

O seculo XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais de metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de *um traste de coisa*, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns individuos menos de-

licados ousão atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinher, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional *perfeitamente*, e depois, *economia e medicina domestica*, a *puericultura*, a *litteratura* (ao menos a nacional e portugueza), a *philosophia*, a *historia*, a *geographia*, a *physica*, a *chimica*, a *historia natural*, para coroar esses estudos a *instrução moral e religiosa*; que *estas meninas assim educadas* não dirão quando moças estas tristes palavras:

« Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!! »

Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruidas, não saibão coser, lavar, engomar, cortar uma camisa, etc. etc.

A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades.

O dinheiro, Deos o dá e o diabo pôde tirar; mas a sabedoria que Deos dá—o diabo não a roubará.

Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional localização: PR-SOR 00075. Folha de rosto do primeiro número editado em Campanha da Princesa/ MG datado de 07 de setembro de 1873, p. 01.

Tabela 4: Ficha de descrição do jornal: *O Sexo Feminino* (1873-1889)

PRIMEIRO NÚMERO:	<i>1ª fase</i> : 07 set. 1873, anno I- n.1 ⁶⁷ <i>2ª fase</i> : 22 set. 1875, anno II- n.1 <i>3ª fase</i> : 02 jun 1889, anno III- n.1
PERIODICIDADE:	Na 1ª e na 2ª fase circulava uma vez por semana, na 3ª fase uma vez por semana, porém do n. 07 ao n. 10 passou a circular mensalmente.
TIPOGRAFIA:	Para cada fase do Jornal uma tipografia: <i>1ª fase</i> (Campanha da Princesa/ MG): <i>Typografia do Jornal O Monarchista</i> <i>2ª fase</i> (Corte/ RJ): <i>Typografia e Livraria de Lambaerts e Filho</i> , da rua dos Ourives, n.07. <i>3ª fase</i> (Corte/ RJ): <i>Typografia e Lith de Machado & C.</i> , da rua de Gonçalves Dias, n.28, redação da rua do Lavradio, n. 101.
EDITORES/ REDATORES:	Professora Francisca Senhorinha da Mota Diniz
Nº PÁGINAS:	04 páginas
CIRCULAÇÃO:	<i>1ª fase</i> de 1873 a 1874; <i>2ª fase</i> de 1875 a 1876; <i>3ª fase</i> de junho a outubro de 1889.
LINHA EDITORIAL:	Enfatizava a emancipação social da mulher, pela família e pela educação
NºS. ENCONTRADOS:	<i>1ª fase</i> : Anno I do n. 1 ao n. 45 de 1873 a 1874 <i>2ª fase</i> : Anno II do n. 1 ao n. 22 de 1875 a 1876 <i>3ª fase</i> : Anno III do n. 1 ao n. 10 de 1889 ⁶⁸
TOTAL:	76 exemplares

***O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1896), após a Proclamação da República**

PRIMEIRO NÚMERO:	Indeterminado
PERIODICIDADE:	Constava no n. 12 que foi quinzenal, mas a partir do n. 13 passou a circular mensalmente
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Redação e Impressão na rua do Lavradio, n. 24

⁶⁷ Constava na 1ª página do primeiro número (Anno I, n.1) o seguinte aviso: quem não for assinar o jornal a partir do 1º número deverão devolver o mesmo ao escritório da redação.

⁶⁸ Não há registro de publicação no período de 1877 a 1888. Houve nesse período constantes epidemias de febre amarela na Corte (CHALHOUB, 1996). Faltam os números: n. 43 (1874) e do n. 07 (pp. 03 e 04, 1889).

EDITORES/ REDATORES:	Francisca Senhorinha da Mota Diniz
Nº PÁGINAS:	04 páginas
CIRCULAÇÃO:	1889 a 1896
LINHA EDITORIAL:	Dedicado aos interesses da mulher
Nºs. ENCONTRADOS:	Únicos exemplares na BN: anno I - 03 ago 1890 (, n.2) , anno III -15 dez 1889 (n.12), 15 mar 1890 (n.13), 06 abr 1890 (n. 14) ⁶⁹ ;16 jul 1890 (n.18), anno II – 03 ago 1890 (n. 19); 29 ago 1890 (n. 20); 30 set 1890 (n.21); 06 dez 1890 (n. 23). E no AGCRJ: 1891 – jan.(n.1,v.3.); 1893 – jul. (n. 12,v. 4) e 1894 – nov. (n. 13,v. 5).
TOTAL:	12 exemplares ⁷⁰

Fonte: *O Sexo Feminino* -Acervo de Obras Raras BN: PR-SOR 00075. *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*- Acervo de Obras Raras BN: PR-SOR 00085 (1); Acervo de Periódico BN: 2-416, 02, 11; Acervo da AGCRJ: mapoteca.

O jornal *O Sexo Feminino* foi um dos primeiros, dos quatorze impressos localizados, a trazer estampado na capa a informação sobre a redatora e proprietária, a jornalista e professora da *Escola Normal de Campanha da Princesa/ MG, D. Francisca Senhorinha da Mota Diniz* (séc. XIX)⁷¹ e teve como colaboradoras suas três filhas: Amélia, Albertina e Elisa Diniz e mais diversas mulheres, entre elas, a jornalista *Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco*⁷² e a poetisa *Narcisa Amália* (1852-1924)⁷³. Surgiu no dia 07 de setembro, com um título ousado para a época, na mesma cidade onde *D. Francisca* lecionava. Tinha como concepção editorial a busca pela independência das mulheres pela educação, proclamando-a assim como tinha sido proclamada a independência do país: *E pois, Viva a Independência do nosso sexo! Viva a instrução da mulher! Vivão as jovens campanheses!* (*O Sexo Feminino*, A educação da mulher, n. 01, 07 set. 1873, p. 01).

⁶⁹ Faltam os números 15, 16 e 17 (1890).

⁷⁰ Existem poucos exemplares desse jornal na BN. Alguns se encontram indisponíveis à consulta (1890 a 1896) e não foram, por razões diversas, microfilmados. Está previsto que eles sejam microfilmados pelo projeto *Fênix: resgate da memória em papéis de trapos* cujo objetivo é disponibilizar à consulta, novamente, as obras em estado de deterioração física que inviabiliza o manuseio, conforme site da BN (PROJETO FÊNIX, BN, 2009).

⁷¹ Que se manteve atuante como jornalista e professora até aproximadamente 1896, considerado o último ano de publicação do jornal *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, segundo informação na base de dados online da BN.

⁷² Editora anteriormente *d'O Jornal das Senhoras* e nesse período publicou o jornal *O Domingo* (1873-1874).

⁷³ Dados sobre esta escritora compõem os verbetes das mulheres escritoras do jornal *A Família* por causa do número de artigos neste publicados por ela.

A coleção do jornal, localizada majoritariamente no acervo de Obras Raras da BN, é composta por 76 exemplares⁷⁴, descritos na tabela 4. O semanário tinha como subtítulo a inscrição: *Semanario, litterario, recreativo e noticioso, dedicado aos interesses da mulher*, dava menos ênfase aos assuntos de moda e beleza, assuntos considerados como femininos geralmente destinados às damas e às senhoras vinculados em periódicos desse período (NASCIMENTO, 2007). Uma outra especificidade era a solicitação às suas colaboradoras *que seus artigos sejam assignados (O Sexo Feminino, Editorial, n. 14, 06 dez.1873, p. 01)*, algo incomum naquela época.

Este jornal teve três fases distintas e circulava uma vez por semana. Durante um surto de febre amarela na Corte, por volta da década de 1870, a redatora informou que: *achando-se doente e toda sua familia, e ainda mais, aterrada pela epidemia actual, a febre amarella, retira-se por algum tempo para fóra da côrte, e por esse motivo só mensalmente sahirá a folha [...]*⁷⁵ (*O Sexo Feminino, Editorial, n. 22, 02 abr.1876, p. 01*). Nesta e na última fase o jornal passou a circular uma vez por mês.

A primeira fase (ano I), escrita na cidade de Campanha da Princesa/ MG, possui 44 números⁷⁶, compreendendo o período de 07 de setembro de 1873 a 07 de setembro de 1874. A redatora-chefe deixava em evidência a sua defesa pela implementação da rede pública de instrução elementar para a população analfabeta, especialmente, para as mulheres. Há diferentes artigos onde apareceu o termo *escola do povo*, que na época tinha o mesmo significado de "escola elementar"⁷⁷ (VILLELA e GASPARELLO, 2009). A redatora escrevia cartas aos políticos⁷⁸ e teceu elogios às iniciativas dos jornalistas Dr. Miguel Vieira Ferreira, Henrique L. de Abreu, José Napóles Telles de Menezes e Francisco Rangel

⁷⁴ Infelizmente a coleção encontra-se incompleta, dados obtidos apenas nos exemplares que foram localizados e que estavam disponíveis para a consulta.

⁷⁵ O historiador Chalhoub na sua conhecida obra *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial* (1996), relatou como historicamente a epidemia de febre amarela se instalou na Corte na segunda metade do século XIX. Demonstrou que há estimativas de que ela tenha surgido no verão de 1849-1850 e ressurgido na década de 1870, renovando-se a cada verão com maior ou menor intensidade, muito associada às condições sanitárias da capital, a imigração européia, ao contexto das transformações nas relações de trabalho, entre outras questões. Provocava a fuga apressada dos habitantes mais abastados para outras províncias, entre elas Petrópolis, um dos "refúgios recomendados pelos médicos" (CHALHOUB, 1996, p. 61).

⁷⁶ Todos os exemplares, do n. 01 ao n. 45 com exceção apenas o n. 43, encontram-se microfilmados no Acervo de Obras Raras da BN.

⁷⁷ Já as chamadas "escolas burguesas" eram as intermediárias entre as escolas do povo e o ensino secundário, este destinado "a fins científicos". Desse modo, as "escolas burguesas" foram entendidas como um grau mais elevado do que as "escolas do povo", e não como preparatório para as instituições de ensino secundário (VILLELA e GASPARELLO, 2009, p.4441).

⁷⁸ As cartas foram reproduzidas em alguns exemplares do jornal *O Sexo Feminino*.

Pestana⁷⁹ pela criação da *escola do povo*. Há, também, artigos sobre a instituição da primeira Escola Normal da cidade de Campanha/MG e de outras cidades como da Província de Niterói e, ainda, artigos que defendem as mulheres como professoras primárias.

Nesta fase o jornal era impresso na tipografia do jornal *O Monarchista*, cujo proprietário era o jornalista e advogado *Dr. José Joaquim da Silva Diniz* (séc. XIX)⁸⁰, marido de *D. Francisca Senhorinha*. Há relatos de que esse fato pode ter justificado a neutralidade política do jornal (NASCIMENTO, 2007) e da transferência da redatora com as suas filhas para a Corte insinuavam um rompimento com o marido, porém o mesmo é questionável pelo próprio posicionamento da redatora diante da Monarquia e pelo discurso especial de agradecimento ao marido:

Devo aqui consignar uma circumstancia concomitante do aparecimento desta folha, que é devida a tenaz insistencia e espontanea cooperação de um jovem sympathico e intelligente typographo que um só momento não perdeo para que não se interrompesse esta publicação. Ainda concorreo poderosamente em prol desta folha digno e illustrado redactor e proprietario do *Monarchista*, que fez desaparecer toda e qualquer dificuldade que obstar podesse a este semanario. (*O Sexo Feminino*, Aniversário do periódico, n. 45 de 07 set. 1874, p. 02, grifo do original).

Na fase seguinte (ano II), *D. Francisca Senhorinha da Mota Diniz* foi convidada para ser professora na Corte Imperial (NASCIMENTO, 2007), quando passa a viver, sem o marido, no Rio de Janeiro com suas três filhas, na Praça da Aclamação nº49 (sobrado) onde

⁷⁹ Ambos os jornalistas foram divulgadores do protestantismo no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, *Dr. Miguel Vieira Ferreira* (1837-1895), de família nobre da cidade do Maranhão, foi "formado em física e matemática na Escola do Exército no Rio de Janeiro, foi membro da Igreja Presbiteriana desde 1874 até 1878 quando dela fora expulso por questões supostamente doutrinárias" (BARRERA, 2004, p. 180). No artigo De Luca e De Luca (2003) há indicações na bibliografia analítica sobre *Francisco Rangel Pestana* (1839-18?) das pesquisas de Mestrado e Doutorado defendidas por Hilsdorf intituladas respectivamente: *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens* (USP, 1977) e *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político e educador* (USP, 1986). Ambas descrevem o contexto histórico-político-ideológico em que se insere a criação do *Colégio Piracicabano* (em 1881) e a atuação pedagógica progressista de um dos mais destacados líderes republicanos: Rangel Pestana (HILSDORF *apud* DE LUCA e DE LUCA, 2003).

⁸⁰ Dr. José Joaquim da Silva Diniz (18? - 1886) era natural da província de Minas Gerais, faleceu em outubro de 1886 em Jaguary. Atuou como advogado e coletor de rendas gerais e provinciais. Foi redator-chefe do jornal *O Monarchista* (Campanha da Princesa/MG) e escreveu: "*Tratado de Geographia Descritiva*, especial da província de Minas Geraes, em que [descreveu] tudo do que melhor e mais notavel nos tres reinos, mineral, vegetal e animal etc. Juiz de Fora, 1878, in-8^o" (BLAKE, 1902, v. IV, pp. 500-501). Ele aparece, no primeiro número d'*O Sexo Feminino*, como professor nomeado para a 2ª cadeira de regência da Escola Normal de Campanha da Princesa em 1874.

também foi proprietária do *Colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha* e, tempos depois, do *Colégio Santa Izabel*, que dava ênfase à educação feminina. Passou a editar o jornal na tipografia dos Srs. Lambaerts e Comp., onde por 20\$000 anuais as pessoas podiam assinar conjuntamente *O Sexo Feminino* e a *Saison*, jornal de modas, propriedade dessa tipografia (*O Sexo Feminino*, Editorial, n. 11 de 10 out. 1875, p. 01). Dessa fase há apenas 22 números, compreendendo o período de 22 de julho de 1875 a 02 de abril de 1876⁸¹.

Na última fase do jornal (ano III), a tônica passou ser a conquista dos direitos políticos para as mulheres e o periódico voltou a ser escrito e impresso na Corte. Constam apenas 10 números, compreendendo o período de 02 de junho a 08 de outubro de 1889. Após a proclamação da República, este jornal passou a ser editado com o nome de *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* em 1889, como consta na tabela 4.

No ano em que o jornal esteve em Campanha/ MG, teve uma tiragem semanal de oitocentos exemplares e *não contou com dez números devolvidos*, tendo um total de 8.000 assinaturas por ano e 2.500 assinaturas por semestre, ampliando gradativamente nas publicações seguintes (*O Sexo Feminino*, Aniversário do periódico, n. 45, 07 set. 1874, p. 01), quando na Corte, a redatora chegou a reimprimir quatro mil cópias dos dez primeiros números para os novos assinantes (*O Sexo Feminino*, Editorial, n. 11, 15 nov. 1874, p. 01).

O jornal teve assinaturas do Imperador *D. Pedro II* e sua filha *Princesa Isabel*; de várias localidades da Europa como na Espanha e em Nova York e, no Brasil em diferentes províncias. O fragmento abaixo, demonstrou o reconhecimento dos colegas redatores de outros periódicos:

Divida de reconhecimento e gratidão.

Aos muito dignos e illustrados collegas redactores dos periodicos:

Município.	Vassour*	Prov.	Rio de Jan.º
<i>Echo Democratico,</i>	«	«	« « «
<i>Independente,</i>	Campos	«	« « «
<i>Caixeiro,</i>	«	«	« « «
<i>Mercantil,</i>	Petropl.	«	« « «
<i>Correio de Cantagallo,</i>	Canta G.	«	« « «
<i>Mineiro,</i>	Pouso A.	«	Minas.
<i>Itajubá,</i>	Itajubá.	«	«
<i>Lorenense,</i>	Lorena.	«	S. Paulo.
<i>Aurora,</i>	Silveira.	«	«
<i>Pindamonhangabense</i>	Pindag.	«	«
<i>Independente,</i>	Mogy-M	«	«
<i>Echo Bananalense,</i>	Bananal	«	«
<i>Jornal do Commercio,</i>	Porto A.	«	Rio Gd. do S.
<i>Liberal Victoriense,</i>	Victoria	«	Pernambuco.

Fonte: *O Sexo Feminino*, O dia 7 de setembro, n. 45, 07 set. 1874, p. 4.

⁸¹ Há indícios na fonte documental de outros números editados após o n. 22. Nesta fase o jornal foi interrompido por conta da epidemia de febre amarela na Corte já referida.

Este fragmento encontra-se na seção Noticiário que, em diferentes números, comprovam a rede de sociabilidade de *D. Francisca Senhorinha* com diferentes editores e redatores de outros periódicos, na qual denominou de *espírito de collegismo*. Nessa edição, comemorou o primeiro aniversário do jornal na cidade de Campanha da Princesa/MG e anunciou a sua transferência para a Corte/RJ. A redatora dizia-se admirada ao reconhecer que o seu *humilde periodico* era lido *na velha capital da Hespanha na Europa e na soberba Nova-York dos Estados-Unidos [...] desde o Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul [onde] ainda agora choviam pedidos de numeros editados e novas assignaturas* (Ibid., p. 1). Fez um agradecimento especial para os jornais *Independente* de Campos, *Lorenense* e *Aurora* da província de São Paulo que, além de anunciarem a publicação *d'O Sexo Feminino* em seus jornais, recomendava a leitura aos homens e às mulheres em suas cidades (Ibid., p. 4).

Considerando o formato extrínseco do jornal, encontramos cada página separada por duas colunas e cada número continha quatro páginas, divididos em seções intituladas: *O sexo feminino*, sempre com um artigo da redatora relacionado à linha editorial, normalmente, com relatos sobre educação das mulheres em países da Europa e dos Estados Unidos; *Folhetim* com fragmentos de romances, histórias, artigos religiosos e causos da época, com uma subseção denominada *Carta*, ora com elogios de outros órgãos da imprensa, ora com respostas às cartas recebidas na redação do jornal; *Noticiário* comunicando acontecimentos diversos, específicos sobre as práticas educativas; *Collaboração* traz informações sobre a escola normal em Campanha e da província de Niterói; *Litteratura* com artigos onde são debatidos temas relacionados à educação e instrução; *Poesias* normalmente assinadas por mulheres; *Annúncio* e/ou *variedades* comunicando acontecimentos locais sobre educação.

1.3.2.1 D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, editora d'O Sexo Feminino⁸²/O Quinze de Novembro do Sexo Feminino

⁸² Outras mulheres como *Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco* e as próprias filhas de *D. Francisca* foram colaboradoras deste jornal.

Nasceu em São João Del Rei/ MG, filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e Gertrudes Alves de Mello Ramos. Foi casada com o advogado *Dr. José Joaquim da Silva Diniz* (18?-1886), faleceu em 1886, deixando-a viúva. Dedicou-se ao magistério da instrução primária no Rio de Janeiro e em São Paulo, dirigiu o *Colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha* e o *Colégio de Santa Isabel*. Fundou o jornal *O Sexo Feminino* (1873-1889) e colaborou no periódico *A Estação* (1879-1904), jornal de modas foi, ainda, editora dos jornais:

- *A Voz da Verdade*: jornal semanario, noticioso e instructivo; *A Primavera*: revista semanal e instructiva e noticiosa RJ, 1880, in-4º gr. - sahiu o 1º número a 1 de setembro e cessou a publicação no 8º)[...]; *O Sexo Feminino*: jornal semanario, dedicado aos interesses da mulher. RJ, 1884-1886, in-4º gr.- É um jornal de propaganda da instrucção, no qual sua redactora se ocupa também da abolição do elemento servil; *A Judia Rachel*: romance original de costumes [...] RJ, 1886, 254 pags. in-8º (BLAKE, 1902, v. II, p. 371).

O semanário *O Sexo Feminino* foi o primeiro periódico a advogar o sufrágio feminino. Com a Proclamação da República, o jornal passou a se chamar *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, "trazendo uma coluna para a discussão sobre o sufrágio efetivo para as mulheres". Também é autora do romance *A judia Rachel*, editado em 1886. (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000, p. 246).

Ela teve um papel importante na história das lutas femininas no Brasil. Hasteava a bandeira de educação feminina, alertando às mulheres que o inimigo com quem lutavam era a ignorância feminina, defendida pela ciência "dos homens". Atacou a ignorância dos seus direitos, que tornava a mulher escrava, e não companheira do homem. Defendeu a tese que a solução dos problemas brasileiros dependia exclusivamente das mulheres e sua participação efetiva na sociedade: *Queremos a instrucção pura para conhecermos nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna. Queremos, enfim, saber o que fazemos, o porquê e pelo que das coisas. Só o que não queremos é continuar a viver enganadas* (*O Sexo Feminino*, Emancipação da Mulher, n. 02, 14 set. 1873, p. 1, assinado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz). Não foram localizados dados sobre o dia do seu nascimento nem da sua morte.

1.3.3 Jornal A Família

S. Paulo	Numero programma	Brazil
A FAMILIA		
ASSIGNATURAS	JORNAL LITTERARIO	ASSIGNATURAS
CAPITAL	Dedicado á educaçáo da mãe de família	INTERIOR
ANNO..... 105000	PUBLICA-SE UMA VZ POR SEMANA	ANNO..... 125000
	PROPIEDADE DE	
	Josephina Ribeiro de Acosta	
	INDEPENDENCIA	
Pagamento adiantado		Pagamento adiantado

<p>Veneremos a mulher! Santifiquemola e glorifiquemola!</p> <p style="text-align: right;"><i>Victor Hugo.</i></p> <hr/> <p style="text-align: center;">A FAMILIA</p> <p style="text-align: center;"><i>S. Paulo, 18 de Novembro de 1888.</i></p> <p>E' dever de todo o jornal que apparece dizer e que vem fazer, o titulo porém desta minha revista, d'isto me poderia dispensar; tal não succede, visto que, não vejo unicamente fazer uso da imprensa, para ensinar a mulher paulista a educar seus filhos, porque isso sabe ella.</p> <p>Instada por algumas amigas a fim de fazer umas conferencias sobre a « Educaçáo da Mulher », fiz-lhe notar que a palavra em meus labios era polida, não tinha as acintilhões do verbo de Suet, nem o colorido suave e puro do estylo de Sévigné, nem a energia expressa da palavra de Louise Michel, e que por tanto fazia uso da imprensa, escolhendo da preferença a bella cidade de S. Paulo, d'onde trouxe gratissimas recordações, para ali dar á luz, á modesta publicação que tem por titulo <i>A Família</i>.</p> <p>No rojamento simplesmente uma convicção e um esforço, nada mais. Effectivamente, a necessidade desta tarefa gloriosa talvez, mas de certo muito superior ao que posso. Eubora, a ella submetto-me resignadamente.</p> <p>As novas doutrinas impõe-se acima de tudo pela força mysteriosa da imprensa.</p> <p>A imprensa que felizita o erro, também desperta as consciencias adormecidas. Porque ella é como o raio que fende a rocha e perfura o chão. E ha effectivamente uma grande erro a felizinar.</p> <p>A consciencia universal derma sobre uma grande iniquidade secular — a escravidão da mulher.</p> <p>Até hoje tem os homens mantido o falso e funesto principio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a elles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiaes, como elles pela mesma</p>	<p>razão as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque essa taxa o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens — no governo da família, como na direcção do estado.</p> <p>Somos victimas de um erro, se outra coisa meos decemte não é que nos traça um plano inferior nos destinos das nações.</p> <p>As sociedades assentam suas bases sobre dois principios cardaes: — o principio da força e o principio da ordem. O principio da força é o homem, o principio da ordem é a mulher. Assim passando, até me parece que compete-nos de preferença a direcção das sociedades. Porque o homem é e foi sempre a negação da ordem, sem a qual não ha sociedade possível. E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar — o governo de uma casa. E' raro o homem que sabe dirigi-la. Pois bem, elle que não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas, como poderá governar um estado, que se compõe de muitas centenas de casas? Entretanto não é nisso o dominio dos povos e das nações. Eu sei que isto não deve ser dito assim, com tanta franqueza ainda estamos longe, muito longe de pretendermos esses direitos.</p> <p>consentem exclusivamente acua. Oh! muito longe!</p> <p>E aqui no Brazil, principalmente, ha con- sas infimas até espantam, dão origem a commentarios desrazoados, e o que é peor affectam um caracter de dolorosa crueldade.</p> <p>De crueldade, disse, e com razão. Haveris de ter visto que sempre que se crêa para a mulher uma posição nova, aliando diante de suas necessidades uma fonte de conforto — uma occupação remunerada, onde ella possa exercitar a sua actividade, ganhando, á luz do dia, pelo trabalho, pão que teria de obter na escuridão hypocrita do vicio, dentro de casa; quando isso se dá, o acto da pessoa que teve a iniciativa do bem é ridicularizado e todos murmuram das primeiras riparigas que procuram utilizar-se do beneficio que vem: pospar-lhe dos perigos em que a miseria assedia a honestidade de cada uma. Nem</p>	<p>isso parece um erro, parece uma perseguição!</p> <p>Em face destes exemplos, devemos confessar com toda a franqueza, que ha nas sociedades uma escravidão mais barbaça do que todas as escravidões que a historia nos aponta — é a nossa escravidão. Por lor do que todas, até mesmo porque não ha nem nunca houve para nós um termin de reabilitação, ainda que para isso concorra a excepção phenomenal do talento. Extraneo capricho dos homens.</p> <p>Tarquínio o escravo etrusco subiu as cumieadas do poder da Roma civica. Para a mulher não ha merecimento que a reabilite nas sociedades! Nenhuma subiu ainda pelo seu merecimento, e é triste dizê-lo! até hoje, as que se tem tornado engrandecidas tem pago com o tributo da deshonra as ephemeras glórias d'este mundo!</p> <p>Semiramis, a grande rainha da Babilonia, que edificou maravilhas no ar, como os soldadores edificam no pensamento, subiu ao throno, não pelos altos dotes do espirito que possuia, mas trahindo os laços conjugaes que a prendiam a um official do exercito, fazendo-se amante e esposa do rei.</p> <p>Nos tempos modernos, nós vemos a Sen. Roland, dirigindo pelos seus extraordinarios talentos a administração de Giron lino de que Vertignot era orgão na Assemblia da Republica Francesa; administrando ao mesmo tempo uma das pastas de que seu esposo era portador; sendo a alma de uma nação revolucionada, em todo momento daquelle longo periodo de agitação e de lutas sem traguas.</p> <p>A senhora Roland não teve um grão, uma distincção qualquer entre os seus concidadãos como pascoa politica, ella que era um genio, porque... (monstruo almeido!)... porque era uma mulher! Ella que era todo perante a verdade dos factos e a consciencia da historia, entretanto — nada! — perante seus concidadãos.</p> <p>A historia dos povos de todos tempos está cheia destas injurias; e as leis e pragmatikas sociais repletas destas ingratidões para conosco. Tudo isso devemos ao egoismo do</p>
---	---	---

Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional localização: PR SOR 077(1)-3249. Folha de rosto do primeiro número editado em São Paulo datado de 18 de novembro de 1888, p. 01.

Tabela 5: Ficha de descrição do jornal *A Família* (1888-1897)

PRIMEIRO NÚMERO:	<i>1ª fase</i> (São Paulo): 18 nov. 1888 (anno 1, n. 1, nº programma) <i>2ª fase</i> (Rio de Janeiro): 18 mai 1889
PERIODICIDADE:	uma vez por semana
TIPOGRAFIA:	<i>1ª fase</i> (até o n. 23) São Paulo: Redação e Impressão na Typ. União – Largo Sete de Setembro <i>2ª fase</i> (a partir do n.24) Rio de Janeiro: Rua do Rezende, n.146 (1ª Tipografia) Typ. da Família - Rua D' Alfândega,n.215 Oficina da Rua do Senado, n. 45 Companhia Imprensa Familiar - Rua da Quitanda, n.01
EDITORES/ REDADORES:	Josephina Álvares de Azevedo ⁸³
Nº PÁGINAS:	04 páginas
CIRCULAÇÃO:	<i>1ª fase</i> : 18 nov. 1888 a 04 mai 1889 <i>2ª fase</i> : 18 mai 1889 a 28 out. 1897
LINHA EDITORIAL:	ênfatizava a educação da mãe de família
N ^{os} . ENCONTRADOS:	Únicos exemplares da BN: ano I - n. 1 a 5 de 1888; ano II – n. 1 a n.44 (n.especial) de 1889; ano II – n. 45 a 87 de 1890; ano III – n. 96 a 127 de 1891; ano IV – n. 129 a 139 e n. 144 de 1892; ano V n. 153 a 165 de 1893; ano VI n. 166 a 177 de 1894 ⁸⁴ . E da AGCRJ: ano I (n.programma) dez. (n.02 a 05)– ano I, jan. (n.6 a 9); fev. (n.10 a 12); mar. (n. 13 a 18); abr. (n.19 a 22); mai. (n.23 a 25) de 1888 a 1889.
TOTAL:	155 exemplares

Fonte: Acervo de Obras Raras BN: PR-SOR 03243-03249; PR-SOR 0077-03249; Acervo da AGCRJ: mapoteca.

Esse jornal foi publicado nos últimos anos do Império, tendo como proprietária, redatora-chefe e professora *Josephina Álvares de Azevedo* (1851-1897?). Traz como subtítulo a inscrição: *jornal litterário, dedicado á educação das mães de família*. Anunciava que

[...] o jornal não surgiu para ensinar a mulher paulista a educar seus filhos, pois isso ela sabe, surgiu para que [...] a educação da mulher, na verdadeira accepção, sem vícios nem prejuízos, tem como consequência forçosa, a nossa emancipação, isto é, a igualdade dos direitos em relação

⁸³ Será considerada a escrita original dos nomes das mulheres escritoras desse jornal.

⁸⁴ Faltam os números: 28, 30, 32 e 35 (1889); 76 (1890); n. 88 a 95 (1891); 128, 133 a 138 e 152 (1892); 162 (pp. 03 e 06, 1893); 175 e 176 (1894).

as aptidões de cada uma de nós (*A Família*, Editorial, n.2, 08 dez. 1888, p. 1, assinado por Josephina Alvares de Azevedo).

Apesar de trazer no próprio nome do jornal a indicação de ser um jornal voltado aos interesses da "família", ficou evidente nesse fragmento e na análise dos demais artigos que o nome do jornal era uma estratégia tipográfica (CHARTIER, 2003; 1996). Diferentemente dos outros dois impressos femininos apresentados, a concepção editorial não era somente a formação da mãe de família, mas provocar reflexões às mulheres leitoras no sentido de despertar as suas *consciencias adormecidas* em razão da *mais barbara do que todas as escravidões que a história nos aponta - a escravidão da mulher* (Ibid.).

Teve duas fases distintas como se visualizou na tabela 5. A primeira fase começou em São Paulo no dia 18 de novembro de 1888 e teve duração de seis meses, a outra foi no Rio de Janeiro, iniciada no dia 18 de maio de 1889. Segundo Schumacher e Vital Brazil (2000) e Souto-Maior (1999), este jornal circulou regularmente de 1888 a 1897, quase dez anos sem interrupção, porém nos acervos pesquisados só há documentação comprobatória até 1894.

No 1º número, intitulado *nº programma*, de 18 de novembro de 1888, a redatora dizia que a iniciativa de editar um jornal dedicado à educação da mãe de família foi instalada a partir de conferências realizadas entre amigas sobre a educação das mulheres, por notar: [...] *que a palavra em seus lábios era pallida, não tinha as scintillações do verbo de Stel, nem o colorido suave e puro do estylo de Sévigné, nem a energica expressão da palavra de Louize Michel [...]* (Ibid.)⁸⁵.

Um artigo que chamou atenção, nesse primeiro número, foi um intitulado *Espiritismo*, abordando o fenômeno das mesas girantes ocorridos na França e, em outras partes do mundo, em meados do século XIX. Esse artigo revelou um dos caracteres diferenciais desse periódico numa época em que o Catolicismo era a religião oficial do Império. A Doutrina Espírita está presente nos discursos e nos posicionamentos de algumas das mulheres escritoras d'*A Família*. Perrot (1998) relatou que o Espiritismo foi muito difundido no século XIX, pois a maioria dos médiuns eram mulheres.

Quase de todos os números traziam como seções: *Expediente*, apresentando os itens de cada exemplar; *A Família*, normalmente assinado pela redatora; *Secção Literária*,

⁸⁵ Não foi possível identificar os sujeitos mencionados no fragmento.

composta de poesia e/ou textos literários, escritos por mulheres de letras; *Novidades*; *Receitas Domésticas*; *Secção Alegre*; *Como nos tratam* e em alguns constam as seções: *Indicador*; *Critica*; *Theatros*; *Livros e Jornaes*.

Na publicação do n. 24, de 18 de maio de 1889, noticiou que a gerência do jornal continuava a cargo do Sr. *Francisco Dias de Barros que tão bons serviços tem prestado*⁸⁶. E, ainda, notas sobre a criação do jornal e decorrido seis meses mudam-se para a Corte: [...] *A Família, manterá na Côrte, o seu primitivo programma que é o da educação [...]*, após *inauditos esforços, de lutas titânicas, de dissabores contínuos, a capital de São Paulo, não soube ou não quis coroar os nossos esforços, facilitando-nos também os elementos da vida.*

Esse fragmento revelou a dificuldade para publicação do jornal, tanto no que se refere à edição quanto a sua circulação na sociedade daquele tempo. Apesar dos obstáculos, a redatora fazia questão de anunciar a relação das professoras e outras mulheres colaboradoras do jornal, na seção *Expediente* de cada exemplar, como se observa na listagem abaixo publicada no n.24 de 18 de maio de 1889:

- *D. Anália Franco*, professora da cidade de Taubaté/SP;
- *D. Maria Amélia de Queiroz*, da cidade de Recife/PE;
- *D. Adélia de Moraes*, poeta paulista residente na capital de São Paulo;
- *D. Emiliana de Moraes*, esposa do Dr. Pedro de Moraes, da cidade de Ubá/MG,
- *D. Maria Zalina Rolin*, filha do Juiz de Direito Sr. Roque;
- *D. Maria Ramos*, professora da cidade de Mogy das Cruzes/SP;
- *D. Maria Augusta*, diretora de Colégio em Juiz de Fora/ MG;
- *Mme. Luiza Thiempont*, professora da estação de mineiros;
- *D. Paulina A. da Silva*, esposa do sr. Santos Silva, residente na capital de São Paulo;
- *D. Alzira Rodrigues*, do Rio de Janeiro;
- *Mlle. Rennotte*, diretora do Colégio Piracicabano, em Piracicaba/SP.

Foi possível reconhecer maciça presença de escritoras, pois na maioria dos artigos, a autoria foi declarada. Elas defendiam as mulheres como profissionais de outras áreas,

⁸⁶ Está informação constou no n. 100 desse jornal. Até a conclusão dessa dissertação não foram localizados dados biográficos desse Senhor nem identificado o tipo de gerência aludida.

ampliando as possibilidades de mercado de trabalho, além do magistério primário: *a mulher deve competir com o homem seja na direção da família ou do estado* (*A Família*, Editorial, n. programma, 18 nov. 1888, p. 1, assinado por Josephina Álvares de Azevedo).

No n. 26 de 23 de maio de 1889, a redatora fez menção que a *Mlle. Rennotte*, professora de línguas, historia e sciencias naturais do Colégio Piracicabano fez conferência sobre a *educação da mulher* nos E.U.A., onde permaneceu para formar-se em medicina e da conferência proferida com a mesma temática por *Mme. Luiza Thiempont* no Theatro Empyreo de Campos (RJ). A partir do n. 31 de 03 de outubro de 1889, passou a colaborar no jornal a *Dr^a Isabel Dillon* e no n. 49 de 20 de fevereiro de 1890, *Prisciliana Duarte* (pseudônimo: *Perpetua do Valle*) e *Maria Clara Vilhena da Cunha*, ambas escritoras literárias.

Há indicação de que *Julia Lopes de Almeida* (1862-1934), uma das mulheres expoentes que lutou pelo sufrágio feminino no Brasil, ao lado de *Bertha Lutz* (1894-1976), foi uma das colaboradoras na fase final d'*A Família*. Essa informação constou no seu verbete, organizado por Sharpe (2000) e de Schumacher e Vital Brazil no Dicionário de Mulheres Brasileiras (2000). Porém, não localizei nenhum artigo assinado por ela no material coletado para análise. Também apareceu a contribuição da sua irmã, poetisa e professora, *Adelina Lopes Vieira* (1850-?)⁸⁷ que transcreveu uma de suas poesias intitulada *Stella Matutina* no primeiro número do jornal na Corte no dia 18 de maio de 1889.

Em 1891, *Josephina* comunicou aos seus dois mil assinantes que *A Família* ao completar o centésimo número de publicação deixava de ser sua propriedade, mas manteve-se como ela mesma definiu *na direção mental do jornal*. Sua justificativa, para passar a direção para uma *Sociedade Anonyma* denominada COMPANHIA IMPRENSA FAMILIAR foi que ela se endividara e desejava que o seu jornal tivesse *um desenvolvimento compatível com os ideais adiantados do tempo e mais ainda para dar maior impulso á propaganda que constituae [consiste] o seu lemma de combate - a emancipação feminina [...]* (*A Família*, Companhia Imprensa Familiar, n. 100, 02 abr. 1891, p. 02).

⁸⁷ *Adelina Lopes Vieira* também aparece na revista *O Ensino Primário* como se verá adiante.

Essa Companhia passou a ser custodiada pelo *Banco de Crédito Brasileiro*⁸⁸, situado na rua dos Ourives, n. 88 no centro da Capital Federal do Rio de Janeiro. No número n.101, de 1891, aparece como presidente da Companhia *D. Ignez Sabino* e foram colaboradoras: *Anália Franco*; *Octávia Mullulo*; *Julia Cortines*; *Maria Clara Vilhena da Cunha*; *Prisciliana Duarte*; *Maria Zalina Rolim*; *Maria Jorandes* e *Maria Amélia de Queiroz*. Nos últimos números da edição desse jornal, que constam na Biblioteca Nacional, *Josephina* reapareceu como proprietária, sem justificativas do seu retorno. Percebe-se que o jornal, após o ingresso da *Companhia*, continuou com o mesmo perfil jornalístico de antes, sem grandes modificações editoriais.

1.3.3.1 A plêiade de jovens intelectuais do jornal *A Família*:

Diversas escritoras fizeram parte do quadro de colaboradoras desse jornal, oriundas de diferentes áreas de atuação na sociedade brasileira, entre elas, professoras, poetisas, literárias, médicas e etc. A maioria delas residiu no Rio de Janeiro e em São Paulo como foi o caso da redatora-chefe *Josephina Álvares de Azevedo* (1851- ?), porém outras enviavam as suas colaborações de diferentes partes do país como *Prisciliana Duarte de Almeida* (1867-1944) e *Maria Clara Vilhena Cunha* (séc. XIX) ambas de Minas Gerais. Foram colaboradoras as poetisas de renome nacional como *Narcisa Amália* (1852-1924) e *Ignez Sabino* (1853-?). Destacou-se também as educadoras *Anália Franco* (1859-1919) de São Paulo e *Maria Amélia de Queiroz* (séc. XIX) de Pernambuco. Outras, ainda, como a escritora belga *Marie Rennotte* (1852-1942) colaborou com artigos na área de saúde e de educação.

Cada uma delas escrevia de acordo com a sua vivência, ou seja, as que atuavam como professoras redigiam artigos focando a educação da mulher, como foi o caso da redatora-chefe e da professora *Anália Franco*; as que eram poetisas e literárias compuseram poesias ou textos literários com o enfoque na emancipação feminina, como *Prisciliana Duarte* e *Narcisa Amália* e, por último, as que eram provenientes de países estrangeiros e as que realizavam viagens ao exterior escreviam textos abordando a situação das mulheres

⁸⁸ Foi dividida em 500 ações de cem mil reis cada, tendo os acionistas que efetuar a primeira entrada no referido Banco de 20% do valor total, sendo as demais efetuadas no prazo de 30 dias.

em outros países como fez *Marie Rennotte*. Foi um grupo, decididamente, eclético que trouxe diferentes contribuições ao primeiro movimento feminista no Brasil.

Infelizmente, pelo tempo e objetivo desta dissertação não foi possível elaborar verbetes de todas as mulheres colaboradoras desse jornal. Cada verbete vem precedido, na sua maioria, do retrato de cada mulher, localizado nas páginas do jornal e/ou em obras diversas, como se vê a seguir.

Josephina Álvares de Azevedo
(1851-189?)



Figura 1: Josephina na fase inicial d'*A Família* (n. especial, n.1, 1889)



Figura 2: Josephina na fase final d'*A Família* (ano III, n.103, 09 mai.1891)

Várias fontes biográficas registram diferentes depoimentos sobre a familiaridade e naturalidade desta que foi a fundadora e proprietária do jornal *A Família* (1888-1897). Quanto à data do seu nascimento, 05 de março de 1851, não há divergências. Viveu em Recife até os 26 anos, mas não há registros sobre o nome de seus pais, seu estado civil, se teve filhos, como passou sua infância e juventude, onde fez seus estudos.

Há referências que ela era irmã, por parte de pai, do famoso poeta *Manoel Antônio Álvares de Azevedo* (1831-1852) e que nascera em Itaboraí (RJ) (BLAKE, 1902; BERNARDES, 1988; SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000). Depoimentos pessoais da autora, localizados nas páginas do jornal *A Família*, indicaram que ela era natural de Recife (PE) e que *Álvares de Azevedo* era seu primo e não seu irmão. Ao publicar um relato de uma viagem a Petrópolis, no dia 23 de fevereiro de 1889, comentou que foi recebida pelo Imperador e que depois de uma conversa sobre o falecimento do seu primo, ele declarou-se protetor do seu jornal e louvou a sua missão de educadora e jornalista (SOUTO-MAIOR, 1999, p. 485).

De todas as mulheres escritoras desse jornal, a considero mais incisiva e audaz nos artigos publicados. A sua obra jornalística e literária foi intensa, seja em prosa (artigos, contos, esboços biográficos, traduções), ou em versos ou em dramaturgia, normalmente assinados pelo apelido *ZEFA*. Praticamente tudo o que escreveu e publicou teve um único

objetivo: intervir na ordem social e política do seu tempo de modo a criar condições mais justas e igualitárias para as mulheres. Inicialmente, edita *A Família* em São Paulo e, após seis meses, o transfere para o Rio de Janeiro, alegando "melhores oportunidades para a divulgação de suas idéias" (SOUTO-MAIOR, 1999, p. 485)⁸⁹.

Em meados de 1889, determinada a expandir e fortalecer sua propaganda pela libertação das mulheres, empreendeu uma viagem pelo Norte e Nordeste do país, visitou escolas públicas e particulares, repartições públicas e escritórios de vários jornais, fazendo diversos contatos, visando sempre a conquistar mais leitoras e leitores. Após a proclamação da República, *A Família* passou a defender também o direito de voto para as mulheres. Entre várias outras matérias relacionadas, publicou uma série de artigos sob o título *O direito de voto*.

No início de 1890, publicou o opúsculo intitulado *Retalhos* onde reúne vários dos seus artigos já publicados no jornal, entre eles os da série citada e outros relativos à educação feminina. Instigada, sobretudo, pela negativa do governo em incluir a lei do voto feminino no Projeto da Constituição que se elaborava entre 1890 e 1891, escreveu uma comédia intitulada *O voto feminino*, representando-o em maio do mesmo ano. Tempos depois, voltou a exhibir essa comédia, em forma de livro e como folhetim nos rodapés de seu jornal e, ainda, uma terceira vez como parte de uma coletânea: *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*, publicada no ano seguinte. A peça foi usada abertamente como instrumento de agitação e propaganda na luta pelos direitos políticos das mulheres.

No n. especial de 1889, constava o seu retrato quando era mais nova, onde ela declarou que o mesmo saiu *lithographado na Família [...] devido aos inumeros pedidos de pessoas de minha amizade e admiradores*. E no n. 103 de 09 de maio de 1891, há o seu retrato mais velha. Nele há uma menção especial a ela, escrito por um(a) anônimo(a) que relatou que *colocar um retrato na capa do jornal significava o apreço, o mérito e a gratidão pela colaboração dessa humilde jornalista*.

Um dos seus últimos registros foi a publicação, em 1897, de sua terceira coletânea, intitulada *Galeria ilustre: mulheres célebres*, onde expôs retratos de mulheres virtuosas e

⁸⁹ Em outras passagens ela alegou que o jornal sofreu duras críticas e incompreensão por parte dos paulistanos.

famosas, entre elas, rainhas e figuras políticas, além de outras mulheres como *Cleópatra* e *George Sand*, que se vê estampadas na fase final do jornal *A Família*.

Souto-Maior (1999) declarou que a publicação d'*A Família* foi até o ano de 1897, ano de publicação do último livro mencionado acima. Esta autora localizou apenas uma nota de referência no ano seguinte, feita por *Prisciliana Duarte* redatora da revista *A Mensageira*, em "agradecimento por ter recebido o primeiro número da "nova fase" de *A Família*, revista dedicada à defesa da emancipação feminina" (SOUTO-MAIOR, 1999, p. 486, grifo do original). Nessa mesma revista, foi localizado um artigo intitulado *Solidariedade feminina* de *Eugénie Potonié Pierre* (séc. XIX), traduzido do francês por *Josephina* e publicado em 1899, que foi apontado por Souto-Maior (1999) como a última publicação dessa autora que se tem conhecimento. Nenhuma outra referência foi localizada sobre a sua produção jornalístico-literária nem sobre a sua morte. (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000; SOUTO-MAIOR, 1999).

Prisciliana Duarte de Almeida
(1867-1940)



Figura 3: Prisciliana mais nova.
De Luca, L. e De Luca, 2003.



Figura 4: Prisciliana mais velha,
Disponível site Filhos ilustres
de Pouso Alegre (2010)⁹⁰.

Nasceu na cidade de Pouso Alegre (MG), no dia 03 de junho de 1867, filha do coronel Joaquim Roberto Duarte e de Rita de Almeida Duarte. Ainda pequena, na sua cidade natal, com a sua prima *Maria Clara Vilhena da Cunha* (1866-1911), lançou um jornalzinho literário: *O Colibri*, escrito à mão, onde surgiu os seus primeiros versos.

Em 1890 agrupou suas primeiras composições em *Rumorejos*, publicado junto com *Pirilampas*, da sua prima *Maria Clara*, prefaciado por *Adelina Lopes Vieira* (1850-?). São versos em que aparecem uma correspondência amorosa enviada a seu primo, e depois marido, o poeta e filólogo *Silvio Tibiriçá de Almeida*. Com o marido fundou o *Colégio*

⁹⁰ Disponível em <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/narcisa_vida.html> Acesso em 13 out. 2008.

Sílvia de Almeida. Em 15 de outubro de 1897, residiu em São Paulo, fundou e dirigiu a revista feminina *A Mensageira* (VASCONCELLOS, 2000).

Em 1906, reuniu suas poesias no volume *Sombras*, prefaciada pelo Conde de Afonso Celso. Este volume teve crítica de *Maria Amélia Vaz de Carvalho*, um dos maiores nomes femininos de Portugal. Em abril de 1907, o *Jornal do Comércio* estampou seu artigo *Uma poetisa brasileira*: “O livro da Sra. D. Prisciliana Duarte de Almeida é principalmente o livro de uma mãe, de uma esposa dedicada, de uma mulher que, fora de toda a dúvida, sabe presidir a economia de sua casa com aquela ordem, harmonia e encanto que na sua obra transluz” (Ibid., p. 410).

Em 1908, publicou *Páginas Infantis* e em 1914, editou o *Livro das aves*, em prosa e verso, destinados ao público infantil. Em novembro de 1909, foi convidada, com o marido, a fundar a *Academia Paulista de Letras*, onde ingressou na cadeira nº 8. Na imprensa, colaborou em vários periódicos: *Almanaque Brasileiro Garnier*, *A Estação*, *Rua do Ouvidor*, *A Semana*, *Tribuna Liberal*, *A Família*, todos do Rio de Janeiro, e *O Lutador*, de São Paulo e na própria revista que fundou e dirigiu *A Mensageira*. Aos 75 anos de idade, em 1939, publicou o seu último livro de versos: *Vetiver*. Ela apareceu em alguns artigos no jornal *A Família* com o pseudônimo de *Perpétua do Vale*. Aos 75 anos, faleceu em Campinas no dia 13 de junho de 1944 (SCHUMAHER, e VITAL BRAZIL, 2000; VASCONCELLOS, 2000).

Maria Clara Vilhena da Cunha (1866-1911)

Nasceu em Pelotas (RS), no dia 18 de novembro de 1866, filha do magistrado João Vieira da Cunha e de Cecília Âncantara Vilhena da Cunha. Estudou em Alfenas (MG), quando seu pai exercia a profissão de juiz de direito. Casou-se com o engenheiro abolicionista, *José Américo dos Santos*.

Foi poetisa, contista, jornalista, artista plástica e também se dedicou à música. Fundou, com a sua referida prima *Prisciliana Duarte*, o periódico *O Colibri* mencionado anteriormente. Colaborou em vários periódicos além d'*A Família*, entre eles: *A Estação*; *Rua do Ouvidor*; *A Semana*, *Gazeta de Notícias*, *O País*, *Jornal do Brasil* e entre outros. Porém, recebeu maior destaque quando escrevia quinzenalmente a coluna "Cartas do Rio" na revista *A Mensageira* de São Paulo (VASCONCELLOS, 2000, p. 353).

Escreveu *Pirilampus*, ainda com o nome de solteira, pois após o casamento passou a usar *Santos* como último sobrenome. No n. 51, de 09 de março de 1890, d'*A Família* constou um fragmento dessa coletânea com o mesmo título:

Os pyrilampus

Nenhum raio de luz se divisava
No negro firmamento,
A noite parecia que chorava
Num triste isolamento!

De subito, passou, voando altivo
Como estrella ambulante,
Um pyrilampo pequenino e debil
de verde luz brilhante...

Em 1908, escreveu o livro *América e Europa*, com impressões das viagens realizadas nessas regiões. Escreveu, ainda, diferentes poesias e contos como "João Valu" e "Três cegas" (Ibid.). Faleceu no Rio de Janeiro, aos 45 anos, no dia 23 de outubro de 1911.

***Narcisa Amália de Campos* (1852-1924)**



Figura 5: Disponível no site Mulher na literatura (2008)⁹¹

Nasceu no dia 03 de abril de 1852, em São João da Barra (RJ), filha do poeta Jácome de Campos e da professora primária Narcisa Inácia de Campos. Aos 11 anos, em 1863, se transferiu com a família para Resende (RJ).

Aos 14 anos, em 1866, casou-se com *João Batista da Silveira*, artista ambulante, de vida irregular, de quem se separou alguns anos mais tarde. Publicou seu primeiro e único livro de poesia *Nebulosas* em 1872 que alcança grande repercussão nos meios literários. Em 1874, publicou um livro de contos: *Nelúmbia*.

Casou-se novamente em 1880, dessa vez com *Francisco Cleto da Rocha*, chamado Rocha Padeiro, dono da "Padaria das Famílias", em Resende. Ajudou o marido nos primeiros anos, mas continuou a receber os amigos literatos em sua casa. Frequentaram

⁹¹ Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/narcisa_vida.html> Acesso em 13 out. 2008.

seus saraus nomes famosos como *Raimundo Correia*, *Luís Murat*, *Alfredo Sodré* e, inclusive, *D. Pedro II* que, por ocasião de sua visita a Resende, quis ouvir de sua própria voz alguns dos seus versos (PAIXÃO, 1999, p.535).

Em 1884, no Rio de Janeiro, passou a dedicar-se ao magistério. Publicou suas poesias na imprensa local, nos jornais *A Imprensa* e *A República*, além do referido jornal *A Família*. Fundou em 13 de outubro de 1884 o periódico: *A Gazetinha: folha dedicada ao belo sexo*. Nesses periódicos defendia os direitos da mulher e dos escravos (SCHUMACHER e VITAL BRAZIL, 2000).

Prefaciou o livro de *Ezequiel Freire* e foi elogiada por *Machado de Assis*: "As flores do campo, volume de versos dado em 1874, tiveram a boa fortuna de trazer um prefácio devido à pena delicada e fina de D. Narcisa Amália, essa jovem e bela poetisa [...]"⁹².

Ela foi uma das primeiras mulheres a se profissionalizar jornalista, alcançando projeção em todo o Brasil com seus artigos em favor da Abolição da Escravatura, em defesa da mulher e dos oprimidos em geral. Morreu cega e parálitica, com 72 anos, no dia 24 de junho de 1924, no Rio de Janeiro (SCHUMACHER e VITAL BRAZIL, 2000; PAIXÃO, 1999).

Ignez Sabino Pinho Maia
(1853-1911)



Figura 6: Jornal *A Família*
(ano III, n.109, 11 jul.1891)

Nasceu em Salvador (BA), no dia 31 de dezembro de 1853. Ainda menina, mudou-se para Pernambuco, mas logo foi estudar na Inglaterra, desejo do seu pai (médico homeopata) que faleceu em seguida, o que a fez retornar brevemente ao Brasil. Bacharelou-se em Letras na Faculdade de Direito de Pernambuco (MUZART, 1999).

Fez parte da sociedade abolicionista pernambucana *Ave libertas*, composta somente por mulheres, fundada por *Leonor Porto* (?- 1906)⁹³. Publicou, em Pernambuco, um livro

⁹² Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/narcisa_vida.html> Acesso em 13 out. 2008.

⁹³ Leonor Porto foi modista e costureira de famílias abastadas de Pernambuco. Teve grande destaque na luta contra a escravidão, integrando e fundando vários grupos abolicionistas. Dentre seus feitos, obteve numa festa

de poemas denominado *Ave libertas* (1886), uma estréia promissora e engajada na causa abolicionista. Depois dessa venturosa estréia, seguiu-se a publicação de *Rosas Pallidas* e de *Impressões*, ambos em 1887. Em 1891, publicou o livro *Contos e Lapidações* conjunto de poesias, contos e crônicas autobiográficas.

Porém sua obra mais marcante foi *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899) onde estabeleceu a biografia de várias brasileiras, guerreiras ou de letras, publicado pela *Editora Garnier*. Alguns dos estudos são acompanhados por retratos das biografadas. Além de publicações em livros, ela foi assídua freqüentadora dos periódicos, sobretudo os dirigidos por mulheres como no jornal *A Família* (1888-1897) e a revista *A Mensageira* (1897-1900). Foi casada com o português comerciante *Francisco de Oliveira Maia*. Teve uma importante participação nos últimos anos de publicação d'*A Família*, assumindo a presidência da *Companhia Imprensa Familiar* em 1891, com fins de dar-lhe mais organização, desenvolvimento e retorno financeiro. Com 58 anos, faleceu no Rio de Janeiro no dia 13 de setembro de 1911 (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000).

Anália Emilia Franco
(1856-1919)



Figura 7: Jacintho, 1996.

Nasceu no dia 1º de fevereiro de 1856 em Resende (RJ), filha de Teresa Franco e Antônio Maria Franco. Em 1906, casou-se com *Francisco Antônio Bastos*. Estudou inicialmente, em Resende sob orientação de sua mãe que era professora. Em 1861, transferiu-se com a família para São Paulo. Com apenas quinze anos, formou-se professora, na escola dirigida pela sua mãe. Em 1876, mudou-se para Guaratinguetá (SP), onde lecionaram juntas, e, posteriormente, para Jacareí (SP) (JACINTHO, 1996).

Como professora, passou a militar em favor das crianças negras, enjeitadas das fazendas por ocasião da Lei do Ventre Livre, recolhendo-as e lhes dando aulas. Republicana, abolicionista e feminista fez uma longa trajetória na educação paulista. Fundou, na cidade de São Carlos (SP), um colégio (internato e externato) de ensino

organizada pela associação *Ave Libertas*, 200 cartas de alforria assinadas pelos senhores de engenho pernambucanos (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000, p. 324).

primário e secundário, o *Santa Cecília*. Fundou, ainda, abrigos para órfãos, asilos, colônias regeneradoras, creches e escolas maternais (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000).

Foi influenciada pelas idéias de *Froebel* e *Mme. Pape-Charpentier* em relação às escolas maternais e realizou uma educação inter-racial (com a presença de negros e brancos lado a lado, junto com descendentes de imigrantes) e inter-religiosa, buscando despertar uma religiosidade natural nos alunos, respeitando-lhes os diversos modos de crer⁹⁴.

Posteriormente residiu na cidade de Taubaté (SP), colaborando na imprensa feminista, de forma ativa nos jornais *A Família*, *Echo das Damas* e *A Mensageira*. Além de escrever para estes jornais, criou também a sua própria revista: o *Álbum das Meninas*: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras cuja edição iniciou em 1898 e onde publicou a maior parte de seus contos e romances. No jornal *A Família* escreveu vários artigos, entre eles, um denominado *Notas sobre a educação feminina*, em 1890, em cinco atos, desejando contribuir com algumas considerações acerca dos *efeitos funestos da falta de educação e instrução às mulheres* (*A Família*, n. 56, 19 abr. 1890, p. 03).

Teve uma vida religiosa optando pelo Espiritismo, onde recebeu influência das idéias pedagógicas, sociais e de emancipação da mulher propostas por *Allan Kardec*⁹⁵. Foi ajudada pela Maçonaria na empreitada de sua *Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*, mantenedora de creches, pré-escolas e colônias. Inaugurou, no dia 25 de janeiro de 1902, o *Liceu Feminino* cuja finalidade era instruir e preparar professoras para a direção daquelas escolas, com o curso de dois anos para as professoras de "Escolas Maternais" e de três anos para as "Escolas Elementares".

Para manter sua obra, criou um grupo de teatro e uma banda, ambos integrados apenas por meninas adolescentes e jovens, que viajavam pelo interior fazendo apresentações. Escreveu diversas obras didáticas, manuais, livros de leitura, etc. Publicou

⁹⁴ Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_analia_franco.htm> Acesso em 24 set. 2008.

⁹⁵ Allan Kardec é o pseudônimo de *Hippolyte Léon Denizard Rivail* que nasceu na cidade de Lyon, França, no dia 03 de outubro de 1804. Estudou no *Instituto de Educação* fundado por *Pestalozzi* e concluiu a sua formação na *Escola Normal* do Instituto. No retorno a Paris, em 1822, desenvolveu a carreira de professor, foi dono e diretor de escolas particulares e autor de livros didáticos e pedagógicos. Dentre estes, o de maior destaque foi a publicação do seu *Plan Proposé pour l'Amélioration de l'Education Publique* em 1828 onde defendeu melhores resultados no ensino público ministrado às crianças francesas. A partir de 1854 dedicou-se ao estudo de fenômenos parapsicológicos, dos quais extraiu conclusões não apenas científicas mas também de ordem filosófica e religiosa. Faleceu em Paris no dia 31 de março de 1869. (INCONTRI, 2004; RIVAIL, 2005).

numerosos folhetos e opúsculos referentes aos cursos ministrados em suas escolas, tratados especiais sobre a infância, como por exemplo o opúsculo *O Novo Manual Educativo*, dividido em três partes: Infância, Adolescência e Juventude. Manteve ainda o periódico *A Voz Maternal* (INCONTRI, 2004; MONTEIRO, 2004; MUZART, 1999). Foi mestra por toda a sua vida e com 63 anos, em 1919, veio a falecer de gripe espanhola.

Maria Amélia de Queiroz
(séc. XIX)



Figura 8: Jornal A Família (n. especial, n.1, 1889)

Nasceu em Pernambuco, com data e origem de nascimento desconhecidas. Frequentou as atividades organizadas pelo *Clube Cupim*, uma importante associação abolicionista de Recife. Em 1884, ajudou na fundação da associação de mulheres *Ave Libertas*, ao lado de *Leonor Porto*, que lutava pela libertação dos escravos, na província de Pernambuco. Essa associação lançou em 1885, o jornal *Vinte e Cinco de Março* comemorando o primeiro aniversário da libertação dos escravos no Ceará. As associadas arrecadavam jóias e outros fundos para dar cobertura aos escravos fugidos, escondendo-os e articulando viagens para o Ceará, onde a abolição já havia sido oficializada (SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000). Mais tarde lançou a *polka Ave Libertas* e o *Judeo errante* (poema de *Gustavo Adolpho*), revertendo a verba desses trabalhos para a causa abolicionista (*A Família*, Maria Amélia Queiroz, n. especial, 1889, p. 03).

Em 1887, expôs palestras públicas em defesa da abolição dos escravos promovidas pela *Sociedade Contra a Escravidão e pela União Federal Abolicionista*, que segundo *Josephina* causou um indiscriptível delírio, recebendo a ilustrada brasileira uma ovação - primeira mulher nos annaes da historia do Abolicionismo n'esta provincia (Ibid.). Ainda, pronunciou outras a favor do divórcio, além de colocar-se contra a chefia masculina na família. Numa conferência pronunciada no Teatro de Variedades, destacou elementos identificadores do poder social da mulher: *A mulher é fator mais necessário em todos os empreendimentos humanos: ela é educadora da infância, ela ilumina as profundezas do coração do homem, é a estrela polar da família, o imã de todos os corações* (Ibid.).

Tornou-se uma das mulheres símbolos da participação feminina pelo fim da escravidão no Brasil, inclusive a escravidão vivida pelas mulheres, disse em artigo dedicado a *Josephina: Os escravos tiveram o seu dia, nós também teremos o nosso!* (*A Família*, Emancipação Feminil, n. 105, 04 jun. 1891, p. 03). Teve uma atuação intensa no jornal *A Família*, desde o início da sua publicação, com enfoque na emancipação moral e intelectual das mulheres, além de divulgar a sua coleção de biografias de "mulheres célebres" (FERREIRA, 1999).

Há uma menção a ela escrita por *Josephina* no n. especial de 1889, onde constou o seu retrato numa página inteira, como uma singela homenagem a sua dedicada colaboradora. Relatou, que por muitas vezes, ela e a sua companheira perderam amizades íntimas, foram mal compreendidas e, *apesar, das invejas, dos odios, dos preconceitos*, elas permaneceram firmes em seus propósitos *não vacillava [...] a ideia sancta á que se declára!* (*A Família*, Maria Amelia Queiroz, n. especial, 1889, p. 03). Ainda, a descreveu:

Quem quer que tenha a grata satisfação de conhecer de perto nossa ilustre collaboradora ha de reconhecer, na sua conversação fluente, correcta e facil, nos seus movimentos decididos e nobres, a pujança do seu talento e a grandeza de su'alma candida como as florinhas do campo em que as mãos de malfazeja creança ainda não tocaram. Mergulhada no recondito do seu lar, escudada na sua intolerável modestia ella vive estudando tudo e tudo querendo aprofundar (Ibid.).

Não há nenhuma referência sobre a sua morte.

Mlle. Marie Rennotte
(1852-1942)



Figura 9: De Luca, L. e De Luca, 2003.

Nasceu no dia 11 de fevereiro de 1852, na Bélgica, tinha como nome de batismo: Jeanne-Françoise-Joséphine-Marie Rennotte. Em 1874, com 22 anos, recebeu seu certificado de conclusão do curso normal. Constava, neste documento, seus desempenhos no domínio musical e nas línguas francesa e alemã, pela *Société pour l'Instruction Élémentaire*, de Paris.

Chegou ao Brasil, aos 26 anos, em maio de 1878 ou 1879, ano impreciso segundo as fontes analisadas por De Luca e De Luca (2003). Aportou no Rio de Janeiro, onde teria permanecido até 1882, desempenhando a função de preceptora e/ou lecionando em colégios particulares. Foi contratada pelo *Colégio Piracicabano*⁹⁶, assumindo a responsabilidade pela orientação educacional e pelo ensino de ciências naturais, ministrado com metodologia revolucionária para a época⁹⁷.

Em 1889, aos 37 anos, deixou o Brasil rumo aos Estados Unidos onde permaneceu nos três anos seguintes para estudar medicina. Tal acontecimento teve menção especial n'*A Família* no n. 26 do jornal. Em 1892, aos 40 anos, graduou-se pela *Woman's Medical College of Pennsylvania*, faculdade criada na cidade de Filadélfia (EUA) em 1850⁹⁸. No período de 1893 a 1895, retornou à França e aperfeiçoou-se em ginecologia, obstetrícia e neonatologia; freqüentou os hospitais parisienses *Hôtel-Dieu* e *Saint-Louis* de reconhecida eficiência no tratamento de doenças venéreas e cutâneas.

Voltou à capital federal no dia 26 de março de 1895 e decidiu fixar-se definitivamente no Brasil. Na capital paulista, em meados daquele mesmo ano, foi admitida na recém-instituída *Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. Auxiliou diversas mulheres em domicílio e em consultório particular como também as desfavorecidas em ambulatórios ou em enfermarias hospitalares. Chegava às residências de seus clientes, com a parteira madame *Laborde*, em tálburis, carregando volumoso instrumental obstétrico.

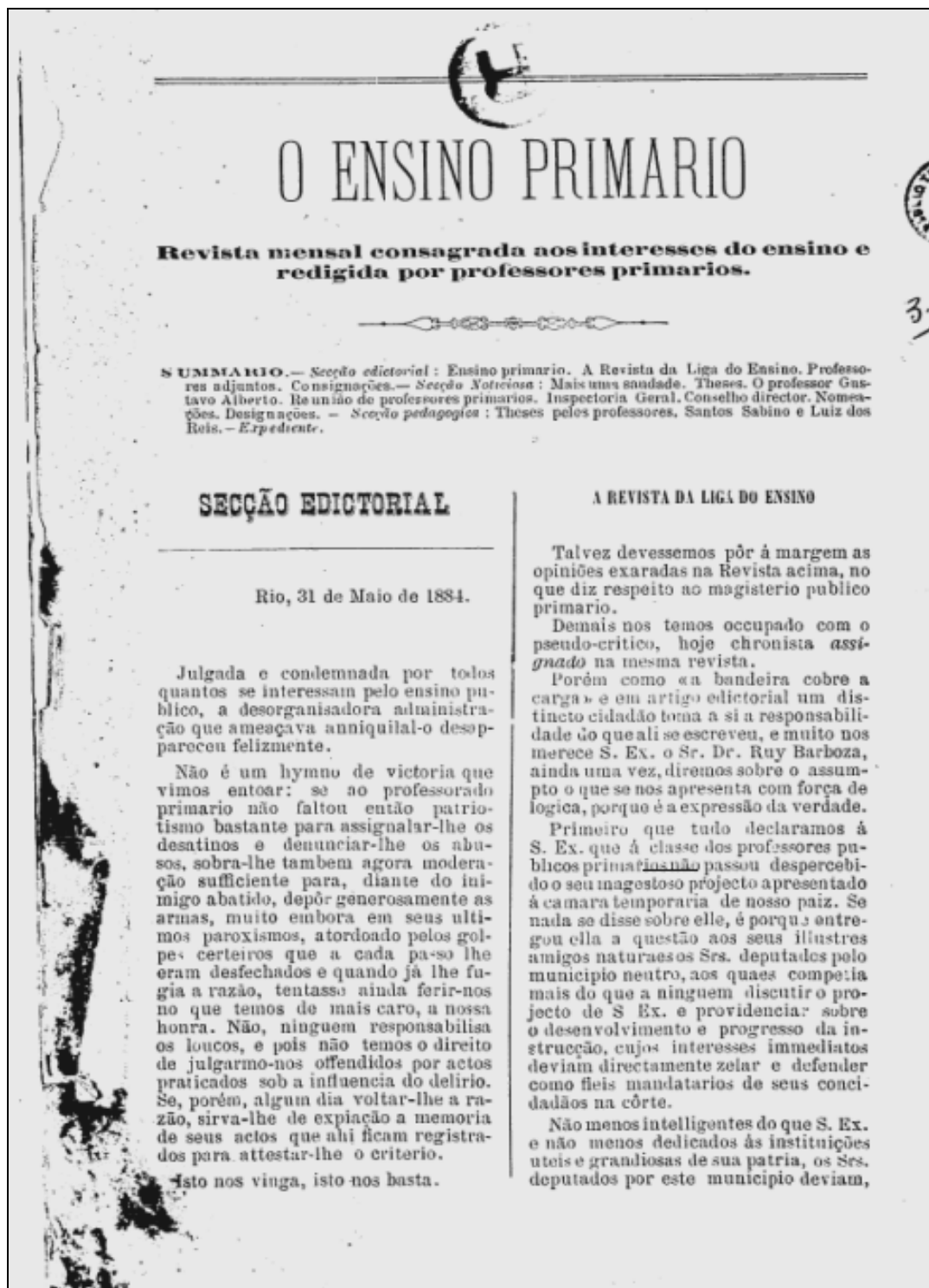
Nos anos de 1897-1900, foi editada em São Paulo a revista literária dedicada à mulher brasileira: *A Mensageira*, dirigida pela poetisa mineira *Prisciliana Duarte*. No primeiro número, ela foi elogiada por seu trabalho junto à recém-criada *Maternidade de São Paulo* e no nº 09 dessa revista publicou breve ensaio, no qual solicitou maior participação feminina na vida social, tema abordado na sua tese de doutoramento de 1895 (DE LUCA e DE LUCA, 2003). Em 1942, faleceu com 90 anos.

⁹⁶ Foi um inovador internato feminino, inaugurado em 13 de setembro de 1881 pela missionária metodista norte-americana Martha Watts, em Piracicaba (SP). O sucesso do Colégio Piracicabano provocou a reação das facções antiliberais e ultramontanas do interior da província de São Paulo. Em defesa da instituição à qual pertencia, apelou para a imprensa e da capital da província, manifestando sua oposição às práticas obscurantistas e retrógradas então vigentes no ensino tradicional e pregou a educação feminina n'*A Família* como via preferencial para a emancipação da mulher (DE LUCA e DE LUCA, 2003).

⁹⁷ Adotou referenciais intuicionistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas que vincularam sua pedagogia a *Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Comte e Spencer*.

⁹⁸ Não foi a primeira mulher a exercer a profissão médica no Brasil, mas foi ao que tudo indica, a primeira mulher médica estabelecida (em caráter permanente) na cidade de São Paulo (Ibid.).

1.4 A imprensa escrita por homens: o exemplo da revista *O Ensino Primário*



Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional localização: PR-SOR 03758. Folha de rosto do primeiro número editado no Rio de Janeiro datado de 31 de maio de 1884, p. 01.

Tabela 6: Ficha de descrição da revista *O Ensino Primário* (1884-1885)

PRIMEIRO NÚMERO:	Em 1884 ⁹⁹
PERIODICIDADE:	Revista mensal
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Impressão de Augusto dos Santos na Rua Carioca, n.31
EDITORES/ REDATORES:	Luiz Augusto dos Reis e professores primários
Nº PÁGINAS:	13 páginas
CIRCULAÇÃO:	1884 - 18?
LINHA EDITORIAL:	Enfatizava os interesses do ensino
N ^{os} . ENCONTRADOS:	31 mai 1884, anno I, n. 1 (p. 17(capa) a 33) e 15 ago 1885, anno II, n. 4 (p. 49 a 64).
TOTAL:	02 exemplares

Fonte: Acervo de Obras Raras BN: PR-SOR 03758.

Esta revista foi um dos primeiros periódicos a serem localizados no acervo da Biblioteca Nacional (BN), quando na realização da pesquisa exploratória. O que chamou a atenção foi o próprio título da revista e os artigos editoriais sobre o ensino primário. É uma das revistas considerada rara e possui apenas dois exemplares microfilmados na BN, um de 1884 e outro de 1885. Comumente é referendada pelas pesquisadoras como correspondente à imprensa denominada pedagógica que também surgiu no Oitocentos (SCHUELER, 2008, 2002; VILLELA, 2001). Nele encontram-se assuntos pertinentes à temática da *feminização do magistério*, como, por exemplo, a discussão da retirada dos homens e o ingresso das mulheres no magistério primário, por isso ele foi trazido para análise nessa dissertação.

Na análise dos dois únicos exemplares microfilmados foi possível apreender alguns dados que estão organizados na tabela 6. O primeiro ano da revista (Anno I, n.1) obteve 3.000 assinaturas anuais e o segundo ano (Anno II, n.4) 5.000 assinaturas. Constam no sumário da primeira página de cada impresso as seguintes seções:

⁹⁹ Constava neste jornal a citação da existência de um número anterior a este como sendo o primeiro número (*O Ensino Primário*, 1884, pp. 24 -25), mas sem informação precisa sobre a data na fonte documental.

- No n. 1 (1884) – *Secção Editorial*: Ensino Primário; A Revista da Liga de Ensino, Professores adjuntos, Consignações – *Secção Noticiosa*: Mais uma saudade, Theses; O Professor Gustavo Alberto; Reunião dos professores primários, Inspetoria Geral; Conselho diretor; Nomeações; Designações – *Secção Pedagógica*: Theses pelos professores, Santos Sabino e Luiz Reis – *Expedientes*.
- No n. 4 (1885) – *Provimentos de cadeiras públicas – Escolas publicas primárias do sexo masculino* – *Secção pedagógica*: Chorographia no Brasil - *Chronica*. Traz a epígrafe de Victor Hugo: “Abrir escolas é fechar prisões”.

Toda a revista de 31 de maio de 1884 trazia artigos sobre o movimento do professorado primário e diversos dados acerca da instrução pública do período, escritos pelos próprios professores. Há artigo onde fizeram elogios e críticas ao parecer do “Sr. Ex. Ruy Barboza” (1884, p.18) apresentada à Câmara de Deputados no dia 12 de setembro de 1882 e outro com reclamações sobre a presença das mulheres na direção de escolas públicas. A revista de n. 4 de 15 de agosto de 1885, na seção *Provimento de Cadeiras Públicas*, tinha o relato das desastrosas peripécias do concurso para professores e diretores da instrução pública primária. Ambas as edições dessa revista são analisadas no terceiro capítulo.

Na seção *Noticiosa* do dia 31 de maio de 1884, nas páginas 25 e 26, constava na subseção intitulada *Reunião de Professores Primários* uma relação de professoras e professores públicos primários que se reuniram para defender o colega professor *Gustavo José Alberto*¹⁰⁰, que teve o exercício da sua cadeira de professor público suspenso pela Inspetoria Geral de Instrução Primária do Município da Corte por ter se manifestado publicamente, em favor da classe do professorado público e contra a administração do ensino primário na Corte. Esse manifesto foi publicado no primeiro número dessa revista¹⁰¹, porém infelizmente não foi localizado. Abaixo, a relação de professoras e professores que se reuniram em defesa do referido professor:

¹⁰⁰ Segundo dicionário Blake (1902, v. III, p. 204) este era natural da Bahia, professor da instrução pública e cavalheiro da ordem de Rosa. Escreveu *Escolas auxiliares*, conferência feita na escola da Glória, Rio de Janeiro, no dia 23 de janeiro de 1881.

¹⁰¹ Constatou essa informação no artigo referido.

« Os abaixo assignados, professores publicos de instrucção primaria do Municipio da Corte, declaram que adherem completamente á defesa produzida na imprensa em favor da classe dos professores primarios, pelo distincto collega Gustavo José Alberto.— Rio de Janeiro, 27 de Abril de 1884. »

Firmaram esta adhesão os seguintes professores:

Adelina Amelia Lopes Vieira, Maria Thomasia d'Oliveira e Silva, Marianna A. de Loureiro Fernandes, Maria Gomes Santarem Leite, Augusta Castellões Fernandes da Costa, Maria Fortunata de Siqueira Amazonas Gomes da Silva, Theresa Carolina Mirandella, Maria Arabella Tostes Guimarães, Luiza Ferreira Sampaio, Deolinda Maria da Cruz Almeida e Silva, Anna Alexandrina de Vasconcellos Medina, Flavia Maciel, Cacilda Francioni de Souza, Candida Antonia Martins, Amelia Emilia da Silva Santos, Adelaide Rosa de Moraes, Elvira Gomensôro Ferreira, Luisa Celestina Velloso, João da Matta Araujo, Francisco José Gomes da Silva, Leopoldo Ribeiro Peres Machado, Antonio José Marques, Januario dos Santos Sabino Junior, Guilhaume Joaquim da Rocha, Carlos Antonio Coimbra de Gouvêa, José Antonio de Campos Lima, José João de Póvoas Pinheiro, Adolpho dos Santos, Joaquim José de Souza Ribeiro, Januario dos Santos Sabino, Luiz Augusto dos Reis, Domingos José Lisbôa, José da Silva Santos, Felizardo Ildelfonso Pereira Alves, Gustavo de Paula Reis, Antonio Teixeira de Cunha Junior, Ernesto F. Francioni de Padua, Luiz Claudio Victor Paulino, Francisco das Chagas Pereira de Oliveira, Edmundo Pereira da Costa, Christianno de Almeida, Antonio Augusto Maia Maciel, Candido da Silva Nasareth, Augusto Candido Xavier Cony, Linodos Santos Rongel, Olympio Catão Viriato Montez, Augusto José Ribeiro, Francisco Alves da Silva Castilho, José Antonio Gonçalves Junior, Amalio de Araujo Cintra Vidal, Frasco Antonio Castorino de Faria, Jose Bernardes Moreira, Agostinho José Soares

Brasil, Manoel Ponciano Mallio Carneiro, Antonio Cypriano de Figueiredo Carvalho, Jorge Roberto da Costa, Adalberto O. Arthur de Siqueira Amazonas, Antonio Estevão da Costa e Cunha, Antonio H. Rocha e José Eleuterio Torres Moreira.

Essa relação de professores indicou uma possível contribuição feminina nos textos da revista como também demonstrou a rede de sociabilidade de professores no Oitocentos. O primeiro nome dessa listagem de professores é o de *Adelina Lopes Vieira* (1850-?)¹⁰² que segundo Belline (1999) e Schumacher e Vital Brazil (2000) é irmã de *Júlia Lopes de Almeida* por parte de mãe *D. Antônia Adelina do Amaral Pereira*. Como foi observado no item anterior, está professora também fez parte do corpo de mulheres escritoras do jornal *A Família*. Dessa reunião ficou, ainda, definido algumas comissões para agradecer *em nome da classe às redacções da Folha Nova e Gazeta da Tarde pelo interesse que tomaram na defeza do magistério primario, e bem assim pelo mesmo motivo aos Srs. Drs. Ennes de Souza, Carlos Laet e Joaquim Serra (Ibid.)* E ficou designado uma comissão denominada de *executiva*, composta por sete professores para defender junto a Inspeção Geral de Ensino da Corte os interesses do corpo docente público primário.

Até concluir essa investigação foram localizados poucos dados dos editores e demais colaboradores dessa revista. A principal fonte advém da pesquisa realizada por Schueler (2002) que buscou na sua tese de doutorado¹⁰³, indícios sobre as escolas públicas primárias no contexto histórico e espacial da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1890, sobretudo, das formas e culturas escolares instituídas nesse período. Dentre as variadas fontes utilizadas, algumas mencionadas na introdução, privilegiou alguns

¹⁰² Adelina Vieira formou-se professora pela Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. Além de atuar como professora foi poetisa e jornalista, tendo colaborado em revistas e jornais, tais como *A Renascença*, *A Semana*, *A Revista das Noivas*, *A Família* e redigiu a *Revista dos Novos*, em São Paulo, em 1886. De sua autoria, publicou: *Margaritas* em Lisboa, 1878; *Pombal, poemeto em quatro cantos*. no Rio de Janeiro em 1888; *Contos Infantis* em co-autoria com sua irmã, *Julia Lopes de Almeida* em 1886, que em 1927 atingiu a 17ª edição em Portugal (BELLINE, 1999; SCHUELER, 2002).

¹⁰³ Intitulada: *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)* (SCHUELER, 2002).

periódicos¹⁰⁴, dentre eles, a revista *O Ensino Primário* e os dicionários biográficos que foram de suma importância como indicações bibliográficas para esta dissertação.

Schueler (2004; 2008b) validou a existência de uma rede de sociabilidade intelectual, formada por professores, pertencentes ao grupo de intelectuais que se destacaram pela edição e publicação de jornais, revistas, livros didáticos, poesias e outros gêneros, além de se dedicarem ao ensino primário da Corte imperial na segunda metade do século XIX. Com base nas fontes pesquisadas, esta autora verificou que os professores e professoras desses periódicos eram majoritariamente nascidos no Rio de Janeiro, formados e atuantes no magistério. Esses professores tiveram uma formação pela prática, atuando como adjuntos em escolas públicas primárias entre os anos de 1860 e 1870 (SCHUELER, 2002).

No cerne desses professores intelectuais, encontrava-se *Luiz Augusto Reis* (séc. XIX), editor-chefe da revista *O Ensino Primário*. Considerando as lacunas historiográficas sobre os sujeitos do Oitocentos e dos limites dessa pesquisa, foi possível localizar dados desse editor na *Enciclopédia Brasileira* (REIS, 1963), no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, organizado por Blake (1902) e no *Dicionário Bibliográfico Portuguez* (SILVA, 1893).

Segundo essas fontes, ele foi jornalista e professor, nasceu na cidade do Rio de Janeiro e dedicou muitos anos de sua vida ao magistério. Foi Secretário da Comissão Executiva Permanente do Professorado por onde foi enviado à Europa e à América do Norte para estudar Pedagogia. Foi, ainda, fundador da *Associação Alpha Litteraria* e da *Sociedade de Beneficiencia e Instrução* onde dirigiu um curso noturno gratuito. Foi membro correspondente da *União IbericoAmericana* de Madrid e da *Associação dos Professores de Lisboa* (BLAKE, 1902, v. V).

Atuou em favor do professorado fluminense, como poeta e escritor, em diferentes províncias brasileiras (SILVA, 1893, p. 384), sobretudo, no Rio de Janeiro "onde foi encarregado da secção lietterária e das chronicas" da *Revista do Brasil (1890)*¹⁰⁵ (BLAKE, 1902, v. V, p. 366) como se lê no seguinte fragmento:

¹⁰⁴ Foram eles: *A Instrução Pública* (1872-1875, 1887-1888); *Escola* - Revista Brasileira de Educação e Ensino (1877-1888) e a referida revista *O Ensino Primário* (1884-1885).

¹⁰⁵ A *Revista do Brasil* foi fundada em 1890 e dirigida por *Luiz Figueiró* (SILVA, 1893, p. 384).

- *Ensino publico primário*, em Portugal, Hespanha, França e Bélgica: escolas primarias elementares e superiores; maternas, profissionaes, normaes, asylos e jardins infantis, museos pedagógicos, etc. Rio de Janeiro, 1892, 648 pags. In-8º, com 9 gravuras- É o relatorio de sua comissão à Europa, e cuja primeira parte foi antes publicada na *Revista Pedagogica* e ainda pelo *Pedagogium* em volume especial, tendo, portanto, tres edições.
- *Memorias* e documentos valiosos. Rio de Janeiro, 1895, in-8º - Neste livro se acha uma conferencia sobre a influencia da escola na educação dos alumnos e os meios ao alcance do professor para formar o caracter dos alumnos.
- *A Marselheza da paz*: traducção do hymno de Martin Paschand. Rio de Janeiro, 1895 - Publicou-se antes na *Revista Pedagogica*.
- *Livro de leitura* para os principiantes: prosa e verso. Rio de Janeiro [...] Foi seu primeiro trabalho, quando o autor contava apenas 17 annos. Tem ineditos: *Compendio de geographia* [...], *Grammatica portugueza*, 1892 [...] *Chronicas e phantasias* [...] e *Versos* [...] (Ibid., pp. 366-367).

Capítulo II

Na *penna* da imprensa feminina a figura das mulheres como mães-educadoras

Se compararmos a mulher da sociedade actual com a de cincoenta annos passados bem clara nos será a differença que ha de uma á outra. Esta vivia enclausurada voluntariamente dentro de estreitas rotulas, entregue apenas aos serviços domesticos que partilhava com a turma de escravas que a cercavão, e mal sabia lêr e escrever, sem haver nunca adquirido a mais ligeira noção de geographia ou de alguma lingua estrangeira que sempre ouvia com admiração. A historia lhe era uma cousa incomprehensivel e admiravel, da qual conhecia trechos inteiramente fabulosos, dictados pela mais ridicula superstição e acreditados pela mais pueril e estúpida credulidade.

A parte moral e religiosa era dictada pelo fanatismo e acceita pelo temor do castigo, sem fé nem mesmo raciocinio ou bom senso que a fizesse seguir seus dictames como facto de consciencia. A virtude era portanto, na mulher, o effeito do temor do castigo do crime; a moralidade era a consequencia da crença no fanatismo.

Hoje, porém, que a educação do sexo feminino se tem tornado mais ampla e mais geral: agora que os homens tem melhor comprehendido a sua conveniencia social e familiar illustrando a mulher, e infundindo-lhe os sentimentos de virtude e de moral pelo que elles são em si mesmos, não é o receio da punição que abstem da pratica dos delictos, é sim a consciencia intima da dignidade do nosso sexo e de nossos deveres para com Deos e para com a sociedade inteira que nos illumina a senda que trilhamos.

(*O Jornal das Senhoras*, Educação do sexo feminino, tomo VII, 04 mar. 1855, assinado pela Sr^a Baronesa ***, p. 62).

2.1 Considerações preliminares

O trecho anterior, extraído d'*O Jornal das Senhoras*, refere-se a alguns aspectos da condição feminina nos primeiros cinquenta anos do século XIX. As mulheres eram destinadas ao recolhimento e ao distanciamento do espaço público, subordinadas ao pai ou ao marido e também dependentes deles, voltando-se inteiramente para o lar e o casamento, adornadas pela superstição religiosa. Neste respectivo artigo, consta a assinatura da Sr^a Baronesa ***, algo digno de nota, pois dizer "eu" parafraseando com Perrot (1989) dizer "quem sou eu" não era fácil para aquelas mulheres "a quem toda uma educação inculcou o decoro do esquecimento de si", a tal ponto que elas precisavam falar através de pseudônimos (PERROT, 1989, p. 17).

Que mudanças sociais afetaram a vida das mulheres a partir da segunda metade do século XIX? A própria Sr^a Baronesa *** indicou que, quando a sociedade e os homens compreendessem a necessidade da melhoria da convivência social e familiar das mulheres, estas deixariam a clausura dos seus lares para buscarem a sua educação. Mas será que esta foi a realidade da maioria das mulheres desse período? A análise nos jornais selecionados revelou que a maioria das mulheres escritoras vivenciaram situações familiares e sociais diferenciadas e, a partir disso, criticavam a lógica patriarcal de mantê-las afastadas dos espaços públicos e reclamavam da submissão e da exclusão no seio da própria família:

[enquanto o homem] considerar a mulher como sua propriedade, nada teremos feito (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo I, 01 jan. 1852, p. 12);

[...] Que papel representa a mulher na sociedade [oitocentista] Quando filha, quando mãe, esposa ou viúva, sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem.[...] (*O Sexo Feminino*, Emancipação da mulher, n. 02, 14 set.1873, p. 02).

Desde a sociedade colonial, essa estrutura familiar foi comumente denominada de patriarcal e serviu de base para caracterizar toda a família brasileira (FREYRE, 1985; HOLANDA, 1978, 1977). Nas citações acima é possível perceber essa trama familiar que consistia num marido autoritário que mantinha, sob uma rígida disciplina e dominação, a mulher, os filhos e demais dependentes próximos. Por outro lado, outras pesquisas (MOREL, 2003; NAZZARI, 2001; SAMARA, 1983), têm demonstrado outras formas de

organização familiar e uma diversidade de papéis desempenhados por mulheres e homens no Oitocentos, para além do modelo genérico do tipo patriarcal.

Samara (1983) constatou que a família paulista do "tipo patriarcal" no início do século XIX não chegou a representar 26% dos domicílios e nos demais 74% predominou outras formas de organização familiar. Essa autora, ainda, relatou que "o lugar habitualmente ocupado pelo casal foi inúmeras vezes substituído por homens e mulheres solteiros que viviam solitários" (SAMARA, 1983, p. 19) e que havia uma certa resistência aos casamentos.

Hahner (2003) também nos informou que nas famílias menos favorecidas socialmente, em oposição aos fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais, os homens exerciam menores imposições de submissão e passividade em suas mulheres. Desde a tenra idade, as mulheres participavam no mercado de trabalho como mão de obra não qualificada, empregando-se como domésticas, cozinheiras, lavadeiras, quitandeiras, costureiras, entre outras atividades cujo trabalho permitia a sua circulação pelas ruas e lojas da cidade. Essa situação é relatada em um artigo d'*O Jornal das Senhoras*:

[...] na casa desses matrimônios pobres, vereis [mulheres e homens] separarem-se as 7 horas da manhã e correr às suas oficinas de trabalho; e quando ha filhos, me direis? É terrivel separar-se mãe de seu filho, embora, mas é necessário viver e sustental-o, o que ganha o marido não chega para o sustento da familia, é preciso a mulher trabalhar também [...] (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo II, 24 out. 1852, p. 131).

Essa realidade possibilitou importantes demarcações nos papéis atribuídos aos homens e às mulheres no contexto histórico-social do Oitocentos. Outras reflexões advêm da realidade das mulheres escravas que, apesar de permanecerem como "propriedade privada", algumas conquistaram certa autonomia pessoal no espaço público. Algumas delas, com a permissão de seus senhores vendiam comida preparada com frutas e legumes que colhiam e, com essa atividade, acumulavam fundos suficientes para a aquisição da sua liberdade (HAHNER, 2003, p. 41).

Por isso, serão, inicialmente, considerados alguns aspectos da estrutura familiar patriarcal, por ser alvo de críticas nos discursos femininos dos jornais selecionados, e dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres pelos pressupostos higienistas e positivistas.

Posteriormente, serão abordados alguns aspectos relacionados à luta pelo acesso e melhoria da educação feminina no Município Neutro, *locus* da Corte Imperial, a partir da segunda metade do século XIX.

2.2 O contraponto entre as representações de mulheres e de homens no Oitocentos

As representações de inferioridade das mulheres em relação às dos homens e do seu ideal tradicional de mulher silenciosa, submissa e casta remontam do Iluminismo, das lutas do Antigo Regime com a Revolução Francesa, como apontam Soihet (1997) e Pinsky e Pedro (2003). Esse dado histórico foi importante para as reflexões das limitações que impediram as mulheres, por um longo tempo, de desenvolverem suas potencialidades e para o entendimento da luta por direitos de cidadania requeridos pelo movimento feminista¹⁰⁶.

O Iluminismo indicou um movimento intelectual que se desenvolveu no século XVIII e se constituiu num conjunto de suposições filosóficas que afirmava a igualdade entre os indivíduos e as vantagens de aperfeiçoar a sociedade por meio da aplicação de princípios fundamentados mais na razão do que nos costumes. Muitas mulheres se basearam nesses ideais para reivindicar os seus direitos e para buscar a emancipação social e intelectual.

Segundo os estudos de Pinsky e Pedro (2003), o título "iluminista" designou um conjunto variado de pensamentos que apontavam a "luz" para dirigir o progresso da vida com distintas direções. Alguns filósofos e escritores, do final do século XVIII, defendiam a idéia da igualdade de direitos e a possibilidade de acesso à razão tanto para homens quanto para mulheres. Outros, como Rousseau, duvidavam da capacidade feminina, julgava-a inferior ao homem e defendiam que sua "ação no lar teria um efeito positivo na sociedade" (PISNSKY e PEDRO, 2003, pp. 266-267).

As idéias iluministas se propagaram pelo mundo e chegaram às Américas na formatação de cartas (epistolografia) e impressos. Somente na América do Norte daquele século, estima-se que mais de dois mil títulos de jornais tenham sido criados. No Brasil, em pleno processo de invenção do Estado nacional coube, inclusive, à imprensa o papel

¹⁰⁶ Aqui considerados como os quatro "momentos-onda" do movimento feminista no Brasil, como citado no primeiro capítulo, dos anos de 1830, 1870, 1920 e 1970 (DUARTE, 2003).

relevante na difusão dessas idéias, apesar da censura imposta pelo governo imperial (DARTON, 1996, p. 23). Foi possível localizar o pensamento iluminista em várias referências nos discursos femininos do jornal *O Sexo Feminino*:

[O Sexo Feminino surge] para penetrar nessas cidades ruidosas, nesses centros de luzes, onde não faltão talentos para se fazer irradiar [...]; [...] deixão de acompanhar *a luz do progresso* [...]; [...] *É a epocha da luz! Forão-se as trevas* [...]; [...] no seculo presente, é o das luzes [...] a *Racional Emancipação da mulher* não pôde deixar de entrar na arena do combate [...] *O seculo das luzes*, em que, como disse Flamarion¹⁰⁷, temos de ver que a verdadeira liberdade consiste na soberania da intelligencia [...] (*O Sexo Feminino*, passim, grifo do original).

No Brasil, esses ideais iluministas também se manifestaram no projeto de construção da primeira Constituição brasileira, contudo a sua base se deu de forma diferente, muito longe dos ideais iluministas de liberdade e igualdade. D. Pedro I, quando informado que um anteprojeto estava pronto e nele estava estabelecido que o Imperador seria controlado pelos Deputados e Senadores, ordenou a dissolução da Constituinte (Decreto n. 12 de nov. de 1823). Nomeou uma comissão especial, com a finalidade de redigir uma outra Constituição, a partir das suas propostas. Essa nova redação constituinte estabelecia a separação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário e criava ainda um 4º poder, o *Moderador*, exercido pelo Imperador (CHIZZOTTI, 2001)¹⁰⁸.

Segundo Fachada (2003), os debates da Constituição puderam estabelecer algumas condições sobre quem seria ou não cidadão. Para ela, seriam cidadãos ativos os detentores de direitos políticos e civis, e os cidadãos passivos os que teriam direitos civis, mas não políticos. Ainda mencionou que: "a propriedade era o fundamento da cidadania, seria possível se tornar cidadão ao se tornar proprietário" (FACHADA, 2003, p.199).

¹⁰⁷ O astrônomo e escritor francês Cammile Flammarion (1842-1925) nasceu numa família humilde e foi cedo destinado aos estudos eclesiásticos, interrompendo-o aos quatorze anos para estudar gravação de metais. De aprendiz de gravador em Paris passou a ser aluno-astrônomo do Observatório da mesma cidade em 1858. Publicou muitos trabalhos de pesquisa na área da Astronomia. Fundou uma revista desta área em 1882 e a Sociedade de Astronomia da França em 1887. Escreveu diversos livros, o que lhe rendeu notoriedade e prestígio (MOURÃO, 1987, p. 304).

¹⁰⁸ Através desse poder, o Imperador poderia nomear e demitir juizes na hora em que quisesse e podia ainda fechar a Assembléia Geral do Império. A Constituição impôs ainda o "unitarismo", ou seja, a Capital tinha plenos poderes sobre todas as províncias, ou seja, as províncias não tinham autonomia nenhuma. Todas as demais regiões do País tinham de se subordinar à Capital. (CHIZZOTTI, 2001).

Estariam, assim, excluídos da sociedade política brasileira, grande parte da população, como os escravos, os homens livres pobres e as mulheres. Nesse período, na lei, como nos costumes, nas famílias abastadas, prevalecia a supremacia do marido, até mesmo nas questões relativas à educação, criação e local de residência dos filhos e filhas. Somente após a sua morte, a mulher podia ocupar a sua posição e mesmo assim com algumas restrições na administração dos bens herdados¹⁰⁹.

Na organização da família do tipo patrimonialista patriarcal, o objetivo do casamento na elite centrava-se em "contratos econômicos acertados pelos pais e, na falta deste, pelo irmão mais velho" (RIBEIRO, 2000, p. 82). Uma união considerada adequada e conveniente envolvia riqueza e status, para assim manter o prestígio e a posição das famílias (HAHNER, 2003). No jornal *O Sexo Feminino* há um artigo intitulado *O dote de uma noiva* que exemplifica essa realidade vivenciada por algumas mulheres no Oitocentos:

Julgou certo pae que si aos attractivos naturaes de sua filha, já que em idade de casar, reunisse a cubiçada prenda de um bom dote, não tardaria a apparecer-lhe um bom noivo [...] e entre elles o preferido foi um jovem comerciante, a quem, no dia da bôda, mas antes da celebração chamou o pae e disse: Meu querido genro, vou-lhe entregar o *dote* de minha filha [...] apresentou ao jovem um papel que se lia: "Dote de minha filha". Educação esmerada, consciencia recta, e sufficiente esperteza, tudo isso valerá 80,000 reales. - Minha filha não é *coquette*, qualidade, que deve estimar-se em outros 80,000 - É virtuosa, amiga da ordem e da economia, capaz de dedicar-se inteiramente aos seus deveres e á direcção da sua casa, 120,000 reales [entre outros atributos] Total 400,000 reales. (*O Sexo Feminino*, O dote de uma noiva, n. 04, 27 fev.1873, pp. 02-03, grifo do original).

Com as qualificações: *minha filha não é coquette*, mas *virtuosa* e sabedora dos seus *deveres* a autora anônima ressaltou algumas das considerações virtuosas necessárias para o casamento através do dote e da relação estabelecida entre pai e filha, associando cada virtude a um valor financeiro. Por fim, o marido aceitou as condições dos bens e passou a dizer pela cidade que o sogro *avaliou em muito pouco as prendas de sua filha, porque esta tem lhe dado a paz, a fortuna e a felicidade domestica* (Ibid.). Essa subjugação da mulher

¹⁰⁹ Antes da sanção do Código Comercial de 1850, as mulheres não podiam administrar a herança, mesmo após o falecimento dos seus maridos, ficando essa administração, não raras vezes, sobre a tutela de um dos membros masculinos do seu círculo familiar (HAHNER, 2003; ARAÚJO, 1993).

casada pela dominação masculina foi analisada pelas mulheres da imprensa feminina, em diferentes fases no Oitocentos:

[...] o casamento é para ella, o alvo, o fim da sua existência. E o que encontra ella quasi sempre? a decepção! ou uma tyrania insurpotavel, ou o abandono mais completo! [...] o casamento para a maior parte dos homens, é o único meio de satisfazer um desejo, um capricho [...] ou assegurar a sua fortuna. É porque o homem diz: - *Minha mulher*- com a mesma entonação de voz com quem diz - *meu cavallo, minha botas*, etc. (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo I, 01 jan. 1852, p. 13, grifo do original);

[...] Os progressos da civilização entre alguns povos da antiguidade introduzirão, é verdade, certos melhoramentos na sorte das mulheres; porém estas não deixarão de ficar ainda submettidas á uma escravidão severa. Excluidas da sociedade dos homens, recatadas no interior dos palacios ou das choupanas, pareião não ter sido creadas, senão exclusivamente para o cargo das occupações domesticas, e para propagar a especie humana (*O Sexo Feminino*, Emancipação do nosso sexo, n. 16, 27 dez.1873, p. 01);

[...] a mulher casada vista pelo homem como um dos famosos quadros da sua bonita galeria de pintura [...] uma bonita porcelana [...] uma coisa bonita que o homem compraste [...] (*A Familia*, A casa, n. programma, 18 nov. 1888, p. 05, assinado por Mama).

Esse caráter de **coisificação** e de **segregação** feminina pode ser compreendido, segundo Chalhoub (2001), de acordo com o discurso médico que disseminou representações dos papéis femininos e masculinos, inclusive, do relacionamento entre os sexos, como formas de reforçar a dominação, manutenção e reprodução da ordem social burguesa em ascensão. O discurso centrado nas diferenças naturais entre homens e mulheres possibilitou uma determinada estruturação social pela diferença biológico-sexual: a esfera privada é feminina e a esfera pública é masculina.

Para Costa (1999), a reformulação da vida conjugal deu-se a partir dessa premissa. Os pressupostos científicos passaram a fixar características específicas para cada sexo. Com isso, os discursos concederam às mulheres a qualidade de fragilidade, doçura e sensibilidade "que resulta da fraqueza inata de seus órgãos; tudo é subordinado a este princípio pelo qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem" (COSTA, 1999, p. 235) e aos homens eram atribuídos os traços de vigor e força que migravam do físico ao moral.

Essas distinções femininas e masculinas passaram a caracterizar as diferenciações sentimentais e a estruturação do poder na sociedade e na família. As mulheres, por serem mais sensíveis, indulgentes e devotadas, estavam destinadas ao amor e à família. Os homens, pelo vigor físico e intelectual, deveriam ser mais duros, secos, autoritários e menos amorosos. Essas faculdades afetivas foram, para Costa (1999), a mais ambiciosa modificação na estrutura familiar e converteu "quase completamente a figura sentimental do homem ao personagem do pai e da mulher à personagem da mãe [...]" que passou a ser o "padrão regulador da existência social e emocional de homens e mulheres" (COSTA, 1999, p. 239)¹¹⁰.

Porém, na prática ou mesmo na "vida vivida", por volta de 1850, segundo as pesquisas de Almeida (1987), Nazzari (2001) e Samara (1983; 1987) os valores tradicionais de submissão feminina no casamento e na sociedade não se constituíam a realidade da maioria das mulheres. E a análise dos jornais femininos comprovam que esteve em curso, nesse período, uma transição nos costumes familiares que afetaram as condições existenciais das mulheres brasileiras. A antiga família patriarcal, onde o pai era a "cabeça do casal" (e da família), foi lentamente sendo substituída pelo modelo de família nuclear composta por marido, mulher e filhos. Até mesmo o dote, não era mais garantia de fidelidade e obediência entre os homens de família.

Outro aspecto interessante, na análise dos jornais, foi a solidão das mulheres que "pode resultar de uma escolha, deliberada nos casos de vocação religiosa ou altruísta" (PERROT, 1991, p. 299), como aqui analisado: o exercício da profissão de professora, ou até mesmo os casos de viuvez. Os dados biográficos do marido de *D. Francisca Senhorinha* comprovaram que ela enviuvou em 1886, quando ainda era redatora-chefe d'*O Sexo Feminino*. Raras vezes, as mulheres escritoras mencionavam os seus maridos. Ao contrário, ao exporem as suas dificuldades financeiras em manter a publicação dos periódicos, demonstraram o quanto era difícil a vida de uma mulher solitária no Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX, outras influências passaram a coexistir no cotidiano familiar. Nesse período, sucedeu a introdução dos pressupostos positivistas no

¹¹⁰ Teoricamente, essas representações podem ser aludidas através do conceito de "dominação simbólica" de Bourdieu, como fez Chartier (1995). O conceito sugere que a dominação não é simplesmente um processo de violência explícita do dominador sobre o dominado, mas um sistema sutil, que constrói todo um aparato ideológico em torno de si e que, de certa forma, mantém "brechas" de negociação com os dominados.

Brasil, apesar da sua maior influência somente ocorrer no período republicano. Estes foram trazidos por brasileiros que completaram seus estudos na França, tendo mesmo alguns sido alunos de Auguste Comte¹¹¹ (RIBEIRO JUNIOR, 1982). Essa religião positivista agregou determinadas representações sociais aos papéis desempenhados por homens e por mulheres.

As idéias positivistas preconizavam a construção do futuro por gente preparada, especializada e qualificada para inaugurar um novo período orgânico dominado pelo Estado Positivo em direção a uma nova fase de hegemonia científica. O caminho para o progresso social estava condicionado aos atributos biológicos dos indivíduos, de tal forma que nenhuma estrutura social seria possível sem que fosse previamente determinada nos fatores biológicos (COMTE, 1978).

Comte considerava "a família como unidade básica por excelência e a preponderância da moralidade dos instintos altruístas (termo criado por Comte) sobre os egoístas". Para ele, só haveria progresso na humanidade pelo sacrifício e pela dedicação, que resume na fórmula "viver para outrem". A religião positivista, portanto, baseava-se no conhecimento do mundo, para o aperfeiçoamento moral, intelectual e prático da humanidade (RIBEIRO JUNIOR, 1982, pp. 26-29).

Esse filósofo, ainda, destacou o papel feminino, tendo como musa inspiradora *Clotilde de Vaux*¹¹², atribuindo a mulher "o papel de mãe e esposa, guardiã do lar, pois assim garantiria a reprodução da espécie e a saúde moral da humanidade. A política era uma tarefa menor que cabia aos homens" (CARVALHO, 1990, p. 93). Por conseguinte, as mulheres escritoras, da imprensa analisada, representaram esses ideários nos seus discursos, contribuindo para reforçar o papel das mulheres como mães-educadoras adornadas pelo caráter religioso católico, apesar de defenderem a emancipação feminina pela educação além do espaço doméstico: [...] *ha deveres naturaes que prendem a mulher ao lar*

¹¹¹ August Comte (1798-1857) foi filho de um fiscal de impostos. Com a idade de dezesseis anos, em 1814, Comte ingressou na Escola Politécnica de Paris, fato que teve significativa influência na orientação posterior de seu pensamento. Recusou a docência na Universidade de Paris para dedicar-se ao ensino particular. Sua principal obra filosófica foi: "Curso de Filosofia Positiva" em seis volumes (1830-1842). Nela afirma que todos os fenômenos estão sujeitos a leis naturais e uniformes (GILES, 1993, p.181).

¹¹² *Clotilde de Vaux* (1815-1846) foi esposa de um homem que se encontrava preso por crime infamante. Aos vinte e cinco anos, sem recursos e com as dívidas do marido em Paris, ainda ficou, pela lei, sem a possibilidade de se casar novamente. Tornou-se militante pela mudança da lei, publicando uma novela no jornal *National*, em 1845, cujo personagem, Lucie, vivia uma situação igual à sua. Comte a conheceu em 1844 e se apaixonou perdidamente por ela, porém a relação com o filósofo não ultrapassou os limites de uma íntima amizade. A afeição tornou-se ainda mais profunda com a morte de Clotilde, dois anos depois. (COMTE, 1978).

domestico, porém é precisamente desde o seio de sua familia que ella pode ter uma influencia directa, sobre essa mesma familia, sobre a nação, e sobre a humanidade inteira [...] (O Jornal das Senhoras, Emancipação moral da mulher, tomo I, 01 jan. 1852, p. 14). Embora o ideário católico tenha sido majoritário, não era o único que permeava as concepções das mulheres escritoras, um exemplo disso, foi a professora *Anália Franco*, do jornal *A Família*, que optou pelo Espiritismo como citado no seu verbete.

2.3 Na penna da imprensa: a defesa dos direitos femininos

Pelas normas e costumes, foi possível perceber que uma parcela significativa de mulheres casadas estavam restritas ao ambiente doméstico, por sua fragilidade física, doçura e passividade, pois foi neste espaço que elas encontrariam sua mais completa realização, uma vez que ao homem caberia o exercício das funções intelectuais e atividades remuneradas, pelo seu vigor físico e pela sua força moral (CHALHOUB, 2001).

As restrições às mulheres, também, ocorriam no mercado de trabalho (MOREL, 2003) e, mesmo para participar de atividades comerciais, as mulheres casadas maiores de dezoito anos precisavam de uma autorização por escrito de seus maridos "para poderem comerciar em seu próprio nome". Apenas as separadas da coabitação dos seus maridos, pelo "divórcio perpétuo"¹¹³, poderiam atuar no comércio sem a sua autorização (Código Comercial 1850¹¹⁴, art. 1, p. 04).

Contudo, percorrendo a trilha investigativa na perspectiva histórica, cultural e de gênero, observou-se que a imprensa feminina foi um dos espaços de sociabilidade intelectual feminina e de atuação comercial das mulheres, para além dos papéis socialmente atribuídos a elas por suas funções sexuais e biológicas. Morel (2003) informou, que quando esses periódicos surgiram, de maneira artesanal, eram dirigidos por pessoas das mais diversas profissões, pois não se exigia do(a) "jornalista um grau de escolaridade elevado ou

¹¹³ Santos (2010) em trabalho adaptado da Dissertação de Mestrado em História pela UFMG (FAFICH) diz que a palavra divórcio "era utilizada no direito canônico como sinônimo de separação de corpos, bens e habitação dos cônjuges, sem permitir novas núpcias e produzir a anulação do casamento" (SANTOS, 2010, p. 04). Esse tipo de divórcio era denominado de *perpétuo* e era realizado pela Igreja durante todo o período colonial e imperial brasileiro, até perder força com o advento da República. As causas para abertura de processo desse tipo de divórcio eram: "ocorrência de crime de adultério, abandono de lar, o não cumprimento das obrigações maritais e união carnal entre adúlteros" (Ibid.).

¹¹⁴ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm> Acesso em 18 dez. 2009.

um saber acadêmico comprovado e específico" (MOREL, 2003, p. 63), até porque a atividade jornalística no Brasil levou décadas para ser regulamentada. Com isso, a maioria das mulheres escritoras conciliou a atividade jornalística com a função de professoras primárias, assim como alguns homens redatores e colaboradores dessa imprensa aliaram essa atividade com o exercício profissional de médicos ou de literários.

Outras atuações diferenciadas das mulheres foram observadas nas pesquisas de Teixeira (2004) e Ribeiro (2000). Estes pesquisadores informaram que, desde o período colonial até meados do Primeiro Reinado, as mulheres solteiras e viúvas, com algum poder aquisitivo, chefiaram famílias, conduziram negócios, além de construírem uma rede de solidariedade e de desenvolveram estratégias próprias de sobrevivência conforme a sua condição social, muitas vezes consolidaram patrimônios e riqueza pessoal.

No Segundo Reinado, essa realidade foi semelhante à das mulheres escritoras dos jornais femininos, que em sua grande maioria viviam em áreas urbanas, geralmente solteiras, casadas ou viúvas e tinham rudimentos de escrita e leitura. Apesar de existir um aparato legal de dominação masculina, que garantia aos homens certos privilégios, grande parte das mulheres da imprensa feminina puderam burlar esse padrão social vigente "assumindo a chefia da família e trabalhando para a sobrevivência da sua prole" (SAMARA, 1987, p. 35) com o dinheiro obtido através do próprio trabalho. As jornalistas enfrentaram muitas dificuldades para a publicação dos jornais, por falta de dinheiro como também o preconceito social, inclusive, de outras mulheres do seu tempo:

[mulheres] acolhei-vos a elle [o jornal], todas as que possuis uma faisca de intelligencia [...] elas serão publicadas debaixo do *anonimo* [...] não temaes dar expansão ao vosso pensamento [...] (*O Jornal das Senhoras*, As nossas assignantes, tomo I, 01 jan. 1852, p. 01, grifo do original);

[...] Zombem os *pessimistas* o aparecimento de um novo órgão na imprensa [...] tapem os olhos os *indifferentes* para não verem a luz do progresso [...] rião os *curiosos* de reprovação á idéia que ora surge [...] da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do *Sexo Feminino*; persigão os *retrogados* [...] chamando-as de *utopistas*: *O Sexo Feminino* apparece, hade lutar, e lutar até morrer [...] (*O Sexo Feminino*, A educação da mulher, n. 01, 07 set.1873, p. 01, grifo do original);

Dizem que a mulher precisa instruir-se, para escrever suas opiniões e não recuar diante das criticas (inclusive de algumas mulheres), até os grandes escritores sofrem criticas, porém se estas não existissem não

aperfeiçoaríamos o talento [...]. Alguns entendem que a mulher nasceu para viver amarrada às algemas da humildade e que as de letras só pertencem ao homem; julgando a mulher apenas uma companheira para cuidar dos arranjos da casa [...] (*A Família*, A mulher, sua educação e instrução, n.02, de 08 dez. 1888, p. 02, assinado por Rosa).

Na tentativa de superar essas dificuldades, as mulheres escritoras deram grande destaque, também em diferentes passagens, às representações de mulheres de épocas anteriores e contemporâneas, em condições muito mais desfavoráveis, a quem elas admiravam e utilizavam como uma estratégia discursiva para o melhoramento das condições femininas:

[...] Transcreveremos partes da historia antiga e moderna em que encontrarmos exemplos dignos de ser imitados, como por exemplo, as Cornélias, as Porcias e muitas outras que praticarão actos de valor e acções virtuosas, com especialidade as nossas amaves patricias [...] (*O Sexo Feminino*, Editorial, n. 14, 06 dez.1873, p. 01);

[...] a mulher não tem que realizar uma cruzada santa e conduzir um exercito a vitória como fez *Joana d'Arc* mas deve ser livre e equilibrada em suas funções como o homem na sociedade [...] [deve] caminhar na árdua propaganda (da emancipação) incitadas pelo exemplo a amigas da França e da Inglaterra" (*A Família*, Editorial, n. programma, 18 nov. 1888, p. 02, grifo do original).

Esses discursos elevavam as mulheres a uma condição de igualdade perante os homens e evidenciou o longo caminho que elas tiveram que percorrer para serem reconhecidas naquela sociedade (SOIHET, 1997), reivindicando a participação na vida pública e buscando direitos de cidadania através dessa imprensa, como por exemplo, os movimentos exercidos por mulheres na França, Inglaterra e Estados Unidos na defesa do acesso a uma educação que aprimorasse o potencial intelectual das mulheres (PISNSKY e PEDRO, 2003). No Brasil, somava-se a essa realidade um cem números de analfabetos, o que certamente dificultava o acesso e a leitura aos periódicos.

Segundo Hahner (2003), nesse período na Corte, era escasso o acesso tanto para homens quanto para mulheres à escola primária. Porém, esta proporção permaneceria desigual quando comparado aos habitantes das cidades, mais alfabetizados, na totalidade da população do país. Isso justifica os dados apresentados por esta autora de que em 1873, de aproximadamente 5.077 escolas primárias, públicas e privadas, "cerca de 114.014 alunos e

46.246 alunas a frequentavam", ou seja, o número de homens era bem superior ao número de mulheres (HAHNER, 2003, p. 75).

Há no jornal *O Sexo Feminino*, na seção de cartas, uma passagem que traz vestígios dessa situação vivenciada pelas mulheres em meados do século XIX. Uma senhora diz estar indignada porque o seu marido, assinante do referido jornal, não queria mais a assinatura por considerá-lo pernicioso. A senhora descreveu que, por não saber ler e escrever, o próprio marido era o seu leitor. A partir dessa situação, ela sugere a leitura por outro membro do seu convívio social: [...] *Devo prevenir ao meu marido que não pense que as mulheres estão adormecidas pelo somno do indifferentismo; não, se não posso ler esse jornal, outras pessoas podem fazel-o* (*O Sexo Feminino*, Carta honrosa, n. 23, 28 fev. 1874, p. 23).

Nesse caminho, uma das primeiras estratégias das mulheres escritoras foi protestar contra as condições de exclusão e de servidão em que viviam:

[...] a mulher foi a primeira victima sacrificada ao seu crime, e desceu da condição de companheira do homem á de sua escrava [...] e ela estava condenada ao estado de vegetal, a mulher é como uma *cousa* (*O Jornal das Senhoras*, Educação da Mulher, tomo III, 13 fev. 1853, p. 54, grifo do original);

[...] O século XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais da metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto de pensarem a mulher não passa de *um traste de casa* [...] (*O Sexo Feminino*, A educação da mulher, n. 01, 07 set.1873, p. 01, grifo do original);

[...] pelo uso da imprensa [a redatora vem] chamar a atenção [da mulher para] uma grande iniquidade secular [...] mais bárbara do que as escravidões da história - a escravidão da mulher (*A Família*, n. programma, Editorial, 18 nov. 1888, p. 01, assinado por Josephina Alvares de Azevedo).

Esses protestos vinham de encontro às modificações políticas e econômicas que ocorreram no Império, no Segundo Reinado, no Município Neutro que exigiram novas formas de 'ser mulher' (e também de 'ser homem'). Nesse período impulsionado pelos ideais de progresso e civilidade, as atenções estavam voltadas para o desenvolvimento econômico

que modificou completamente as estruturas sociais e políticas nos centros urbanos e rurais (COSTA e SCHWARCZ, 2000).

No campo econômico, houve um crescimento de produtos importados dos armazéns e oficinas britânicos como alimentos, ferragens em geral, utensílios, maquinarias diversas, sobretudo tecidos que chegavam aos portos do Império, também eram exportados café e açúcar para a Europa e os Estados Unidos. Na área urbana foi estabelecida a primeira linha regular de vapores entre a Grã-Bretanha e o Brasil, houve a inauguração do serviço de iluminação a gás, a instalação de uma rede de esgotos na capital imperial, a construção das primeiras ferrovias e a abertura da primeira rodovia ligando Petrópolis a Juiz de Fora (MATTOS, 2004).

O campo político foi marcado pela luta por hegemonia entre os grupos reacionários e liberais, conservadores e progressistas. Essa luta também teve como pólos antagônicos, principalmente, a Igreja e o Estado (MARTINS, 1996). No meio social, havia emergência para atender às demandas enfrentadas pela maioria da população maciçamente analfabeta entre eles os "*pretos africanos livres e libertos*" e as mulheres (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 231).

Apesar dessa situação, tanto na Europa quanto no Brasil, um grande número de mulheres passaram a escrever e a publicar, em uma época em que o saber e a escrita estavam intimamente relacionados ao poder e ao universo masculino (TELLES, 1997). A opção pela escrita pode ser percebida como uma estratégia de resistência, num período em que as mulheres se encontravam alijadas da participação política e excluídas da vida social. Essa prática discursiva, de certa forma, era aceitável socialmente, pois os textos diziam respeito a "uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo", muito semelhante a um diário feminino (PERROT, 1989, p.15).

Segundo Duarte (1999), uma das primeiras mulheres no Brasil a lançar-se nesse universo foi *Nísia Floresta Brasileira Augusta* (1810-1885), pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. Publicou contos, poesias, novelas e ensaios para jornais da grande imprensa, como *O Diário do Rio de Janeiro*, entre outros. Um dos seus livros mais conhecidos foi *Os Direitos das mulheres e injustiça dos homens* publicado em 1832. Nesse livro, ela questionava: "Porque a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência?" (AUGUSTA, 1989 apud DUARTE, 1999, p. 177).

Realizou muitas viagens para a Europa, relacionando-se com grandes escritores como Victor Hugo e Auguste Comte. Ainda, para Duarte (1999), ela foi uma grande divulgadora do Brasil no exterior e, a seu modo, uma defensora ténue dos direitos das mulheres.

2.3.1 Louis Aimé Martin e os fundamentos das mulheres como mães-educadoras

Diferentes discursos foram encontrados na imprensa feminina consultada referentes a Aimé Martin (1786-1847), importante médico obstetra e escritor francês do século XIX que escreveu a obra: *Educação das mães de família; ou A civilização do Genero Humano pelas mulheres* cuja tradução chegou ao Brasil no ano de 1870, coincidentemente no mesmo período de inauguração dos jornais *O Sexo Feminino (1873-1889)* e *A Família (1888-1889)*. Curioso que n'*O Jornal das Senhoras* apareceu uma citação desse autor em francês no dia 07 de novembro de 1852: *L'homme ne saurait abaisser la femme sans tomber dans la degradation*. Notou-se que esse livro teve grande influência nos discursos de homens, mas, sobretudo, das mulheres dessa imprensa. Por isso, precisei buscá-lo nos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro e o localizei na Biblioteca Nacional¹¹⁵. Sua leitura foi de grande valia para o entendimento do tom dos discursos femininos.

Na capa do jornal *O Sexo Feminino*, ao centro, vem a epígrafe¹¹⁶ desse autor: *É pelo intermedio da mulher que a natureza inscreve no coração do homem* que perdurou em toda a sua publicação e, ainda, em outras citações em variados exemplares como:

No coração maternal se nutrem o espírito, os seus costumes, prejuizos, e por outros termos, a civilização do genero humano (*MARTIN, 1870* apud *O Sexo Feminino*, Emancipação da mulher, n. 02, 14 set.1873, p. 02); O homem é duplo, isto é recebeu do Creador dois sentidos, um externo e outro interno. O sentido externo para communicar com a materia, e o sentido interno para communicar com Deus. É o ponto de reunião da terra com o céu, ou da materia com o espírito. (*MARTIN, 1870* apud *O Sexo Feminino*, Editorial, n. 22, 02 abr.1876, p. 01).

O jornal *A Família* também faz referência, no seu primeiro número, a diversas passagens de Aimé Martin: *"O futuro de uma creança, dizia Napoleão, é sempre obra da*

¹¹⁵ Acervo de livros da Biblioteca Nacional, localização: 376/ M 381.7/ 1870.

¹¹⁶ A utilização de epígrafe, segundo Sodré (1977), “era uma característica da imprensa antiga do Brasil, a grande e a pequena, mas particularmente acentuada nesta, hábito que persistiu por longo tempo e que, do jornal, passou ao livro. Na epígrafe anunciava-se a orientação do periódico” (SODRÉ, 1977, p.163).

sua mãe" e o assignalado varão julgava de repetir que devia á sua o ter chegado á grandeza a que chegou! [...] Duvier, atribua a sua mãe a felicidade dos seus estudos e a gloria das suas descobertas (MARTIN, 1870 apud A Família, n. programma, 18 nov. 1888, pp. 04-05, grifo do original).

Para este autor, a educação não podia estar voltada apenas para o intelecto mas sim para o desenvolvimento da alma dos indivíduos, através dos preceitos religiosos, para tal as mulheres teriam um papel muito importante. Também viu, na valorização da família, a salvação da humanidade, partindo dos pressupostos de Rousseau que identificavam as mulheres como aquelas responsáveis, por suas qualidades inatas, pela transformação dos seus filhos em cidadãos pela educação no lar. Esses preceitos foram observados nos jornais femininos:

[...] ha deveres naturaes que prendem a mulher ao lar domestico, porém é precisamente desde o seio de sua familia que ella pode ter uma influencia directa, sobre essa mesma familia, sobre a nação, e sobre a humanidade inteira (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo I, 01 jan. 1852, p. 14);

Prepare-se o futuro pela educação e instrucção do sexo frágil. Formem-se as mãis de familia, que por seu turno vão erguer escolas e collegios, nos campos, nas villas e nas cidades; que ensinem a mocidade de ambos os sexos os principios de uma instrucção moral e religiosa, e a face da sociedade se ha de mudar (*O Sexo Feminino*, Emancipação da mulher, n. 02, 14 set.1873, pp. 01-02);

[...] de todas as aprendizagens... o ensino é a mais árdua e melindroza prática... "o cidadão educa-se na família e nesta reina a mãe, a mulher [...]" (*A Família*, O ensino, n. programma, 18 nov. 1888, p. 06, assinado por Maria da Piedade Pinto).

As argumentações eram com o objetivo de primeiro formar as meninas para bem desempenharem, no futuro, a missão de "boas" esposas e mães de família, nos pressupostos da fragilidade e da castidade, para secundariamente as próprias mães, como mães-educadoras de seus filhos, abrirem escolas e colégios, tendo em vista a precariedade de funcionamento das escolas elementares nesse período. Aimé Martin afirmava que somente as mulheres mães, com o seu amor e paciência, podiam suprir as necessidades da criança e compreendê-la com o seu "espírito frívolo", com sua "vocação para o prazer" e com o seu

"gosto do maravilhoso" (MARTIN, 1870, p. 39). A característica própria da "alma" feminina lhe capacitava como educadora de seus filhos:

O que é uma criança para um preceptor? É um ignorante, que se tracta d'Instruir. O que é uma criança para uma mãe? É uma alma, que se tracta de reformar. Os bons professores fazem os bons estudantes: **só as mães fazem homens**: d'aqui resulta que o cuidado de educar as crianças pertence à mãe e só a ela: o que, se os homens o tem usurpado, é porque teem confundido **a educação e a instrução, cousas essencialmente diferentes**, e que é muito importante distinguir, porque a instrução pode interromper-se e passar sem perigo d'uma para outra mão, a educação porém deve ser inteiriça: quem a interrompe não a consegue; quem a abandona; depois de a ter começado, verá parecer o seu filho nas divagações do erro, ou, o que é mais deplorável, na indiferença da verdade (MARTIN, 1870, pp. 48-49, grifo meu).

Nesse fragmento, Aimé Martin fez dois importantes apontamentos. No primeiro, dizia que somente as mulheres poderiam atuar como educadoras de seus filhos, concebendo-as como mães-educadoras. No segundo, referiu-se à diferenciação do ato de educar e de instruir, que em síntese: *educar* significava a correção dos vícios, dos maus costumes e *instruir* a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos.

Para desempenharem o seu papel de mães-educadoras, as mulheres necessitavam apenas dos requisitos da virtude e do amor, duas qualidades que as capacitariam como redentora da "ordem das famílias" (Ibid.). O autor seguia um dos fundamentos do positivismo, também, defendido pelas mulheres da imprensa feminina:

[...] desde o seu nascimento, a vida inteira, o homem depende somente da mulher; suas faculdades vão-se desenvolvendo debaixo de seu auspicio e sob sua influencia, até receberem certo grau de aperfeiçoamento indispensável para a obra da emancipação do homem [...] Todos os actos de sua vida se resentirão d'essa primeira educação (*O Jornal das Senhoras*, Influencia da educação da mulher, tomo III, 06 mar. 1853, pp. 73-74);

[...] Mães de familia assim formadas prepararão a mocidade que *futuramente* possa ornar as diversas carreiras a que pôde aspirar *um moço* ou *uma moça* desde a mais alta escala social até o mais modesto *emprego official* (*O Sexo Feminino*, Emancipação da mulher, n. 02, 14 set.1873, p. 01, grifo do original);

Quando a mulher é mãe ella é de uma sublimidade indefinivel [...] a ella unicamente compete a importante missão de educar mas é preciso que ella

se eduque [...] a luz da sciencia [...] (*A Família*, A mulher, sua educação e instrução, n.02, 08 dez. 1888,p. 02).

A educação para as mulheres como mães de família é apontada como uma possibilidade para a emancipação e melhoramento da sua condição de subalternidade à *luz da sciencia* da razão oitocentista. Essa educação estava atrelada, para Aimé Martin, à formação da virtude feminina, calcada nos ensinamentos de cunho moral e na preservação das suas características inatas, porém defendia a idéia de que as mulheres necessitavam de outra educação que pudesse enriquecer o seu interior e o seu intelecto.

O autor, ainda, teceu considerações sobre a educação das mulheres, dizendo-se influenciado pelos escritos de abade Claude Fleury¹¹⁷ e Fenelon¹¹⁸ cujos nomes aparecem em citações no primeiro número do jornal *A Família*:

Pretendem que as mulheres não são capazes d'estudos, como se a sua alma fosse de especie diferente da do homem, como se ellas não tivessem tambem uma razão que dirigir, uma vontade que regradar, paixões que combater, ou se lhes fosse mais facil do que nós satisfazer todos estes deveres, sem aprenderem coisa alguma (*Padre Fleury* apud *A Família*, n. programma, 18 nov. 1888, p. 03); A educação das mulheres é mais importante que a dos homens; por isso que a destes é sempre obra d'aquellas (*Fénelon* apud *A Família*, n. programma, 18 nov. 1888, p. 03).

Nessa perspectiva, os escritos femininos promoveram as mulheres no interior da família e no seio da sociedade. O reconhecimento das suas capacidades educativas possibilitou a valorização do seu papel maternal, principalmente, no que diz respeito ao

¹¹⁷ Claude Fleury (1640-1723) era filho de famoso advogado de Paris. Foi educado no colégio dos Jesuítas de Clermont. Exerceu o trabalho de advogado por nove anos, mais tarde tornando-se padre católico. Recomendado por seu grande saber e seu caráter honrado, obteve o lugar de subpreceptor na família dos reis de França. Teve como aluno o Duque de Borgonha de quem Fenelon era o preceptor. Foi eleito membro da Academia Francesa em 1696 e com a morte do rei, tornou-se o confessor do jovem rei Luís XV. Compôs diferentes obras que ocupam uma posição de honra na literatura francesa. Começou esse trabalho aos 67 anos e ao morrer, aos 83 anos de idade, estava narrando a abertura do Concílio de Constança. Sua História Eclesiástica foi censurada ao ser colocada no INDEX de obras proibidas pela Igreja de Roma. Voltaire elogiou o Discurso de Introdução da História Eclesiástica como uma obra de um verdadeiro filósofo (Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/acervo/catalogo/indices.pdf>> Acesso em 22 dez. 2009).

¹¹⁸ Fénelon (1651-1715) era oriundo de família nobre, ilustre nas armas e na diplomacia, mas empobrecida. Sendo um dos filhos menores, seguindo um costume da época, ele foi destinado para a carreira eclesiástica e diz-se que começou seus estudos no colégio dos Jesuítas em *Cahors*. Continuou seu estudo junto aos Jesuítas em Paris e manteve contatos com o seminário de *Saint-Sulpice*. Foi preceptor do Duque de Borgonha. É considerado um precursor do Iluminismo e na pedagogia propôs idéias que seriam desenvolvidas por Rousseau e Pestalozzi (Disponível em < <http://www.geae.inf.br/pt/biografias/Fenelon.html>> Acesso em 22 dez. 2009).

cuidado direto e à educação dos seus filhos e filhas. Com isso, a imprensa feminina analisada, concedeu às mulheres um novo e mais amplo poder na esfera doméstica ao enfatizar sua capacidade de intervenção moralizadora no conjunto da sociedade. Essa promoção serviu de apoio para a reivindicação de sua emancipação e de seu direito à educação, principal pauta desse primeiro movimento feminista do século XIX¹¹⁹.

2.3.2 As mulheres como representantes de Deus na Terra: o papel emblemático da religião católica

Como foi abordado nos itens anteriores, o papel desempenhado por mulheres e por homens foram construções históricas e sociais que responderam a determinados padrões culturais. Segundo Maluf (1995), essas relações sociais, historicamente datadas, possibilitaram representações variadas de masculinidade e de feminilidade na sociedade brasileira. Ainda para essa autora, os preceitos religiosos propagados no nosso país comprometeram a opinião que tanto mulheres quanto homens tinham a respeito de si mesmos e do trabalho que desempenhavam (MALUF, 1995).

No Brasil, desde os tempos do descobrimento, as missões jesuíticas difundiram pela educação a formação religiosa à população. A Igreja Católica Apostólica Romana exerceu considerável influência, "ditando regras sociais, morais e de comportamento religioso pela via do ensino" (ALMEIDA, 2007, p. 64). O consórcio entre a Igreja e o Estado, no período imperial, impôs inúmeras sanções sociais e políticas aos cidadãos por ser o Catolicismo a religião oficial do Estado, onde a Constituição Imperial de 1824 determinou no art. 5º: *A religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras religiões serão permitidas com o culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior de tempo*¹²⁰.

Porém, isso não impediu as inúmeras iniciativas formais e informais de grupos religiosos, "não só católicos em suas diferentes ordens, mas também para as religiões

¹¹⁹ Segundo Duarte (2003) as mulheres escritoras da imprensa feminina devem ser consideradas como "nossas primeiras e legítimas feministas" (DUARTE, 2003, p. 152). Esta autora defendeu que a história do feminismo teve início nas primeiras décadas do século XIX, com a atuação de Nísia Floresta (1810-1885) e, posteriormente, com o movimento das mulheres escritoras da imprensa feminina. Sugere a existência de pelo menos quatro momentos da história do feminismo explicitados anteriormente.

¹²⁰Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532540 &seqTexto=14770&PalavrasDestaque=>> Acesso em 20 set. 2009.

protestantes, espíritas, afro-brasileiras, indígenas, orientais e do mundo árabe" (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 59). Havia uma "certa" liberdade de crença, levando em consideração os múltiplos sujeitos que coabitaram as províncias brasileiras nesse período, porém somente a religião oficial do Império poderia praticar o culto público. As restrições iam desde a recusa da sepultura (nos cemitérios), para quem não fosse católico, aos direitos políticos desempenhados por homens no Oitocentos, entre eles, só poderiam ser eleitos e exercer os cargos de Deputado e Senador os que fossem católicos¹²¹.

Para as mulheres, as religiões exerceram forte influência na vida cotidiana, principalmente a religião católica¹²² que contribuiu para legitimar a idéia de uma suposta inferioridade feminina, fundamentada no mito da representação de Eva¹²³ como aquela criada secundariamente do homem e para ele, que também serviu para "justificar uma concepção de hierarquia social na qual a mulher era sempre colocada de forma submissa ao homem" (LIMA e TEIXEIRA, 2008, p.114). Outra figura alegórica advém da imagem de Maria (pureza do corpo e do espírito), figura antitética a Eva que contribuiu para o estabelecimento de um modelo normativo de mulher virtuosa, edificado pela exaltação das virtudes femininas como castidade, abnegação e renúncia que recaíram principalmente sobre a sua sexualidade.

Com base nessas duas figuras, a Igreja construiu os discursos femininos, onde "Eva era aquilo que as mulheres eram, por natureza; e Maria o que as mulheres deveriam ser, por opção" (LIMA e TEIXEIRA, 2008, p. 115). Sendo assim, as mulheres d'*O Jornal das Senhoras* concebiam que o Cristianismo veio reabilitá-las da condição de inferioridade perante o homem [...] *é, pois a mulher a fonte d'onde deve correr todas as felicidades da especie humana [...] (O Jornal das Senhoras, Educação da mulher, tomo III, 13 fev. 1853, pp. 53-54) e predestiná-las ao papel nobre e digno de missionária [...] pelo Eterno para*

¹²¹ A partir do advento da Lei Saraiva ou Lei do Censo em 1881, os Deputados e Senadores passaram a ser nomeados através de eleições diretas, onde tomariam parte da mesma todos os cidadãos alistados, ficando assim abolido o sistema de eleições indiretas que vinham sendo adotado no Brasil desde 1821, instituindo, pela primeira vez no Brasil, o sistema de eleições diretas, através do voto secreto. "As informações referentes a esta Lei revelam que ela era muito avançada para o seu tempo, e em se tratando da matéria, essa legislação foi a da mais alta importância na vida política do País, podendo-se dizer que a sua forma e espírito perduram até hoje, passados mais de um século" (MOREIRA, 2009).

¹²² Segundo as estatísticas do Império e os limites do saber estatístico da época, cerca de 16 mil homens e 11 mil mulheres professavam outra religião que não o catolicismo, de uma população estimada em 10 milhões de habitantes (SENRA, 2006 apud GONDRA e SCHUELER, 2008).

¹²³ Passagem mais conhecida do livro da Gênesis (Gn, 2, 20-24), que descreve o mito da criação, fundamentou durante séculos os discursos católicos (LIMA e TEIXEIRA, 2008).

instrumento de nossa remissão (O Jornal das Senhoras, Influencia da educação da mulher, tomo III, 06 mar. 1853, p. 75). Em diferentes passagens, essas representações foram utilizadas pela imprensa feminina:

[...] é o conhecimento verdadeiro da **missão da mulher** na sociedade; o justo gozo dos seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba, e dos quaes à desherda, porque tem em si a força material, e porque ainda se não convenceo que um **anjo** lhe será mais útil que uma boneca [...] mas enquanto a educação do homem se não reformar, enquanto elle considerar a mulher como uma propriedade nada teremos feito [...] (*O Jornal das Senhoras, Emancipação moral da mulher, tomo I, 11 jan. 1852, pp.12-13, grifo meu*);

[...] Filha, esposa e mãe! Considerada a mulher debaixo destes tres pontos de vista, é incontestável que ella não poderá desempenhar a sua importante **missão na sociedade**, senão fôr educada e instruida convenientemente [pela] educação religiosa [...] Olhai aquella mulher que acompanhava o Messias da humanidade [...] Eis a mulher como mãe! [...] (*O Sexo Feminino, A educação da mulher, n. 02, 14 set.1873, p. 03, assinado por um campanhense, grifo meu*);

[...] a **missão da mulher** caberá então uma apotheose levantada pela sociedade moderna, será a perfeita educadora do coração e do espirito, o manancial religioso do lar domestico (*A Familia, a mulher d'este seculo, n.05, de 29 dez. 1888, p. 02, assinado por Revocata de Mello, grifo meu*).

As estratégias textuais utilizadas por essas mulheres estavam intimamente associadas "à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade" (PERROT, 1989, p 15) por isso, elas consideravam lastimável a sua condição de subalternidade, por não serem levadas a sério pelos homens que as tratavam como sua propriedade e como bonecas. Talvez fosse mais fácil para um anjo do que para uma boneca atuar como ser humano (HAHNER, 2003). As diferenças entre homens e mulheres estavam associadas, respectivamente, à matéria e ao espiritual. Essa idéia de sublimação reforçou os atributos divinos das mulheres, sendo representada como uma extensão de Deus na Terra.

Essa representação como alguém predestinada pelo "supremo" recaiu principalmente sobre a formação moral do seu caráter:

Emprehenda-se a educação da mulher ensinando-lhe, por meio de uma linguagem pura, a fallar com a alma e com as acções ao Supremo Creador do Universo. Ensinae-lhe a doutrina da verdade, ensinae-lhe a virtude e a

intelligencia, porque são atributos divinos [...] (*O Jornal das Senhoras*, Estudos sobre educação, tomo I, 15 fev. 1852, p. 51);

[...] a educação de qualquer individuo não deve ter outro fim, senão preparal-o, dar-lhe a disposição precisa para bem desempenhar o papel que Deus e a sociedade lhe atribuirão neste drama de grande espectaculo a denominarão vida (*O Jornal das Senhoras*, Educação da mulher, tomo III, de 13 fev. 1853, p. 54).

Com esses *atributos divinos*, as mulheres passariam a *bem desempenhar o papel que Deus e a sociedade* lhes outorgaram, passando a serem vigiadas, controladas, tolhidas na sua liberdade, abafadas nas suas individualidades. Observou-se que o ideal feminino propagado era a honesta esposa e mãe de família, outrossim, a mulher que desse livre curso à sua sexualidade ou tivesse comportamento desviante da moral cristã, era considerada transgressora, principalmente, vista como prostituta (ALMEIDA, 2007). Essa representação de mulher santificada com a missão espiritual de regenerar a humanidade apareceu nos três jornais selecionados:

[...] pugnaremos sempre pelos seus direitos desprezados e pela sua missão desconhecida [...] o objetivo da mulher é todo espiritual [...] sua missão é divina, ela tem o objetivo de regenerar a humanidade para a felicidade d'aquem e d'alem tumulo (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo I, 11 jan. 1852, p. 14 e Educação da Mulher, tomo III, 13 de fev. 1853, p. 54);

A mulher deve ter consciencia de si, e de sua alta missão, para devidamente preenche-la; pois d'ella depende a educação moral do homem; seu coração deve ser puro, como uma florzinha do campo; seu espirito deve ser recto e esclarecido; para que ella seja o *anjo da terra*, ante quem todos os tributarão respeito e veneração, gratidão e amor (*O Jornal das Senhoras*, Influencia da educação da mulher, tomo III, 06 mar. 1853, p. 74, grifo meu);

[...] a mulher caberá então uma apothese levantada pela sociedade moderna, será a *perfeita educadora do coração e do espirito*, o manancial religioso do lar domestico (*A Familia*, A mãe, n.05, 29 dez. 1888, p. 02, assinado por Revocata de Mello, grifo meu).

Esses atributos religiosos, influenciados na crença no mundo sobrenatural, ditou normas de pureza e obediência, regulando o comportamento feminino. Com isso, desde a tenra idade, as mulheres foram receptoras da ideologia religiosa, fosse ela católica ou não, fortemente disseminada na nossa cultura e por meio da educação. Nesse caminho, as

mulheres da imprensa reclamavam o acesso à educação, como forma de alcançarem a sua emancipação, para que um dia, segundo *D. Francisca Senhorinha*, na falta de um pai, de uma mãe ou de um irmão, as meninas diziam: [...] *o que será de mim!![...] A riqueza intelectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades (O Sexo Feminino, A educação da mulher, n. 01, 07 set.1873, p. 01)*. Talvez, na crença de que bastaria a conquista dos direitos intelectuais e econômicos para a emancipação feminina.

2.4 A reivindicação para o acesso e a melhoria da educação para as mulheres

A conjuntura histórico-social e os discursos difundidos nos jornais femininos, a partir da segunda metade do século XIX, fizeram com que as mulheres buscassem sua emancipação social via emancipação intelectual. As mulheres da imprensa analisada, citando com frequência *Aimé Martin*, buscaram como principal reivindicação **o acesso à educação**, já que em suas mãos repousavam o "destino da humanidade" e somente as mães bem treinadas poderiam garantir o caráter de seus filhos:

[...] A mulher dotada com as mesmas faculdades do homem, com a intelligencia e a razão abertas a receber o cultivo das letras e das sciencias, para ser util á patria e desempenhar a sua missão na sociedade, a maior e a mais santa missão da humanidade que depende da - *mãe de familia* - deve chamar a si os fóros que não póde negar-lhe uma sociedade culta. Instrução para o sexo feminino minhas caras patricias! Não cessemos de pugnar e clamar até que completamente consigamos este desideratum. [...] (*O Sexo Feminino, Emancipação da mulher, n. 02, 14 set.1873, p. 02, grifo do original*).

A justificativa para sua *racional emancipação* estaria nos novos tempos que se anunciavam [...] *é o das luzes e da batalha da civilização, [onde a luta pelos direitos femininos] não póde deixar de entrar na arena do combate (O Sexo Feminino, A racional emancipação da mulher, n. 21, 27 fev.1876, p. 01)*. Esse jornal entendia a educação da mulher como fundamental para o processo de renovação social e "regeneração" da humanidade: *a mulher deve ter o direito de ilustrar-se*¹²⁴, atrelado ao pensamento

¹²⁴ O termo *ilustração* da mulher aparece com recorrência nos artigos desse jornal, n'*O Jornal das Senhoras* e no jornal *A Família*. Segundo os *Dicionários da Língua Portuguesa* publicados em Lisboa de Moraes e Silva (1823, tomo segundo, p. 68) e D'Almeida e Lacerda (1859, p. 45) este termo significava entre outros, *esclarecimento; fazer-se nobre e/ou adquirir conhecimento*. No Dicionário Aurélio Eletrônico-século XXI

positivista, dentro de um sistema de ensino moral e religioso para a civilidade e para uma sociedade mais justa (RIBEIRO JUNIOR, 1982).

Foram, então, conclamados os pais, principalmente, as mães, *na sua missão como primeira educadora dos seus filhos (A Família, A mãe, n.05, 29 dez. 1888, p. 02)* para uma mudança na educação das meninas, pois assim os homens mudariam como consequência: *Quanto mais terna e mais dedicada fôr a mãe que dirige a creança, tanto mais forte e mais completo, será depois o homem. Não é, pois, necessario que a sua instrucção seja profunda, mas sim bem dirigida (A Família, A mulher e a sua instrucção, n.08, 19 jan. 1889, p. 03)*, pois o progresso do país somente se daria com a educação e instrução das crianças oferecida pelas mulheres.

O Jornal das Senhoras tinha como base única de toda a educação - A RELIGIÃO, O AMOR A DEUS [...] *O seu pedestal é o coração: a educação é o aperfeiçoamento moral e intellectual do individuo; a educação é a nossa segunda natureza e a pêa das más paixões.[...]* (*O Jornal das Senhoras*, Estudos sobre educação, tomo I, 15 fev. 1852, p. 51, grifo do original). Destacavam a necessidade da emancipação moral da mulher - por sua missão no mundo, sendo concebida como representante de Deus na Terra, com inúmeras qualidades espirituais:

[...] o ímpio não quiz crer, não quiz comprehender o beneficio, que Deus lhe outorgara - criando a mulher - não quiz lembrar-se que fôra feita á sua semelhança [...] um complemento do seu próprio ser" (*O Jornal das Senhoras*, tomo II, 07 nov. 1852, p.147). [...]Foi a mulher predestinada pelo Eterno para instrumento de nossa remissão (*O Jornal das Senhoras*, Influencia da educação da mulher, tomo III, 06 mar. 1853, p. 75).

No fragmento acima foi possível perceber que as mulheres consideravam-nas como alguém fora da materialidade e adornadas com atributos de dedicação absoluta de um ser a outro. A análise dos artigos, ainda demonstrou que o método conveniente de ensino orientado pelo jornal era o individualizado que ocorria na instrução doméstica onde a mãe ensinava aos filhos e estes aos que nada sabiam (FARIA FILHO, 2000) por meio de uma *linguagem pura* e com as ações do *Supremo Creador do Universo*:

(FERREIRA, 1999), *ilustrado* quer dizer daquele que tem muita ilustração, instruído e na Grande Enciclopédia Delta Larousse (1970) *ilustrado* quer dizer nome que se designou o movimento intelectual do século XVIII, também conhecido como *Iluminismo*.

[...] é dos lábios da mãe que o filho ouvirá a voz, sagrada e imperiosa do dever, traçar-lhe a senda que tem de percorrer na vida; é da voz meiga e magestosa da mãe que elle deve aprender as primeiras lições da resignação, da paciencia e da coragem, tão necessarias n-este mundo [...] (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo I, 01 jan. 1852, p. 14).

Esse discurso mostrou a forte influência do Cristianismo, na idéia de que a educação do indivíduo não deve ter outro fim, senão prepará-lo para bem desempenhar o papel que Deus e a sociedade espera deste na vida: *educar para outro fim, é commeter um crime contra a natureza, a sociedade, e contra a si mesmo* (*O Jornal das Senhoras*, Educação da Mulher I, tomo III, 13 fev. 1853, p. 54). Neste sentido, reivindicavam o acesso à educação para as mulheres como um princípio que não entende só com o espírito mas também com o coração que possibilitaria a educação pelo aperfeiçoamento moral e intelectual para a formação da "boa" mãe de família. Diziam-se, ainda, *contra os methodos de ensino rançosos e defeituosos que mortificam a mocidade* (*O Jornal das Senhoras*, Estudo sobre educação, tomo I, 25 jan. 1852, p. 28), pois para elas o ensino bom e justo era o que inspirava o respeito, a virtude e a inteligência através da religião.

No último ano de publicação deste jornal, os artigos da Baronesa*** são contundentes na reivindicação da qualidade do ensino ministrado às meninas nos colégios das províncias. Enunciava o problema curricular dessas escolas, que consistia no aprendizado de bordado e costura, atividades ditas por ela como superficiais e secundárias que *podem ser aprendidos em uma semana* em detrimento de uma formação mais sólida *a luz da sciencia*. (*O Jornal das Senhoras*, Educação do Sexo Feminino, tomo VII, 28 jan. 1855, pp. 27-28). E que o *governo olhe com mais interesse e atenção para as habilitações das pessoas que se dedicão ao ensino das nossas filhas; que exija a assistencia de professores e professoras [...] nos collegios de meninas [...]* (*O Jornal das Senhoras*, Educação do Sexo Feminino, tomo VII, 04 mar. 1855, pp. 62-63). Este é um dos artigos deste jornal que menciona para educação escolar das meninas a figura da professora primária e não apenas do professor primário.

O jornal *O Sexo Feminino*, manteve os ideais religiosos e a educação pela mãe de família [...] *Os destinos da sociedade dependem da moralidade dos homens; e esta provém em maior parte, senão completamente das qualidades e da instrucção das mãis de familia*

[...] (*O Sexo Feminino*, A educação da mulher, n. 02, 14 set.1873, p. 03). Diziam, ainda, da necessidade de preparar o futuro pela educação e instrução do sexo frágil e formar as mães de família como

[...] meio de regenerar a humanidade, de mudar moralmente a *face* da terra, de *emancipar a mulher, de salvar-lhe o futuro* - pela *educação e instrução no collegio, ou no lar domestico* por pedagogos da escolha paterna. e isto enquanto não se preparão *as mãis de famílias* (*O Sexo Feminino*, A mulher no magistério, n. 04 de 27 set. 1873, p. 02, grifo do original).

Com isso, a redatora estimulava outras aspirações femininas, além daquelas associadas à valorização da sua beleza e vaidade, afirmando-a no papel missionário de mãe de família com a responsabilidade pela regeneração moral da humanidade, funções sociais defendidas como "adequadas" às mulheres naquele tempo. Comprovam, inclusive, a rede de escolarização doméstica, citadas por Vidal e Faria Filho (2005) [...] que atendiam a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal” (VIDAL e FARIA FILHO, 2005, pp.45-50) quando anunciavam a educação e instrução *no lar doméstico por pedagogos*.

Possivelmente, o seu surgimento deveu-se a um momento de questionamentos nas relações sociais e educacionais entre homens e mulheres. As mulheres escritoras desse jornal diziam que era comum os homens considerá-las como um "traste de casa" e assemelhava-as às escravas do lar e, ainda, asseveravam com relação à instrução das mulheres cujos direitos [...] *até o presente tem sido tão descuidosamente tratados pelo nosso governo que parece temer alguma revolução resultante da instrução* (*O Sexo Feminino*, Ibid.), repugnavam tais atitudes e conclamavam as mulheres a lutarem em prol da sua emancipação pela educação, como via para elevação da sua condição social e econômica.

D. *Francisca Senhorinha* d'*O Sexo Feminino*, ainda reclamava da falta de lugares específicos para a educação das meninas: *No Brazil, nossa patria, não se apresenta um só estabelecimento proprio para dar-nos outros conhecimentos [...]* (*O Sexo Feminino*, A racional emancipação da mulher, n. 21, 27 fev.1876, p. 02) com isso clamava aos políticos que fizessem valer a legislação vigente, que se abrisse mais escolas para ambos os sexos e

que às mulheres fosse oferecido conhecimentos variados e profundos, além da instrução elementar que, segundo a redatora, *nada valem [...] (Ibid.)*.

Já o jornal *A Família*, desde o seu primeiro número, a redatora *Josephina Álvares de Azevedo*, diferentemente das demais mulheres escritoras desse jornal e dos demais jornais selecionados, não defendia a educação das mulheres apenas para a formação da mãe de família, mas preconizava algo além da atuação doméstica: *[...] que a mulher seja nobre, instruída e livre [...] e aquelas que não tem filhos a educar? Qual o seu destino? [...] não somos mães todos os dias e às vezes não o somos nunca [...]* (*A Família*, Editorial, n. programma, 18 nov. 1888, p. 02). Fazia questão de salientar outras atividades para as mulheres:

A Educação da Mulher, na sua verdadeira accepção, sem vícios nem prejuizos, tem como consequencia forçosa, a nossa emancipação [...] a educação da mulher deve render a sua emancipação e nós devemos obter um lugar nesta sociedade, que não é a que temos, a de meras collaboradoras da elaboração do **progresso dos povos**, da sua prosperidade material e moral, pelo igual desempenho de deveres, pela igual conquista de direitos, **segundo as aptidões de cada uma** (*A Família*, Editorial, n.02, 08 dez. 1888, p. 01, grifo meu).

Uma de suas críticas, presente nesse fragmento, correspondia aos pressupostos positivistas do progresso da humanidade pela abdicação dos interesses próprios. Todavia, *Josephina* se contradiz ao defender os direitos *segundo as aptidões de cada pessoa* que também era um dos princípios positivistas do progresso social condicionado aos atributos biológicos de cada indivíduo.

Assim como os outros dois jornais selecionados, as mulheres escritoras deste jornal, reclamavam da educação destinada às mulheres *[...] falam-se muito de educação da mulher; mas tudo sem discernimento [...] E em que consiste essa tão decantada educação? No seguinte: - saber mal o portuguez; a arithmetica, o francez, o canto e o desenho e muito mal arrumar a casa* (Ibid.). Uma das estratégias utilizadas foi a criação de seções no jornal cujos temas versavam sobre a educação feminina. Um deles intitulava-se: “Mães e Mestras” que aparece do n. 05 (1888) ao n. 177 (1894)¹²⁵. No primeiro artigo de 29 de dezembro de 1888, de *Mlle. Nathalie de Gajoalais*, traduzido por *Josephina*:

¹²⁵ Apesar de constar essa cronologia este artigo não circulou em todos os periódicos respectivamente.

[...] muitas pessoas confundem instrução com educação, muitas outras instrução e educação são cousas muito diferentes por sua natureza, mas que nunca deveriam estar separadas em vista da necessidade que uma tem da outra. uma emprega-se em formar as almas e os costumes, e a outra em traçar o espírito e a intelligencia. a educação propriamente dita são lições de virtude. consiste ella na força que empregarmos para praticar o bem e fugirmos do mal [...] o fim da educação é habituar a alma a sujeitar o corpo, a vencer desejos, reprimir os affectos reprehensíveis [...]. (*A Família*, ibid.)

A citação é importante por trazer a diferenciação entre instrução e educação na concepção das mulheres escritoras do jornal citado. Acreditavam que educação e instrução não deviam caminhar separadas, porém a primeira se relacionava a formar almas, os costumes, a dar lições de virtude e a segunda *em traçar o espírito e a intelligencia*. Concepções que se aproximam das de Aimé Martin, citado anteriormente.

Todos os jornais foram unânimes na defesa da educação e da instrução para as mulheres, pois ao negar essa educação e instrução se colocava em perigo a sociedade e a sua própria existência. Com educação, elas exerceriam melhor as *suas sagradas funções de esposa e de mãe* (*O Jornal das Senhoras*, A mulher perante Deus e o homem, tomo I, 12 set. 1852, p.82). No início deste mesmo ano de 1852, as mulheres deste mesmo jornal já questionavam em suas páginas que elas podiam *ter outra influencia que não seja sobre as panelas? outra missão além das costuras, outro porvir que não seja fazer o rol da roupa suja? e ainda, e a educação dos filhos? a quem compete?* (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo I, 11 jan. 1852, p.14). Assim sinalizando que podiam exercer outras funções para além da de mãe-educadora restritas ao lar. As mulheres, convenientemente instruídas, poderiam buscar outros campos de atuação fora do espaço doméstico. Neste sentido, o exemplo Europeu e Americano são trazidos:

[...] na Europa e nos Estados-Unidos, a mulher exerce quasi todas as profissões que entre nós a preocupação lhe nega [...] as mulheres têm uma vida inteiramente independente, todas as veredas da industria, compatível com as suas forças, estão lhe abertas [...] percorrei as manufaturas, as lojas, os mercados, os campos, por toda parte verei a mulher trabalhando com o mesmo brio que o homem [...] (*O Jornal das Senhoras*, Emancipação moral da mulher, tomo II, 24 out. 1852, p. 131);

Nos paizes de adiantada civilização como a Inglaterra e outros, sejam de opinião geral que as faculdades intellectuaes, todas as aptidões das

mulheres são as mais próprias para desempenhar os arduos trabalhos de officina nas grandes administrações, sendo também capaz de elevar-se pelo pensamento no nível do homem [...] (*A Família*, A mulher e a sua educação, n.04, 22 dez. 1888, p. 02, assinado por Analia Franco).

Um espaço profissional reivindicado foi o magistério primário. Em 1875 verificou-se no jornal *O Sexo Feminino* a defesa de que a responsabilidade pela instrução primária fosse cada vez mais para as mãos das mulheres a exemplo dos países *civilizados*, *mais cultos*, como os Estados Unidos e de países europeus como Inglaterra, Suíça, Alemanha e França. Países onde, segundo o jornal, este fenômeno estava provocando *uma grande revolução na educação nacional*.

[...] nos países mais cultos pouco a pouco, a instrução primaria, está passando toda para a mão das mulheres; como por exemplo nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Suíça, na Alemanha e na França. Neste último país, a instituição das denominadas – Escolas da Infância – (*Salles d'Asyle*) tem operado uma grande revolução na educação nacional [...] (*O Sexo Feminino*, O professorado feminino na instrução primaria, n.14 de 31 out. 1875, p. 02).

Isso demonstrou que as mulheres eram as mais indicadas para atuar neste nível de ensino em detrimento do magistério exercido pelos homens, por outra demonstrou também a defesa da afirmação desse campo profissional para as mulheres articulada a idéia de sua condição de *esposa e mãe de família*, pois assim a elas caberiam a missão de formar as futuras *esposas e mães de família*.

O ensino dado pelos homens é sempre destacado e imperfeito; porquanto é óbvio, que a somma de partes diferentes e heterogeneas nunca é igual á natureza de cada uma d'ellas. O ensino administrado pelas mulheres, differindo essencialmente offerece um aspecto todo determinado e sujeito a regras seguras e determinadas para educar as meninas para bem desempenhar no futuro a missão de esposa e mãe de família [...] (*O Sexo Feminino*, O professorado feminino na instrução primaria, n. 14 de 31 out. 1875, p. 02).

Assim as mulheres escritoras ao representarem a atividade feminina além do ambiente doméstico, atuando na esfera pública no exercício do magistério público primário, contribuíram para legitimar uma representação de mestra ligada a figura da mãe-educadora. Quando se referiam ao papel desempenhado pela mulher na educação como professora, se

expressavam da seguinte forma: *Esse amor respeitoso que a mestra inspira ao discípulo, é o mais bello attributo da nobre carreira de professora de educação* (*O Jornal das Senhoras*, Estudo sobre a Educação das Meninas, tomo I, 29 fev. de 1852, p. 66). Um amor de mãe para o filho e do filho para a mãe.

Nesta linha de pensamento, embora algumas concepções propunham que havia diferenças naturais entre homens e mulheres como, por exemplo, despreparadas para tão nobre missão devido a serem “portadoras de cérebros pouco desenvolvidos” (LOURO, 2001, p.450); outras entendiam que socializar as crianças cabia a estas, como parte de suas funções maternas como defendido por algumas das mulheres escritoras. Logo, a função de esposa e mãe de família era estendida à escola pela professora (ARAÚJO, 1993, BRUSCHINI e AMADO, 1988, BONATO, 2005). Entretanto, a entrada das mulheres no magistério, no decorrer do século XIX, gerou polêmicas, resistências e não foi um processo tão “natural” como veremos no terceiro capítulo desta dissertação através das páginas dos jornais selecionados.

Capítulo III

Professoras e professores do *ensino primário* na *penna* da imprensa

[...] uma questão [...] se agitou na imprensa, a proposito da nomeação de uma adjunta para a regencia de uma escola, que só áquelles, isto é, aos adjuntos effectivos, competia esse direito, só podendo em falta delles serem chamados para esse fim os *interinos*. [...] tendo-se [...] annuciado concurso para as escolas de meninas das freguezias do Sacramento e Guaratiba e igualmente para as de meninos das freguezias da Ilha do Governador e de Paquetá, concorrendo á ultima das referidas escolas o professor de umas das cadeiras de Guaratiba, Adalberto Arthur Octaviano de Siqueira Amazonas, o qual, conseguiu obter boa classificação no concurso a que se procedeu, no emtanto não hesitou o Sr. Dr. Souza Bandeira pedir-lhe que desistisse de sua pretenção afim de dar a cadeira de Paquetá a uma das candidatas que a *prentendia*.

Não quiz condescender, porém, com esse pedido o referido professor, que foi, como desejava, removido para a escola de Paquetá, *sendo nomeadas para as escolas de meninos (!!) da Ilha do Governador e de Guaratiba e achando-se no emtanto regendo escolas na côrte duas das candidatas*, factos estes dos quaes o primeiro nos parece uma illegalidade, constituindo ao mesmo tempo um precedente novo nos annaes da instrucção publica deste municipio.

(*O Ensino Primário*, Professores Adjuntos, 31 mai. 1884, p.21, assinado por Luiz Augusto dos Reis, grifo do original)

3.1 Na trilha investigativa sobre as fontes: o magistério primário na imprensa escrita por professoras e professores

É fato que a “transição” da mãe-esposa para professora primária passou (e ainda passa) por muitas formas de acomodação e resistência aos comportamentos esperados por mulheres e homens na sociedade assim como na constituição de gênero (CATANI, 1997, p. 39). No final do segundo capítulo iniciou-se essa discussão, tendo como referência o conteúdo veiculado nas páginas dos jornais da imprensa feminina, de como foi se constituindo a representação da mulher-mãe e missionária em também mulher-professora primária. De acordo com a maioria das redatoras dos jornais as mulheres por sua condição de mãe-educadora e esposas estariam mais aptas ao magistério primário, por ser o ensino administrado pelas mulheres perfeito e o ensino administrado pelos homens imperfeito, como explicitado no jornal *O Sexo Feminino*, em 1875.

Essa relação também apareceu de forma um pouco velada no jornal *A Família* quando imputou à professora primária a responsabilidade de educar *futuras donas de casa e mães de família*. Vejamos no trecho abaixo:

A professora que se presa, tem muitas vezes vertigens, só com o lembrar-se de que estão confiadas aos seus cuidados, futuras donas de casa e mães de família, pois, em um paiz christão como o nosso, o cidadão educa-se na família, e nesta reina a mãe, a mulher (*A Família*, O Ensino, n. programma, 18 nov. 1888, p. 06, assinado por Maria da Piedade Pinto).

E para educar as futuras *mães de família* havia a exigência, tanto para os professores quanto para as professoras, de uma série de atributos morais e civis. Desenhavam-se assim as representações acerca da missão social dos professores, principalmente das professoras, como um exemplo de virtude e de comportamentos considerados fundamentais para a ordem escolar e social. Fundamentos que tiveram a influência dos múltiplos dirigentes conservadores, representantes do Estado Imperial que defendiam uma educação específica para alguns em detrimento de muitos. Nesse sentido, o Estado tomou para si a tarefa ambígua de educar e "civilizar" o Império de forma excludente (ALVES, 1992; GONDRA, 2004). Com isso, havia um desapareço com a construção de escolas públicas e com a formação específica do professorado, que era freqüentemente responsabilizado pelos

insucessos do sistema de instrução primária (CHAMON, 2005). O exercício do ofício, as condições salariais e de trabalho na escola elementar eram precárias.

E, mesmo antes, das regulamentações que instituíram tais caracteres morais aos professores e da institucionalização da formação docente no Brasil, as fontes indicavam que a formação, das professoras e dos professores ocorreu em lugares sociais diversificados, seguindo um modelo de formação na prática. Alguns no próprio ambiente doméstico e de trabalho, muito semelhante à experiência dos mestres e artesãos que imprimiram características artesanais e corporativas ao seu ofício, o que resultou na conceituação de mestres de primeiras letras (GONDRA e SCHUELER, 2008). Aos poucos, esse mestre, antes trabalhador autônomo na sua casa, passou a exercer o seu trabalho nas escolas do governo. Essa transição não se deu de forma regular, pelo contrário gerou algumas disputas políticas e conflitos nos discursos da imprensa analisada.

Na revista *O Ensino Primário* pode-se observar esse movimento de transição do ofício de professores que ensinavam livremente como profissionais particulares, para o exercício do magistério controlado pelo Estado assim como as peripécias dos concursos para as cadeiras públicas da instrução primária que passaram a beneficiar como professores mais mulheres do que homens e os embates dos professores primários no ingresso nas escolas públicas. Como exemplificado na epígrafe de abertura desse capítulo, que será analisada mais adiante no texto, o redator, dizia-se perplexo com a nomeação de uma mulher, aluna adjunta da Escola Normal da Corte, assumir a regência de uma escola de alunos do sexo masculino, contrariando os dispositivos legais da época. E, ainda, alegou ser este um precedente novo nos anais da instrução pública no município da Corte, ou seja, causava estranhamento aos homens as fraudes nos concursos para as cadeiras públicas da instrução primária ocupadas por mulheres, ocasionando presença delas cada vez maior no magistério.

Essa presença feminina no magistério possibilitou a apropriação de idéias e valores pelas mulheres e pelos homens de formas diversas (CATANI, 1997), o que tornou possível, também, diferentes representações de gênero no magistério "e não de sexo, de uma ação eminentemente masculina para uma atividade feminina" (CHAMON, 2005, p. 11). Os homens, a princípio, não apenas constituíam a maioria dos alunos e dos que exerciam o magistério mas também os que legislavam sobre a instrução pública e decidiam o

recrutamento docente nas suas várias instâncias de ensino (GONDRA e SCHUELER, 2008).

Mulheres e homens, professores e escritores da imprensa, mais do que estarem em lados opostos, por mera diferenciação biológico-sexual e social, foram contemporâneos. Eles discorreram sobre a inserção feminina nas escolas como alunas e professoras e sobre os instrumentos de controle e regulação da docência no século XIX, ora de forma velada, ora de forma explícita. Isso não ficou imune na imprensa escrita por mulheres nem na imprensa escrita por professoras e professores primários, desde a constituição da escola pública brasileira até a institucionalização definitiva das Escolas Normais de Niterói e de Campanha da Princesa.

3.2 A constituição da escola pública brasileira e a educação destinada às meninas

Como em qualquer outro ofício há espaço para a formação de novos quadros, entre eles, das professoras e dos professores públicos primários no Rio de Janeiro do Oitocentos. Contudo, pensar essa formação nos remeteu a diferenças no processo de escolarização dos meninos e das meninas. Na sua forma e função, a escola pública brasileira foi implementada pelo advento das Aulas Régias, que predominaram entre 1759 a 1822, "tornando obrigação do Estado garantir a educação gratuita à população, estabelecer suas diretrizes e pagar os professores, subordinados a uma política centralizadora (CARDOSO, 2003, p. 200), porém não havia ainda a idéia de um sistema de ensino e muito menos de uma educação como direito. Os estudos de diferentes pesquisadores (LOPES, FARIA FILHO, e VEIGA, 2000; GONDRA e SCHUELER, 2008; SAVIANI, 2007) atestam nesse período uma diversidade de lugares e práticas educativas resultantes de uma profunda diferenciação e hierarquização das funções docentes bem como as constantes propostas de regulamentação da instrução elementar. Houve a convivência de professores régios, professores(as) particulares, mestres religiosos, padres e capelães em áreas rurais e urbanas que ensinavam os estudos menores, correspondentes ao ensino primário e secundário (Ibid.).

Após a proclamação da Independência em 1822, um dos primeiros passos de Dom Pedro I foi estruturar o Estado Imperial, convocando a Assembléia Nacional Constituinte

“uma legislação especial sobre a instrução pública”¹²⁶. Foi instituído, inclusive, um prêmio pela Comissão da Instrução Pública dessa Assembléia para incentivar a criação de um “Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira” (SAVIANI, 2007, p. 119) que postulava uma organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum, a ser implementado em todo território brasileiro. Os constituintes viam na instrução uma das estratégias civilizatórias do povo brasileiro onde instruir as “classes inferiores” era uma das tarefas da própria constituição do Estado Nacional (FARIA FILHO, 2000, p. 137).

Várias propostas foram pensadas para o encaminhamento da instrução pública nacional, mas somente em 15 de outubro de 1827 foi sancionada a primeira e única Lei Geral do Ensino no Brasil durante o período imperial. Os Estudos Menores aparecem separados, em dois níveis distintos, o primeiro como ensino ou instrução primária e o segundo como educação ou instrução secundária, também referida como ensino das humanidades (CARDOSO, 2003, p. 201).

O ensino era organizado pelo método mútuo, preconizado pela Lei Geral de Ensino (1827) que previa, ainda, no art. 5º, que os professores que não o conhecessem deveriam buscá-lo com os seus próprios recursos. Esperavam acelerar a difusão do ensino atingindo, rapidamente e a baixo custo, grande número de alunos com um só professor para cada mil alunos¹²⁷, o que de fato não ocorreu, pois até a metade do século XIX a instrução pública caminhou a passos lentos (SAVIANI, 2007). Para Aranha (2006), o fracasso dessa experiência deveu-se a várias causas, entre elas, lugares improvisados e salas de aula impróprias para receber grande número de alunos, a falta de materiais adequados, tais como bancos, quadros e compêndios e o despreparo dos professores e dos alunos monitores, que eram os próprios colegas de 10 ou 12 anos, responsáveis em repassar o que tinham aprendido aos demais alunos.

Na organização das escolas primárias, os alunos e alunas permaneciam em média algumas horas, divididos em duas sessões: uma das 10 às 12 horas e outra das 14 às 16 horas, passou, então, a existir uma preocupação em afirmar o tempo escolar com os outros tempos sociais como “base na repartição e na organização seqüencial dos conteúdos

¹²⁶ Cabe ressaltar, nesse período a relativização do papel e o lugar Estado, bem como a inexistência de um lugar social da própria escola (FARIA FILHO, 2000, p.135).

¹²⁷ Esse método de ensino mútuo era utilizado na Europa, onde bastava ter um espaço, materiais adequados e a ajuda de alunos-monitores para se ter uma escola mais rápida e barata. (FARIA FILHO e VIDAL, 2005).

escolares” (FARIA FILHO e VIDAL, 2005, pp. 45-50). Esses espaços também eram precários quanto aos métodos de ensino utilizados, como relatou, em 1855, a *Sra. Baronesa de **** n'*O Jornal das Senhoras*. Para ela, eram poucas as meninas que conseguiam sair de algum colégio particular sabendo escrever sequer uma carta. Chamou a atenção para a proliferação de colégios administrados por senhoras estrangeiras que ensinavam o francês e o inglês, porém ignoravam a língua portuguesa. E, inclusive, insinuou *que manter as alunas na ignorância da sua língua materna era uma prática suspeitável [...] (O Jornal das Senhoras, Educação do sexo feminino, tomo VII, 04 mar. 1855, p. 62, assinado pela Sr^a Baronesa ***).*

Outras mulheres do jornal *O Sexo Feminino* atestaram em 1873, a inexistência de lugares específicos para a educação de ambos os sexos, visto que a instrução pública ocorreu lentamente no Oitocentos. Da mesma forma, asseverou *Anália Franco*, no jornal *A Família*, em 1888, no fim do Império e ano da abolição: *[...] se a educação dos homens entre nós é incompleta, para logo se vê quanto deve ser deficiente a das mulheres (A Família, A mulher e a sua educação, n. 4, 22 dez. 1888, p. 02)*. Essa escritora, ainda, fez uma citação quando um francês *Mr. Agasis* em *Voyage au Brésil*¹²⁸, declarou:

Pouco tenho a dizer das escolas de meninas. O Brasil quasi não se importa com a educação das mulheres. O nível do seu ensino mesmo é pouco elevado. Até nos collegios frequentados pelas filhas das classes ricas, todos os mestres se queixam de lhes serem tiradas as alumnas, justamente na idade em que a intelligencia começa a desenvolver-se" (Ibid., grifo do original).

Essa problemática dos espaços escolares para a educação feminina foi averiguado por Schueler (2002) na sua tese de Doutorado onde constatou:

No período de 1855 a 1865, os relatórios Ministeriais indicam a abertura de 16 escolas públicas primárias para crianças pobres. Em 1865, especificamente, o número de escolas oficialmente contabilizadas praticamente dobrou, havendo então 42 destinadas ao ensino primário, 25 masculinas e 17 femininas, com aumento também na estatística de alunos: 3.390 meninos e 1.860 meninas. Nos anos posteriores, 1865 e 1870 [...] apenas 5 escolas foram abertas, sendo 4 destas destinadas às meninas (SCHUELER, 2002, p. 44).

¹²⁸ Esse e outros visitantes estrangeiros foram convidados por D. João VI para conhecer e divulgar o Brasil (HAHNER, 2003).

Para Chamon (2005), esse diminuto número de escolas para meninas assim como a baixa frequência delas na escola elementar ratificou o processo de discriminação e segregação ao sexo feminino. Esse fato remeteu para a autora a dois pontos de análise:

- 1º) Havia um monopólio masculino em todas as atividades públicas e o saber adquirido na escola fazia parte desse monopólio. Era, portanto, usual que a função de professor, nos vários graus de ensino, fosse executada, em sua grande maioria, por cidadãos do sexo masculino;
- 2º) A falta de incentivo para a frequência à escola [...] estava diretamente relacionada aos estreitos limites do rígido modelo patriarcal, em vigor naquele dado período histórico (CHAMON, 2005, p. 48).

Como relatou Chamon (2005) as condições concretas de subsistência das escolas primárias esteve articulada aos preceitos patriarcais, também sinalizado por Francisca Senhorinha: [...] *em vez de os pais mandarem suas filhas aprender a costurar, lavar e cuidar da casa, eles deveriam dar-lhes instrução* (*O Sexo Feminino*, Educação das Meninas, n. 11 de 10 out. 1875, p. 01). Ou seja, não havia uma intenção formal de que as meninas ocupassem as cadeiras escolares, até porque o currículo das meninas apresentava uma aprendizagem diferenciada do que era oferecida aos meninos, voltando-se para o lar.

Os espaços destinados à educação tanto para os meninos quanto para as meninas, ocorreram inicialmente em lugares improvisados. Funcionavam, na maioria das vezes, na casa dos próprios professores, nas fazendas, em espaços precários como uma rede de escolarização doméstica (FARIA FILHO e VIDAL, 2005). Esses espaços ocorriam em áreas urbanas e rurais, lar e escola, casa e terreiro, compunham um único e indissociável conjunto (MALUF, 1995). Vida doméstica e vida produtiva era uma unidade espacial que associava contraditoriamente vida pessoal à vida profissional, transformando os membros da família em agentes empenhados na produção e reprodução dos bens econômicos e culturais. Essas escolas primárias por muito tempo ficaram restritas à esfera privada, prevalecia à forma escolar denominada “casa-escola” ou “escola-residência” (FARIA FILHO e VIDAL, 2005). Como, por exemplo, o *Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha* na Corte, dirigido por D. Francisca Senhorinha, editora do jornal *O Sexo Feminino*, funcionava no mesmo endereço da sua residência onde ela exercia o seu ofício como professora particular:

COLLEGIO MATERNAL DE NOSSA SENHORA DA PENHA

49 . Campo da Acclamação 49

(SOBRADO)

Dirigido pela redactora desta folha continúa este collegio a receber meninas *meio-pensionistas*, *pensionistas* e *externas*. Tambem recebe meninos *meio-pensionistas* e *externos*, menores de 10 annos, para preparal-os nas materias do 1º e 2º anno do Collegio de Pedro II. No estabelecimento ha uma sala separada para o estudo dos meninos.

A directora é secundada em todos os trabalhos classicos e collegiaes por suas tres filhas DD. Amelia, Albertina, e Elisa Diniz.

Fonte: *O Sexo Feminino*, Anuncios, n. 12, 17 out. 1875, p. 04.

Como se lê no anúncio, esse colégio preparava os meninos para ingressarem no Colégio Pedro II, porém numa sala separada das alunas¹²⁹. Essa separação podia expressar a lógica instituída pela conjuntura política e social que suscitou a separação entre os sexos nas escolas e ainda o repúdio à co-educação liderada pela Igreja Católica (ALMEIDA, 2007). Em outros colégios, naquela época, ainda, havia a diferenciação de professores do sexo masculino para os meninos e professoras do sexo feminino para as meninas, embora o regulamento de Couto Ferraz estipulasse que professoras de “reconhecida moralidade” pudessem reger turmas de meninos até 10 anos de idade.

Dez anos após essa publicação d'*O Sexo Feminino*, a revista *O Ensino Primário*, em 1885, traz uma critica de que pais, e mais especificamente as mães, retiravam seus filhos das escolas primárias do sexo masculino quando dirigidas *por uma senhora*, em um momento em que *se vão elles desenvolvendo pela idade*. Conforme o texto [...] *connosco se acha a maioria dos paes e das proprias mães [...] que são os primeiros a retirarem seus filhos da escola, dirigida por uma senhora, quando se vão elles desenvolvendo pela idade*. (*O Ensino Primário*, Escolas Primárias do Sexo Masculino, 15 ago. 1885, p.55). Esse fato exemplificou certo preconceito para com as mulheres na direção e no exercício do magistério e a crença de que as professoras não eram capazes de oferecer boa educação e instrução aos alunos com idade superior a 10 anos.

¹²⁹ Naquele momento, o Colégio Pedro II, de nível secundário, formava apenas alunos do sexo masculino.

Nas escolas que funcionavam na casa dos(as) mestres(as), estes recebiam uma ajuda financeira do governo imperial para o pagamento do aluguel e para outros honorários, descrito pelo nome de *consignações*. A revista *O Ensino Primário* traz um depoimento de como era o pagamento dos professores e o que se pagava com ele:

Por muitas vezes na tribuna e na imprensa pedagógica o professorado publico tem clamado contra o meio porque se fazem as despezas miudas das escolas, e cujo pagamento é feito com o mome de *consignações*. O governo arbitrou que uma escola até 40 annos tivesse 30\$000 mensaes de consignação para o seu custeio, entrando o aceio da escola, lavagem de casa, pelo menos duas vezes por mez, pennas, papel, tinta, lapis, giz, ardozia, etc. e dahi por diante que se abonasse ao professor mais 750 réis por alunno para as mesmas despezas. O *quantum* recebido era orçado pela frequencia effectiva, em mappas remetidos á inspectoría geral e visados pelos delegados dos districtos escolares. Posteriormente modificou-se a fôrma das consignações, fazendo-se o computo sobre os dous terços da matricula effectiva, eliminados mensalmente os alumnos que sem causa justificada faltassem ás classes, e assim se tem feito até hoje (*O Ensino Primário*, Consignações, 31 mai. 1884, p.23, grifo do original).

Observou-se, que essa realidade se fez presente ainda no último quartel do século XIX. O próprio escritor anônimo do artigo diz que *quem de boa fé julgar que possa o professor publico usufruir migalhas desta quantia, faça por si a despeza da escola e veja o saldo que lhe fica* (Ibid.). O que nos levou ao entendimento de que o trabalho de professores já era visto de menor expressão profissional, pois a rentabilidade destes era insuficiente para as suas despesas pessoais, tanto para os homens quanto para as mulheres no magistério. Negando, assim, dois mitos descritos por Almeida (1998b): "[...] o mito da desvalorização do magistério ocasionada pela entrada das mulheres nesse campo de trabalho [e] o mito de que o magistério era uma profissão bem remunerada que conferia estatuto social e excelente remuneração[...]"(Almeida, 1998b, p. 77).

Outro conflito, sobre o pagamento dos honorários aos professores, era a diferenciação do ordenado de um professor em relação ao de uma professora que lecionava no ensino público primário, apesar de constar desde a *Lei Geral de Ensino* (1827) no art. 13 que *as Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres*¹³⁰. Chamon (2005) na sua pesquisa acerca da feminização do magistério apontou pelo menos

¹³⁰ Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>> Acesso em 20 jun. 2009.

duas causas para essa distorção salarial dos professores de ambos os sexos. Primeiro, pelas relações de gênero que perpassaram o currículo escolar e secundariamente pela distinção dos conteúdos ensinados aos meninos e às meninas.

Essa problemática quanto ao salário também apareceu na *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública* (1947), mais conhecida como os *Pareceres* de Rui Barbosa elaborados em 1882-1883, quando o jurista relatou o projeto que dividiu o professorado em cinco classes. Na quarta classe, os professores que lecionavam geometria, astronomia e física "recebem um acréscimo de 100\$000" na sua remuneração (BARBOSA, 1947, v. X, tomo III, p. 213). Bruschini e Amado (1988), fazendo referência ao trabalho de Saffioti (1969) que apontou essa condição, citaram o ensino de geometria como um critério utilizado para estabelecer o nível salarial, se este não constava no currículo escolar feminino, automaticamente, as mestras recebiam menores salários do que os mestres (BRUSCHINI e AMADO, 1988).

Essa diferenciação para o professor, como sinalizado por Chamon (2005), também era expressa no conteúdo curricular específico para meninos e outro para meninas. Os primeiros podiam ter noções de geometria e álgebra, decimais e proporções, enquanto as segundas só podiam aprender a ler, escrever e as quatro operações, com ênfase nos ensinamentos religiosos e no aprendizado de prendas domésticas como bordado e costura (VILLELA, 2000, p.109). Durante todo o século XIX, a diferença curricular esteve presente nas escolas primárias e com o advento das escolas normais nas seções femininas das Escolas Normais (Ibid), relacionada ao papel que era reservado às mulheres nesse tempo, aos costumes histórico-culturais e aos preceitos relativos à sua capacidade intelectual feminina justificada publicamente por senadores e deputados, como se referiu o Marquês de Caravelas "as meninas não tem desenvolvimento de raciocínio tão grande como os meninos" (Ibid. p. 125).

No *Colégio Santa Izabel*¹³¹, também administrado por *D. Francisca Senhorinha* era ministrado o ensino primário e secundário apenas para moças. As matérias eram acrescidas daquelas preconizadas para os meninos: leitura e escrita (caligrafia), gramática portuguesa, aritmética, até frações decimais; noções de geografia e geometria plana; sistema métrico legal; elementos de história pátria e música vocal. Havia, ainda, as matérias destinadas ao

¹³¹ Não foi possível localizar a data na qual a referida professora iniciou a coordenação desse Colégio.

aperfeiçoamento moral e religioso, com estudo dos princípios morais e história sagrada¹³². Também eram oferecidas as prendas domésticas: economia doméstica; corte e feitiço de roupa branca; bordado branco, crochê e ponto de marca (*O Sexo Feminino*, Noticiário, 15 nov. 1889, p. 4) de acordo com o Decreto 6.479 de 18 de janeiro de 1877¹³³.

Vê-se que o ensino das meninas centrava-se no estudo da gramática e aritmética, com ênfase às prendas domésticas numa tentativa de preparar as jovens para o casamento e a maternidade. O ensino oferecido às mulheres e, entre eles, a aprendizagem das "prendas" domésticas da forma como ocorria, era criticada pelas mulheres escritoras da imprensa feminina:

Eis como no Brasil se educa geralmente a mulher de quem deve um dia depender o futuro de uma família inteira. Tudo superficialidade, nada sciencia. (*O Jornal das Senhoras*, Educação do Sexo Feminino, tomo VII, 28 jan. 1855, pp. 27-28).

No Brazil, nossa patria, não se apresenta um só estabelecimento proprio para dar-nos outros conhecimentos, a exceção dos rudimentos das prendas domesticas, que nada valem, considerando sob o ponto de vista mais elevado; e attendendo-se ao futuro scientifico, necessario ao nosso sexo. (*O Sexo Feminino*, A racional emancipação da mulher, n. 21 de 27 fev. 1876, p. 02).

No meio dos mais assombrosos empreendimentos, e da poderosa e esplendida civilização do ultimo quartel do seculo XIX, não é por certo para alegrar aos corações patriotas, a deficiente e mal orientada educação que ainda hoje se dá á mulher. [...] É grave a situação da mulher que recebe limitado e superficial ensino [...] (*A Família*, A mulher e a sua educação, n. 4, 22 dez. 1888, p. 02, assinado por Anália Franco).

Conforme os trechos acima, as mulheres escritoras, de diferentes fases no Oitocentos, fizeram uma crítica à aprendizagem das prendas domésticas onde segundo *O Sexo Feminino nada valem* e reivindicaram um acesso maior aos conhecimentos científicos tão necessários, principalmente a partir do último quartel do século XIX, a uma sociedade

¹³² Esse currículo, provavelmente, foi posterior a 1877.

¹³³ Que regularizou as escolas públicas de instrução primária do município da Corte tanto sobre a nomenclatura de funcionamento quanto sobre os currículos da instrução primária elementar e que a partir desse decreto, passou a ser denominada *escola do 1º grau* e a instrução primária complementar foi nomeada *escola do 2º grau*. Ainda regulou o provimento das cadeiras públicas do professorado para essas escolas. Disponível em <[http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1877_v1%20\(597p\)/pdf10.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1877_v1%20(597p)/pdf10.pdf)> Acesso em 29 set. 2009.

que se queria civilizada. Essas estratégias discursivas das mulheres também podem ser interpretadas como um movimento feminino em prol do acesso à erudição.

Seguindo a trilha dessas reivindicações as mulheres também sinalizavam a necessidade de profissionalização para as mulheres nas Escolas Normais no sentido de prepará-las previamente *para esse honroso, mas difícil e arduo encargo de ensinar* para que seja grandioso o resultado *da instrução e educação transmitida para e pela mulher no magistério* (*O Sexo Feminino*, A mulher no magistério, n. 04, 27 set.1873, p. 04). E conclamavam os legisladores pois [...] *É tempo de cuidar e formar a mulher para que a formação das jovens criaturas seja proveitosa e útil. Sómente a mulher póde desempenhar o papel de mestra por ter mais virtude n'alma e mais vigor no espírito do que os homens* [...] (*A Família*, Editorial, n. programma, 18 nov. 1888, p. 02 e n.05, 29 dez. 1888, p. 02).

Para o bem da sociedade era preciso preparar professoras-modelos para atuarem *não sómente nas cidades e vilas, mas também nos campos, ou mesmo nesses longínquos sertões* *possão ensinando bem ser consultadas em vez de consultarem muitas vezes a quem não é capaz de guia-las* (*O Sexo Feminino*, Ibid.). A preocupação aqui faz referência ao cuidado na formação da professora primária para que ela não seja guiada por outros caminhos.

A profissionalização docente, no Brasil independente, foi muito diferenciada, passou pela formação na prática, por um período intermitente de regulamentações até a institucionalização definitiva das Escolas Normais que passaram a exigir uma formação profissional específica para a escola pública brasileira. Assim, as professoras tiveram que percorrer um longo caminho até serem reconhecidas mestras nas salas de aulas brasileiras.

3.3. Entre o ofício e a institucionalização da formação docente

A criação das Escolas Normais marcou uma nova etapa no processo de formação docente. Essas escolas funcionaram, inicialmente, de forma precária, a maioria delas, com duração instável, fechando e retornando inúmeras vezes. Somente nos últimos anos do Império e início da República é que ela ganhou um lugar de destaque no cenário brasileiro. Segundo Villela (2000), essa formação foi, aos poucos, dando lugar aos professores públicos da instrução primária, apesar de não resolver os problemas que perduravam na educação do Brasil, que reclamava uma ampla reforma. Os próprios professores d'*O Ensino*

Primário diziam que não eram mais *os mestres de primeiras letras [...]*, ridículo essa denominação, [...] *nós somos os educadores; temos em nossas mãos a pátria e o futuro está diante de nós [...]* (*O Ensino Primário*, These, 31 mai. 1884, p.31).

Semelhantes significações que as mulheres professoras atribuíam ao seu ofício de professoras como aquelas capazes de salvar a humanidade pela Educação, atrelada à idéia de progresso com a função básica de moralizar e "civilizar" o povo [...] *chegará o dia em que a mulher saberá cumprir gloriosamente a augusta missão de que está encarregada: - a de conduzir o futuro do país as raias da perfeição suprema* (*O Sexo Feminino*, Vantagens da educação moral, n. 14, 06 dez. 1873, p. 02). Um e outro demonstraram a figura do professor como aquele capaz de difundir a prosperidade da Nação através da instrução (ALVES, 1992; VILLELA, 2008).

Segundo as pesquisas de Martins (1996), Shueler (2004; 2002; 2001) e Villela (2008; 2002; 1992) as primeiras experiências com Escolas Normais no Brasil ocorreram em um período variável e tenso, marcado pela disputa política entre liberais e conservadores. Estes viam a instrução como um espaço privilegiado para a difusão dos seus princípios, destinada a consolidar e expandir a supremacia da classe senhorial: "civilizar para melhor conhecer e controlar o povo" (MATTOS, 2004, p. 170). Essa contradição continuava a refletir sobre o mesmo Estado que instituiu os meios de formação e também mecanismos de controle pela inspeção escolar sobre as escolas particulares e no regime disciplinar das(os) professoras(es) e diretores de escolas públicas.

Essas escolas tiveram um início muito marcado por uma formação na prática, pela improvisação, de cunho artesanal (VILLELA, 2008, p. 43), com ênfase na formação moral e religiosa, com conteúdos muito próximos aos aplicados na escola primária, sem um cunho intelectual aprofundado em termos de conteúdo. Era, na sua essência, voltada para o sexo masculino, apesar de existirem formações para o sexo feminino, cujos currículos eram também diferenciados. Não representou apenas uma transposição do modelo europeu, mas este, certamente, influenciou a base filosófica e educacional das primeiras escolas de formação de professores(as) no país.

Como colocado anteriormente, vale aqui ressaltar que a profissão docente nesta época era associada ao sacerdócio, de caráter missionário e vocacional. O próprio Rui Barbosa em seu *Parecer* de 1882, dizia que o que forma essencialmente o professor

primário era "a vocação" como conjunto de predicados morais e intelectuais e, "a educação" (que não é só instrução) entendida como uma educação pedagógica do espírito do professor (BARBOSA, 1947, v. X, tomo III, p. 206-209, grifo do original). Essas significações apareceram nos discursos da imprensa analisada:

[...] Oxalá que taes pedagogos não abandonem os livros, e que ornando suas cadeiras, illustrando suas intelligencias, comprehendendo o magisterio como um sacerdocio, honrem sempre a escola normal que os habilitou perante o governo [...] (*O Sexo Feminino*, Noticiário, n. 04, 27 set. 1873, p. 04);

[...] o magistério escolar, como sacerdocio, mais de que outra qualquer classe está rigorosamente obrigado para com os seus legitimos superiores. [...] Não há sacerdocio sem sacrificios [...] (*O Ensino Primário*, These, 31 mai. 1884, p.19; 15 ago. 1885, p. 31).

Nota-se que, em ambos os fragmentos, o atributo do sacerdócio é assumido tanto pelas mulheres quanto pelos homens, apesar deste ter sido ao longo da história atribuído apenas às mulheres. Coincidentemente, os dois confirmam a mesma intenção da formação de(a) professor(a) como um agente do Estado, vestígios muito próximos da idéia do "sacerdote laico" (VILLELA, 2008, p. 32) defendida por Guizot na França¹³⁴, de que os professores deveriam professar os ideais do governo a exemplo do que os sacerdotes fizeram em relação à Igreja (GONDRA e SCHUELER, 2008; SILVA, 2004). E nesse caminho, o próprio Estado manifestava-se a favor das mulheres como as educadoras do país, como exemplificado n'*O Sexo Feminino*, pois [...] *sómente a mulher póde com vantagem educar a mocidade [...] visto que o proprio governo também por seu turno a considera apta para professora não sómente de meninas mas até mesmo de meninos, confiando-lhe a regência de tais escolas [...]* (*O Sexo Feminino*, A mulher no magistério, n.4, 27 set. 1873, p. 01). A mulher professora não somente estaria destinada à educação das meninas como igualmente dos meninos.

Nessa conjuntura, a afirmação das Escolas Normais representou, segundo Schueler (2002), a última etapa de profissionalização da docência e teve como motivações "transformações no interior do campo pedagógico e na *forma escolar*, ao enfraquecimento do poder monárquico, aos movimentos republicano e abolicionista, ao ideário liberal e

¹³⁴ Para Guizot, o(a) professor(a) devia ter uma sólida formação moral e religiosa e o sistema de ensino devia estar sob a vigilância constante do Estado (VILLELA, 2008; 1992).

positivista, às propostas de educação feminina, à crescente *feminização do magistério*", e ainda outras modificações tanto na Província quanto na Corte (SCHUELER, 2002, p. 196).

3.3.1 Diferentes propostas para a formação de professores

Em termos legais, após a Lei Geral de Ensino de 1827, a primeira iniciativa mais efetiva para a organização das Escolas Normais ocorreu com o Ato Adicional de 1834 que transferiu, para as províncias, a responsabilidade pela organização dos sistemas de ensino (primário e secundário) e de formação dos professores(as), igualmente, a responsabilidade de legislar sobre os mecanismos de recrutamento e seleção de professores(as). O governo, que já quase não investia na instrução pública elementar, permaneceu omissos em relação à política de formação dos professores para toda a nação.

Segundo as pesquisas de Villela (2008, 2000, 1992), a primeira Escola Normal foi instituída na Província do Rio de Janeiro, na capital Niterói, em 1835, mas há indícios de uma primeira *Escola Normal Militar*, em 1821. Essa indicação histórica consta no depoimento de Jean-Baptiste Debret¹³⁵, de que D. João VI, na legislação joanina de 1821¹³⁶, implantando o método mútuo, instituiu um alvará régio instalando uma Escola Normal Militar no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro

Em 1823 o governo estabeleceu no Rio de Janeiro uma Escola Normal. O ministro da Guerra protegeu particularmente esse empreendimento, cedendo um local no edifício da Escola Militar. Seu primeiro professor foi um francês chamado *Renaud*. Mais tarde sucedeu-lhe um jovem militar, que ainda professava, por ocasião de minha partida; sua dedicação e sua inteligência haviam formado certo número de professores, que ensinaram mais tarde nas escolas das diferentes províncias (DEBRET apud site da UNICAMP, 2009)¹³⁷.

135 Jean-Baptiste Debret foi pintor e desenhista francês (Paris, 1768-1848), membro da missão de artistas franceses, solicitada por Dom João VI, que chegou ao Brasil em 1816. Foi nomeado professor de pintura histórica da Academia de Belas-Artes (1820). Regressando à França em 1831, publicou em Paris, de 1834 a 1839, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, uma série de gravuras sobre aspectos, paisagens e costumes do Brasil, de valor fundamental para nossa história do começo do séc. XIX.

136 Parece que essa idéia chega bem cedo ao Brasil, mas somente foi localizado esse dado sobre a primeira Escola Normal Militar em 1823.

137 Esse depoimento foi localizado no site da Unicamp, referência da fonte encontra-se na obra de Debret intitulada: *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo II. São Paulo: Martins Editora, 1954. p. 20.

Silva (2004), na sua tese de doutorado *Sentidos da Profissão Docente...*, defendida na USP em 2004, atesta a existência de uma primeira tentativa portuguesa de criação de uma instituição dedicada à formação de professores no Brasil denominada *Escola Geral do Exército*, em Belém que funcionou de 1815 a 1823. Para ela, baseando-se na pesquisa de Fernandes (1994), esta instituição foi a primeira desta modalidade de que se tem registro em Portugal. Em seus objetivos encontram-se palavras que estão presentes nos textos que mais tarde aprovam a criação das Escolas Normais, não só em Portugal mas também nos estados brasileiros (FERNANDES, 1994 *apud* SILVA, 2004).

Contudo, o jornal *O Sexo Feminino* afirmou como primeira Escola Normal a da Província de Minas Gerais: *Depois que o Acto Adicional conferio ás Assembleas Provinciales o legislarem sobre a instrucção primaria, foi, que eu saiba, a Provincia de Minas Geraes primeira a decretar a criação de uma escola normal, pela lei n. 13 de 28 de Março de 1835* (*O Sexo Feminino*, Instrucção Publica, n. 23, 28 fev. 1874, p. 02). A diferença entre a Escola Normal das Províncias de Niterói e de Minas Gerais está em apenas alguns dias da criação de uma e de outra instituição como também no tempo de interrupção e de funcionamento efetivo. A Escola Normal mineira foi criada pela *Lei n° 13 de 28 de março de 1835*, funcionou de 1840 a 1841, ficou fechada de 1842 a 1845, retomou as atividades em 1846 a 1851, foi novamente interrompida entre 1852 a 1870, voltou a funcionar de 1871 a 1882, funcionou por dezessete anos descontínuos. *D. Francisca Senhorinha* expôs em detalhes, no n. 23 de 28 de fevereiro de 1874, os motivos que impossibilitaram a concretização dessa Escola Normal:

Antes, porém, de installarem a sua escola normal, mandarão os Mineiros dous pensionistas á Europa estudar as materias respectivas. Voltando um delles, Francisco de Assis Peregrino, apresentou uma memoria sobre os differentes methodos de ensino, e foi nomeado Director da escola; indo, porém, á Córte para dirigir pessoalmente certos trabalhos concernentes á completa organização da mesma escola, foi victima de um incendio, segundo noticiou o Presidente da Provincia em seu Relatorio de 1842. Uma lei de 8 de Abril de 1846 autorisou a installação da escola, e em 1847 o Presidente nomeou para mantel-a e dirigil-a a um empregado da sua Secretaria. O que é exacto é que em 1849 o Director Geral, o fallecido Chantre Bhering, dizia que era melhor supprimil-a, e que não propunha reformas, por não

poderem ser confiadas á mãos que não têm tacto ! Foi suspensa por portaria de 6 de Maio de 1832. Em virtude de uma lei de 5 de Junho de 1858 o Presidente, promulgando um novo Regulamento da instrução pública em Abril de 1859 « creou em 3 principaes pontos da Provincia uma escola normal, bem que destinada somente a um ensino mais regular das materias que constituem a instrucção primaria.» Parece, porém, que isso ficou em letra morta ; pois o Relatorio da Presidencia em 1833 faz ver a necessidade de uma escola normal.

O fragmento, acima, demonstrou o descompromisso do governo de Minas com o sistema de instrução dos professores. Ao mesmo tempo em que era necessário a criação de instituições específicas para preparação de professores(as) para as escolas públicas, havia um discurso de que as mesmas eram onerosas e ineficientes, quanto à qualidade da formação que ministravam. Outra alegação era o insignificante número de alunos que nelas se formavam, discurso comumente utilizado pelo Ministro do Império Couto Ferraz que se manifestava contrário às Escolas Normais (SAVIANI, 2007).

A Escola Normal da Província de Niterói foi instituída pela Lei nº 10 de 04 de abril de 1835, funcionou desta data até 1851, interrompeu as atividades no período de 1851 a 1861. Quando incorporada ao Liceu Provincial de Niterói em 1947, era freqüentada apenas por alunos do sexo masculino. E mesmo após a reinauguração em 1862, não formou nenhuma professora primária. Aos poucos as mulheres começaram a cursar a Escola em dias alternados e em casas separadas (VILLELA, 2008; 1992). Foi a partir de 1870 que o número de mulheres matriculadas aumentou gradativamente e em 1880 elas eram em número superior à dos homens. A redatora d'*O Sexo Feminino*, no dia 27 de setembro de 1873, na seção *Noticiário*, informou esse fenômeno da feminização do magistério tanto na Escola Normal na província do Rio de Janeiro quanto na de Campanha da Princesa:

ESCOLA NORMAL DO RIO DE JANEIRO - Consta do relatório apresentado pelo respectivo presidente da provincia á assembléa, que essa escola é frequentada por 54 alumnos, sendo 22 moços, e 32 moças.

O mesmo se dá aqui em Campanha, onde o numero de moças é muito superior ao de moços (*O Sexo Feminino*, Noticiário, n. 04, 27 set. de 1873, p. 04, grifo do original).

Vê-se a presença das mulheres cada vez maior na Escola Normal de Niterói e, inclusive, na Escola Normal de Campanha que teve a honra de ver gravar, segundo

*Francisca Senhorinha, em letras de ouro as paginas de sua história o dia 07 de janeiro de 1873, dia memorável que veio proporcionar ás jovens campanheses o importante e feliz ensejo de se instruirem, ornando os seus nomes no honroso qualificativo de **normalistas*** A redatora, ainda, voltou a dizer que esta escola precisava formar professoras-modelo para o [...] *difficil e arduo encargo de ensinar (O Sexo Feminino, Escola Normal da cidade da Campanha, n. 01, 07 set. de 1873, p. 02).* De maneira sutil, o jornal desenhava as primeiras representações do magistério primário como sendo próprio para o sexo feminino

[...] só poderá transmitir o ensino conveniente e vantajosamente a professora que tiver uma intelligencia *cultivada*, um espirito *ilustrado*, uma experiência *amadurecida* e uma idea *clara* de pedagogia. Não basta saber uma materia para que bem possa ensin-a, é preciso ver si possue dom de transmitir [...] (*O Sexo Feminino, A mulher no magistério, n. 04 de 27 set. 1873, p. 02, grifo do original*).

Essas idéias sobre a necessidade da inteligência, do espírito ilustrado, da experiência em relação a professora primária correspondiam a realidade profissional de algumas das mulheres da imprensa feminina, que já exerciam o ofício de professoras em seus lares e estavam muito próximas às que foram preconizadas no *Parecer* de Rui Barbosa. Para ele, essas idéias faltavam nos currículos das Escolas Normais existentes do Brasil, sobretudo, em relação a formação das professoras. O estabelecimento que funcionava com o nome de Escola Normal "poderia chamar-lhe do que for, mas escola para formar professores não; é o que absolutamente não pode ser". Faltava-lhe de todo o caráter técnico, a realidade profissional, a ação pedagógica e, além disso, a *arte didática*, quer estudada na teoria ou na prática, deveria ser a cláusula fundamental da reforma do ensino (BARBOSA, 1947, v. X, tomo III, pp. 134-137). No que se refere a formação das professoras dizia o jurista: "Para aclimar a criança à escola empreendemos entregar as professoras as classes elementares do sexo feminino", pois a mulher, que como "filha, irmã, esposa, mãe está habituada à abnegação e ao sacrifício." (Ibid., p. 136). Tal discurso também veio contribuir para que a mulher fosse aos poucos ocupando o papel de mestra nas escolas públicas primárias.

A falta do caráter *técnico e didático* foi observado, no currículo da Escola Normal de Campanha, no primeiro número do jornal *O Sexo Feminino*, de 07 de setembro de 1873.

1º anno.

Exercícios diários de calligraphia na escola pratica :

1ª cadeira : grammatica da lingua portugueza, exercicio de leitura de classicos em prosa e verso—exercicios de redacção—leitura reflectida da constituição politica do Imperio.

2ª « Arithmetica—systema metrico—noções elementares de geometria plana.

Tres lições, por semana, de desenho linear,

2º anno.

1ª cadeira. Instrucção moral e religiosa, pedagogia e legislação do ensino.

2ª « Noções geraes de geographia, geographia e historia do Brasil, principalmente da provincia de Minas Geraes.

Tres lição de musica, por semana.

O curso era dividido em dois anos e o currículo assemelhava-se ao da escola primária, como por exemplo, o *Colégio Santa Izabel*, também administrado por *D. Francisca Senhorinha*. Era ministrado por professores do sexo masculino, inclusive, no 2º ano pelo marido da referida professora o *Dr. José Joaquim da Silva Diniz*. O ensino das prendas domésticas, também, não aparece nesse currículo. Nesta seção ainda constou a relação das dezesseis alunas matriculadas no primeiro ano, entre elas, uma das filhas do casal supracitado: *Amelia Augusta Diniz* e outra relação com doze alunas, que apesar de não terem idade suficiente foram matriculas como ouvintes, semelhante a formação dos professores adjuntos.

As escolas normais *apesar de reformadas, suprimidas e restauradas*, não satisfizeram aos fins da sua criação (*O Sexo Feminino*, Ibid.). O insucesso dessas tentativas deve-se, em parte, ao Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1854, também chamada *Reforma Couto Ferraz*, que pouco estabeleceu a respeito da formação dos mestres

por meio das escolas de formação, e sim pela nomeação de professores adjuntos. Em seu relatório à Assembléia naquele ano disse o *Sr. Conselheiro Pedreira*¹³⁸:

"sem pessoal habilissimo e dedicado para manter e dirigir uma instituição de tal ordem (escola normal) e tendo diante dos olhos o exemplo de escolas normaes estabelecidas em outras Provincias, que nenhum fructo derão, por causa daquella falta, pareceria por sem duvida imprudente arriscar grandes sommas, e perder inutilmente o tempo preciso para no fim de lalguns annos supprimir-se a escola, que se creasse" (*O Sexo Feminino*, Instrucção Publica, n. 23, 28 fev. 1874, p. 03, grifo do original).

Embora se trate de uma diretriz emanada do Município Neutro (Rio de Janeiro), esta serviu de referência para a instalação das Escolas Normais em outras províncias, como no caso de Minas Gerais. E, inclusive, o jornal *O Sexo Feminino*, ainda na seção citada, relata os embates e divergências entre as concepções de Couto Ferraz e *Sr. Eusébio de Queiroz* (Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte entre 1855 e 1866) como também dos *Srs. Paulino Soares de Souza* (Ministro do Império de 1868 a 1870) e *Liberato Barroso* (Ministro e Conselheiro do Império de 1864 a 1865) em seus relatórios na década de 60 do Oitocentos, afirmavam a Escola Normal como um estabelecimento indispensável e uma necessidade urgente nas capitais das províncias (*O Sexo Feminino*, Ibid.).

Para o redator d'*O Ensino Primário* na medida em que fosse compreendida a importância da escola, também seria dada importância ao(a) professor(a): *vai chegando época em que "o estímulo para o trabalho anima a dedicação dos mais zelosos e desafia o zelo do menos diligentes"* (*O Ensino Primário*, These, 31 mai. 1884, p.31, grifo do original). Estaria o redator se referindo à dedicação das professoras e dos professores primários? Aos possíveis desafios que os homens teriam que vencer para permanecerem no magistério primário? São questões que ficam.

¹³⁸ Este referido conselheiro foi o saquarema Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que recebeu o título de Barão em 1867 e o de Visconde do Bom Retiro, em 1872. Nasceu na Corte, em 1818. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1838, onde posteriormente foi nomeado catedrático. Governou a Província do Rio de Janeiro até 1853, onde organizou a legislação do ensino primário e secundário em nível provincial. Como Ministro do Império, 1853-1855, regulamentou o ensino público e particular na Corte (SCHUELER, 2002). Em 1866 foi Senador pela província natal e, em 1871, subiu ao Conselho de Estado, tornando-se amigo pessoal do Imperador (BLAKE, v. V, 1899).

3.4 Os embates na imprensa sobre a função e o ingresso de professoras e professores no magistério público primário

Assim a elaboração de representações acerca da missão social dos professores, principalmente das professoras, recaiu sobre a sua condição moral, familiar e sexual, em detrimento aos saberes pedagógicos para o exercício do magistério e fundamentais para a obediência às normas. Nesse caminho, as mulheres da imprensa feminina "louvavam" os seus caracteres biológicos em detrimento dos homens

[...] É problema resolvido, e hoje sem menor contestação, que sómente a mulher póde com vantagem *educar* a mocidade - e que uma tal educação assim bebida desde o berço é capaz de formar as bôas ou más inclinações do educando, que tal será qual fôr a educação que tiver tido [...] É tempo de darmos o grito de nossa independência [...] proclamando em alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos públicos, e muito principalmente no magistério onde daremos á mocidade de ambos os sexos educação e instrucção [...] com mais constancia, paciencia, resignação, bondade e ternura maternal, sentimento que Deos não confiou ao sexo masculino (*O Sexo Feminino*, A mulher no magistério, n. 04, 27 set. 1873, p. 01 e n. 04, 29 nov. 1873, p. 02).

A presença feminina no magistério como professoras era reivindicada pelo *O Sexo Feminino*, em 1873, como uma forma de garantir a ocupação profissional das mulheres no espaço público, como uma extensão do que já exerciam em seus lares, pois somente elas estariam capacitadas para o exercício dessa função *pela constancia, paciencia, resignação, bondade e ternura maternal*, evocando essa condição em nome de Deus que não confiou essa educação da primeira infância ao sexo masculino. O ingresso no mercado de trabalho como professoras primárias, passou, assim, a representar uma possibilidade de um emprego público como também uma estratégia para aquisição de uma "certa" independência econômica. Outra menção ao sentimento maternal da mulher como mãe-educadora apareceu nas páginas do jornal *A Família*, reconhecida como a primeira mestra do homem, sua grandiosa missão para com a nação.

[...] a mulher é primeira mestre do homem, seu primeiro instrumento e último de educação [...] especialmente na nossa patria, nem todos os espiritos comprehendem a nobre e grandiosa missão da mulher como mãe e primeira educadora dos seus filhos, diferentemente da do homem; a sua influencia moralisadora sobre a familia e, por conseguinte sobre toda a

Nação (*A Família*, As mães, n. programma, 18 nov. 1888, p. 02 e n.05, 29 dez. 1888, p. 02, assinado por Anália Franco).

Por sua vez, quatro anos antes dessa citação d'*A Família*, os escritores da revista *O Ensino Primário*, partem em defesa da classe dos professores públicos primários, descrevendo alguns dos embates sobre o ingresso das professoras primárias. No primeiro exemplar microfilmado na BN, no primeiro artigo intitulado “A Revista da Liga do Ensino” apresentaram um posicionamento contrário dessa referida revista quando ela “desconhecendo as aptidões dos professores primários da Corte” atestou a “incapacidade profissional da classe inteira dos professores primários”. Os escritores d'*O Ensino Primário* saíram em defesa dos professores da seguinte forma:

[...] Se o Sr. Inspetor geral não fosse collaborador com aquelle senhor da Liga do Ensino, se S. S. no character de chefe defendesse os seus subordinados, como parece o seu dever, verberados pelo critico amigo, o professorado primário teria envidado esforços para corresponder á missão que desempenha na sociedade brasileira [...] (*O Ensino Primário*, A Revista da Liga do Ensino, 31 mai. 1884, p.18).

Notou-se no excerto acima a figura do Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte como um dos colaboradores da revista *Liga do Ensino*. Não podemos afirmar que a primeira revista era editada em prol dos interesses dos professores públicos primários e nem que a segunda era em prol dos interesses do Estado. O fato é que a primeira aparentemente criticou o cerceamento da liberdade dos professores e partiu na defesa daqueles afirmando que: [...] *a política de nossa terra e o modo por que a fazem os mais eminentes cidadãos, suffocam os estímulos e até tolhem a liberdade de pensamento dos mestres!* (Ibid., p.19). Fazendo referência as novas formas de ser professor(a) na década de 80 do século XIX, atrelados aos ditames do governo imperial.

Neste artigo, ainda, o escritor mencionou a 7ª Conferência Pedagógica¹³⁹, realizada

¹³⁹ Bonato (2002), em pesquisa acerca da formação para o magistério primário na Escola Normal da Corte (1880), apresentou dados sobre a 3ª (1875) e 4ª (1876) Conferências Pedagógicas. Em ofício datado de 03 de agosto de 1872 enviado ao ministro do Império, o art. 1º regulou as reuniões pedagógicas que deveriam ser realizadas "nas férias da Pascoa e nas do mez de Dezembro, a fim de [os professores pudessem] conferenciarem sobre todos os pontos que interessarem o regimento interno das escolas, metodos de ensino [...] observações que hajão colhido de sua prática e das leituras das obras consultadas" (*apud* BONATO, 2002, p. 166) para a indicação de teses que seriam discutidas nas Conferências. Apontou que essas respectivas

na Corte em dezembro de 1883, onde [...] *Querendo a Inspeção Geral de instrução continuar a serie de conferencias pedagogicas, pediu e mandou pedir pelos seus delegados aos professores públicos que apresentassem trabalhos escriptos [...]*, alguns professores não quiseram contribuir com tal conferência, pois era imposto aos professores, que conteúdo dos seus trabalhos [...] *não descobrissem os segredos da administração pública ou não procurassem devassar as intenções sem duvida hostis* (*O Ensino Primário*, Ibid.).

Porém, o que interessa a esse estudo e que constou no fragmento apresentado como epígrafe deste capítulo foi a polêmica ocorrida em torno de um concurso público que pretendia beneficiar uma professora adjunta em detrimento de um professor primário efetivo ao qual cabia esse direito. Ainda no fragmento, o redator d'*O Ensino Primário*, dizia-se perplexo com a nomeação de uma mulher, aluna adjunta da Escola Normal da Corte, assumir a regência de uma escola, contrariando os dispositivos legais da época¹⁴⁰. Como se pode verificar o concurso fora aberto para as escolas de meninas das *Freguesias do Sacramento e Guaratiba* e para as escolas de meninos das *Freguesias da Ilha do Governador e de Paquetá*. Tendo Adalberto Arthur Octaviano de Siqueira Amazonas, então professor de umas das cadeiras de Guaratiba, obtido boa classificação, o Inspetor Geral Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho¹⁴¹ tentou preteri-lo em benefício de uma candidata que a pretendia, o que não foi aceito pelo professor, sendo este empregado na Escola de meninos de Paquetá para qual fizera o concurso. Esse episódio não causaria tanta estranheza ao redator d'*O Ensino Primário* se com isso, não tivessem sido nomeadas para as escolas de meninos da Ilha do Governador e de Guaratiba duas candidatas que se

Conferências sugeriram "não apenas a condição "natural" do feminino para o exercício do magistério, mas também a situação da instrução publica na Corte" (Ibid., p. 169).

¹⁴⁰ A constatação legal refere-se ao *Regulamento de 1854* que diz no art. 41 que seriam os professores adjuntos nomeados as cadeiras públicas vagas, independente de concurso.

¹⁴¹ Foi advogado, professor, ensaísta e diplomata, nasceu no Recife, PE, (16/12/1865) e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, (1º/08/1917). Foi eleito a uma Cadeira na Academia Brasileira de Letras em 1905 (Disponível em< <http://www.academia.org.br/>> Acesso 13 abr. 2010). Em artigo denominado *Normalistas em pauta*, os historiadores Gondra e Uekane (2010), relatam que o Dr. Souza Bandeira Filho foi diretor da segunda seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Em 1880, lecionou Filosofia e disciplinas ligadas ao Direito na Escola Normal da Corte. No ano seguinte, obteve licença do governo para ir à Europa para um tratamento de saúde como também teve a missão, atribuída pelo Ministério do Império, de visitar jardins-de-infância e produzir estudos a respeito das Escolas Normais de alguns dos "principais" países do continente – França, Áustria e Alemanha. A viagem durou menos de um ano e propiciaram dois relatórios publicados pelo governo imperial que conferiram notoriedade ao professor, tanto que, um tempo depois, ele foi nomeado Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município Neutro (Disponível em<<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2346>> Acesso em 13 abr. 2010).

encontravam regendo escolas na Corte como adjuntas. Neste sentido, para o redator d'*O Ensino Primário* este foi um precedente novo nos anais da instrução pública do município da Corte, repudiando as fraudes nos concursos para as cadeiras públicas da instrução primária que favoreciam professoras, apesar de não sabermos o porque e quem eram elas no tempo dessa pesquisa. A pergunta que se colocou foi: Por que beneficiar professoras adjuntas em detrimento de professores?

Essas disputas entre professores e professoras manifestadas nos concursos para provimento das cadeiras públicas da instrução primária, apareceram com uma certa frequência, nas páginas d'*O Ensino Primário*, ainda nesse exemplar microfilmado, o escritor relatou na *Secção Noticiosa*, outro artigo mencionando as nomeações de diversas alunas adjuntas para a regência de cadeiras de escolas públicas do sexo masculino:

Não sabemos em que artigo de lei se baseou o Sr. inspetor geral para deixar á margem os adjuntos effectivos legalmente constituídos, para entregar a regencia de taes cadeiras a moças, algumas das quais principiam agora os seus estudos na escola normal *sem pratica alguma do ensino*, tanto mais que muito jovens têm de leccionar a alumnos de 14 e 15 annos de idade e *cuja moralidade não se póde garantir* pelo meio em que vivem, em nossa sociedade (*O Ensino Primário*, Designações, 31 mai. 1884, p. 27, grifo meu).

A nomeação de professoras adjuntas *sem pratica alguma do ensino*, demonstrou a vinculação das finalidades e dos objetivos do Estado, acompanhada de uma forte intencionalidade política e de propósitos que nem sempre eram explícitos, como criticou o escritor anônimo desse artigo. Esses propósitos de selecionar os agentes do Estado de acordo com as próprias regras e de inculcar-lhes seus princípios de organização e hierarquização, estavam, em parte, previstas no Regulamento de 1854 que estabeleceu para o Município Neutro um conjunto de normas e regras de recrutamento docente e contribuiu para a definição das funções, lugares e papéis a serem desempenhados pelos professores das escolas públicas e privadas (SCHUELER, 2002, p. 32). Os dispositivos legais incluíam, ainda, "regras que estabeleciam os critérios de seleção, a delimitação de saberes pedagógicos específicos para o ingresso na docência [...] a fixação de vencimentos e de um plano mínimo para concessão de gratificações, as punições e sanções para as infrações e faltas dos professores, entre outras determinações" (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.

175). Mulheres e homens deveriam atestar "boa morigeração" para ocuparem uma cadeira de professor(a), porém para as mulheres as exigências morais eram mais rigorosas:

Art. 16. As professoras devem exhibir, de maior, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do obito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a publica fôrma da sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que a originou.

As solteiras só poderão exercer o magisterio publico tendo 25 annos completos de idade, salvo se ensinarem em casa de seus paes e estes forem de reconhecida moralidade. (Reforma Couto Ferraz, 1854)¹⁴².

Esses artigos, do regulamento de 1854, foram citados e criticados pelo redator Luiz Augusto do Reis, retomando a polêmica do concurso supracitado, descreveu as idades determinadas pela legislação para o exercício do magistério por parte das professoras:

[...] Ainda mais de estranhar esse facto quando exigindo o regulamento de 17 de fevereiro de 1854 a idade de 25 annos para o provimento de uma senhora em qualquer cadeira publica, ou a de 21 sendo casada ou vivendo em companhia de seus pais, no entanto, nas instrucções provisórias ultimamente expeditas para o provimento das escolas publicas, se admitte a faculdade de poderem ser nomeadas professoras interinamente com idade de 18 annos, o que não passa de um sophisma. Tendo alcançado assim as primeiras victorias que o deviam conduzir ao alvo a que se propuzera attingir, não mais encontrou o Sr. Souza Bandeira embaraços que o impedissem de continuar na carreira de arbitrariedade que havia encetado; e como quem tinha por divisa aniquillar a classe dos adjuntos, dizendo-lhes: *De vós não preciso, as alunnas da escola normal são as armas com que vos hei de esmagar, escolhia de preferênciã as adjuntas normalistas para a regencia das escolas de meninos cujos professores por qualquer circunstancia ficavam impedidos de dirigil-as [...]*, parecendo querer assim tratar da inauguração do reinado da rainha *Crinoline*, começando porensaial-o nas escolas publicas (*O Ensino Primário*, Professores Adjuntos, 31 mai. 1884, p.21, assinado por Luiz Augusto dos Reis, grifo do original).

Interessante notar que o redator ao se referir ao reinado da rainha *Crinoline* pareceu fazer de forma temerosa a um certo reinado das mulheres, apontando as escolas públicas como lócus inicial de atuação feminina com risco de se ramificar para outros espaços. Por outro lado, podia tratar-se de uma menção irônica a Princesa Isabel por ter sido três vezes

¹⁴² Reforma Couto Ferraz. Decreto 1.331A, de 17 de fevereiro de 1854, disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1854%20pronto/leis%201854/dec%20n%b01325%20e0%201331A-pg12-p11.pdf>> Acesso em 10 ago. 2009.

regente no lugar de seu pai o Imperador Dom Pedro II¹⁴³ e, ainda, uma outra referência dessa rainha foi encontrada no site da Wikipédia informando tratar-se de uma opereta em 2 atos, intitulada "A Rainha *Crinoline*" ou "O Reinado das Mulheres" apresentada na França no século XIX pelo jovem músico **Jacob Ebert**, mais conhecido como **Jacques Offenbach**¹⁴⁴. Quem era, ou em que sentido, a rainha *Crinoline* foi trazida pelo redator foi comparada ao possível reinado das professoras na escola pública ainda está por se investigar.

No segundo exemplar microfilmado na BN, os escritores d'*O Ensino Primário* partem em defesa da Comissão Examinadora, em um outro concurso para a instrução pública primária, que se encontrava sob suspeita de proteger as mulheres em relação aos candidatos do sexo masculino. Na defesa referendavam as mulheres em melhores condições do que os homens para o exercício do magistério primário, não por essas características de mãe-educadora, pois [...] parecia-nos fóra de duvida que as candidatas dispunham de maior somma de elementos para uma boa classificação do que os candidatos inscriptos [...]. Referindo-se a capacidade intelectual feminina para aprovação nesses concursos públicos, informaram que *as provas oraes de todas as senhoras [eram] iguaes ás dos homens* até porque, conforme o escritor do artigo, essas mulheres tinham certa experiência na docência que não foram adquiridos *unicamente na Escola Normal*.

Há uma senhora que já não é a primeira vez que concorre para uma cadeira publica, em virtude de seu exame foi até considerada adjunta effectiva; outras são adjuntas com excellentes exames na Inspectoria Geral de Instrução; esta exhibio provas em bancas de exames de preparatórios, obtendo notas de distincção e possui um distinctissimo explicador de quem é digna esposa; todas, enfim refizeram-se fora daquelle estabelecimento, dos conhecimentos necessários (*O Ensino Primário*, Provimentos de cadeiras públicas, 15 ago. 1885, p. 52-53).

Segundo ainda o artigo citado, o *confronto é sempre para receiar entre duas pessoas de sexo diferente, ambas de iguaes talentos, dispondo dos mesmos recursos*

¹⁴³ Princesa Isabel assumiu por três vezes a regência do império durante as viagens do imperador Dom Pedro II ao exterior. Na sua primeira regência (1871-1873), sancionou a *Lei do Ventre Livre*, pela qual libertou os filhos que nascessem de mãe escrava. Seu segundo período na regência ocorreu quando da viagem de **Pedro II** aos Estados Unidos (1876-1877). Na sua terceira oportunidade como regente (1887-1889), sancionou a lei que abolia a escravidão, a *Lei Áurea*, em 13 de maio (1888). Disponível em <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/IsabelBr.htm>> Acesso 13 abr. 2010.

¹⁴⁴ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Offenbach> Acesso 13 abr. 2010.

intellectuaes, [porém] não é difícil dizer-se de que lado está a vantagem: concedem-se sempre os aplausos á do sexo feminino. Continuou ainda dizendo que é intenção formal do poder superior entregar todas as cadeiras [da instrução pública primária] a senhoras, boatos que echoam das salas da escola Normal até a Secretaria de Instrução (*O Ensino Primário*, Ibid.). O próprio Estado imprimiu, assim, a vontade deliberada de que a educação estaria mais bem encaminhada nas mãos das mulheres.

Para além dos embates apresentados, através das páginas da revista *O Ensino Primário*, as escritoras da imprensa feminina viam no magistério uma oportunidade de dar maior visibilidade social às mulheres. O exercício do magistério para elas, mesmo antes da institucionalização das Escolas Normais no Brasil, se configurou como uma possibilidade real de atuação feminina da *porta para fora*, além do espaço de casa (MALUF, 1995).

Nas últimas décadas do período imperial, se acentuaram as mudanças sociais, políticas e econômicas, atreladas ao desenvolvimento do mercado capitalista e do movimento antiescravista, como podemos verificar na citação abaixo

[...] A razão principal que allegam os propugnadores da idéa que chamaremos *filha* e não *mãe*, é que o homem tem muito em que se ocupar em um paiz *essencialmente* agrícola e industrial como o nosso; ao passo que a mulher não tem outro meio de vida. Trata-se, pois, de afastar o homem do ensino, e dar um meio de vida á mulher [...] (*O Ensino Primário*, Escolas primárias do sexo masculino, 15 ago. 1885, p. 53).

Esse trecho e os demais explicitados nessa investigação evidenciaram que os homens não abandonaram passivamente o magistério primário, como demonstraram as pesquisas de Almeida (2006; 2007) e de Chamon (2005) para ocupação de cargos “superiores”, entre eles, diretores, supervisores e chefes da instrução pública. Pelo contrário, os professores que pertenciam à revista *O Ensino Primário*, reivindicaram para si o direito de continuarem na regência das turmas das escolas públicas primárias, pois a entrada das mulheres no magistério se configurava para eles como uma ameaça. Com isso, eles denunciavam as intenções legais do governo em favorecer tais regências as mulheres em detrimento dos homens. Essa gradual saída dos professores do sexo masculino e a entrada das mulheres no magistério não foi tranqüila mas sim gerou polêmicas, disputas políticas e lutas entre os sujeitos dentro do próprio campo da educação.

3.5 A transformação do magistério primário numa carreira feminina: algumas reflexões para o entendimento da *feminização do magistério*

Segundo Araújo (1993) Bruschini e Amado (1988) e Campos (2002) o exercício do magistério para as mulheres era visto como uma profissão, associada a uma vocação maternal e, algumas vezes a um não-trabalho, pois a função de mãe na família passou a ser estendida à escola pela pessoa da professora. Um caráter de naturalidade frente aos papéis e funções atribuídas às mulheres envolveu, historicamente, o destino social destas, levando a crer que a execução desses papéis e funções foram inerentes à natureza feminina.

Voltando os meus olhos para as fontes, sobretudo, para o *Parecer* de Rui Barbosa percebemos que nele havia o discurso de as mulheres deveriam ser "educadoras da infância [pela] sua competência privativa na direção das escolas onde se reúnem os dois sexos" (BARBOSA, 1947, v. X, tomo III, p. 33). Esse e outros discursos promoveram distintas representações de gênero das professoras e dos professores primários como também produziram as formas como as instituições foram sendo organizadas e percebidas (LOURO, 1997).

Esse movimento não foi em um sentido único, pois ao mesmo tempo em que o Estado referendava as mulheres como professoras, elas mesmas ambicionavam o magistério como um espaço público de atuação feminina. Elas transcendiam suas próprias finalidades particulares por ideais sociais que lhes foram ensinados e que passaram a transmitir. Nas palavras de *D. Francisca Senhorinha: Vemos hoje professoras leccionando em suas cadeiras publicas e particulares suas alumnas, a quem distribuem instrucção, e, o que é mais leccionando já a meninos! [...] (O Sexo Feminino, A mulher no magistério, n. 04, 27 set. 1873, p. 01)*. Nesse sentido, era uma intenção deliberada da imprensa feminina representar a mulher na função de professora primária como aquela responsável pela verdadeira garantia do futuro glorioso da juventude [...] *confiada às suas luzes pedagógicas, a sua instrucção, moralidade e educação. Quem mal aprende, ensina peor: quem bem aprende, melhor ensino (O Sexo Feminino, Ibid.)*.

Por outro lado, percebemos que havia incoerências nos discursos dos escritores d'*O Ensino Primário*, concomitantemente alguns defendiam as mulheres no magistério primário e eram reticentes quanto a sua atuação nas escolas primárias do sexo masculino [...] *Nos*

achamos possuídos de que só se deve entregar á educação feminina a creança até os 9 annos de idade [...] (O Ensino Primário, Escolas primárias do sexo masculino, 15 ago. 1885, p. 54). Desta forma, as mulheres não podiam atuar em todos os níveis de educação, deveriam permanecer restritas ao ensino primário, reforçando o seu papel de mãe-educadora da primeira infância, cabendo aos homens ministrar os conteúdos tidos como mais científicos. Percebe-se que o magistério a princípio era um espaço tenso, disputado tanto por homens quanto por mulheres.

Outra defesa deles era de que as mulheres poderiam além de educar as mães de família igualmente educar os homens para serem *excellentes pais e complacentes esposos* (Ibid.). Como se na entrelinha do discurso o escritor reconhecesse falhas na formação oferecida pelos homens aos alunos do sexo masculino. Esse modelo de bom-esposo era temido pelos homens que ainda tinham reminiscências do patriarcalismo, pois uma vez que se admitisse a participação das mulheres no processo de formação dos homens, os mesmos perderiam a autonomia de pensamento inclinando-se a ouvir as mulheres

[...] Incutam no espírito do menino os seus deveres de futuro chefe de familia, mas entreguem esta educação á mulher [...] Não será difficil que o homem se habitue a obedecer no lar domestico ao que principiou a obdecer nos bancos da escola. É a educação pelo habito: em vez de ser o homem o protector da mulher, seja esta a conselheira e o sustentaculo do homem, quem o diriga na vida pratica como o dirigiu nas bancas escolares [...] (*O Ensino Primário, Escolas primárias do sexo masculino, 15 ago. 1885, p. 54*).

Por intermédio desse discurso, a participação da mulher na educação, incutiria o germe de sujeição do homem, representando um novo modelo de organização familiar e educacional. Essa idéia possuía raízes nos discursos muito propagados pelas próprias mulheres na imprensa, entre elas, de *Josephina Alvares de Azevedo* que dizia no jornal *A Família* [...] *a mulher deve competir com o homem seja na direção da família ou do estado [...] a sociedade assenta suas bases em dois princípios - o da força e o da ordem - o da força é exercida pelos homens e da ordem pelas mulheres [...]* (*A Família, Editorial, n. programma, 18 nov. 1888, p. 01*).

Outro discurso veiculado na imprensa chamou a atenção pelas representações de homens e de mulheres através de idéias opostas. Tomando por base os modelos de

educação da Grécia Antiga o autor faz comparações entre a influência do homem e da mulher na educação

Descuidem-se os nossos governos de resguardar o nosso território [onde] briosos cidadãos acudiam a patria ultrajada [...] Transformem o espírito varonil do cidadão brasileiro, já tão propenso a factos de ternura [das mulheres que ensinam] a bordar ou a fazer *crochets*, que no dia em que a patria exigir o valor de seus filhos encontrará não os espartanos de outr'ora, mas os frouxos e effeminados athenienses de nossos dias. Alcibiades foi educado tambem entre mulheres, mas tinha a Socrates por preceptor (*O Ensino Primário*, Ibid.).

Nesse fragmento o escritor d'*O Ensino Primário* faz referência aos dois modelos de educação, exaltando o modelo Espartano como exemplo de coragem e virilidade, atributos que compõem a figura masculina e o modelo Atenense voltado para as artes e letras, que pressupunha maior sensibilidade sendo a mesma um atributo feminino, porém *Alcebiades* ao entrar em contato com as Ciências através de Sócrates completou a sua educação como se a educação dirigida pela mulher fosse incompleta.

Não podemos desconsiderar que a expansão do sistema educacional no Brasil, aliada à necessária de mão-de-obra, que foi recrutada no sexo feminino, levou alguns pesquisadores como Almeida (2006), a ver nesse processo a *feminização do magistério*, pelas

[...] novas exigências sociais e econômicas, onde se fez necessária à mão de obra feminina [...]; a urgência em dar melhor preparo técnico e profissional aos alunos da escola elementar [...]; aos ideais republicanos que preconizavam a educação do povo como meio de garantir o crescimento do país[...]; a procura pelo magistério deu-se pelo aumento do número de vagas e segundo algumas hipóteses interpretativas pelo abandono por parte dos homens desse campo profissional (ALMEIDA, 2006, passim).

Logo, no final do Império e nos primeiros anos da República, o crescente número de mulheres no magistério primário se configurou associado a um misto de causas objetivas e subjetivas que determinaram os rumos das mulheres na profissão. Como visto nessa investigação o processo da *feminização do magistério* "foi eivado de ambigüidades, contradições e indeterminações", onde as mulheres, além de desempenharem um papel preconizado por um "discurso hegemônico" de que com elas a docência seria mais bem

desempenhada, pelos atributos da maternidade e domesticidade, também foram protagonistas do seu tempo, por se constituírem sujeitos atuantes na esfera pública "fazendo-se professoras" na experiência cotidiana (SCHUELER, 2004, p. 134).

Essas mudanças concretas possibilitaram, conseqüentemente, a transformação do magistério primário como uma carreira estritamente feminina, proporcionando mudanças de gênero na docência pelas relações de poder e pela incorporação dos atributos afetivos que permearam a profissão quando era predominantemente masculina, mas que recebeu novos contornos por agregar os atributos da maternidade.

Através da análise dos discursos veiculados na imprensa selecionada para essa pesquisa, observou-se que ela foi um veículo de denúncia, mas, especialmente de formação de opinião sobre professoras e professores primários que pode ter contribuído para diferentes representações do(a) profissional docente do magistério público primário numa perspectiva de feminização desse segmento de ensino. É importante salientar que as relações e as tensões da prática docente, produzidas pelas representações contraditórias e em confronto (CHARTIER, 1991a), foram oportunizando diferentes significações para mulheres e homens professores no Rio de Janeiro oitocentista.

Portanto, essa investigação contribuiu para o entendimento da paulatina *feminização do magistério*, nesse texto compreendida como o processo de resistência e de esforço das mulheres para estabelecerem-se profissionalmente (SILVA, 2002), que se configurou como um fenômeno muito além das questões subservientes do papel feminino, que antecederam a institucionalização definitiva das Escolas Normais no Brasil, associada as insuficientes condições de trabalho e de salário, pois como dizia os escritores d'*O Ensino Primário*:

À proporção que os annos decorrem, mais diminuem, pelas contingencias da vida material no meio em que vegetamos desalentados, os nossos proventos. Estacionarios, terrivelmente, estacionários esses proventos, não obedecendo aos impulsos das necessidades que crescem, d'aqui a bem pouco o professor primário será objecto digno de estudo ou de commiseração. De estudo, porque todos quererão saber como (já começa a fazer) de que modo se arranjam esses servidores do Estado para cumprirem a sua missao se apresentarem na sociedade. De commiseração, porque não esta longe a época em que os vejamos, a esses pobres parias do funcionalismo, pelas ruas da cidade com um chapeo impossivel, a camisa de cor duvidosa e a sobrecasaca a rir-se pelos cotovellos (*O Ensino Primário*, Chronica, 15 ago. 1885, p.57).

Como foi possível notar, o gradual processo de desvalorização da profissão, descrito por esse escritor *porque não esta longe a época em que os vejamos, a esses pobres parias do funcionalismo, pelas ruas da cidade com um chapeo impossível*, já ocorria mesmo com os homens no exercício do magistério primário, não foi assim, uma causa associada pela entrada das mulheres nesse campo de trabalho. Essa falta de apreço ao professor veio de encontro com o descaso do Estado com o ensino público, pode ser este também um dos motivos do gradual afastamento dos professores do sexo masculino da escola primária. À medida que os homens foram deixando esse campo de trabalho, as mulheres foram intencionalmente convocadas pelas políticas públicas a ocupá-los.

Por fim, a compreensão desse quadro de necessidades e interesses, foi importante para o desvelamento do papel desempenhado por professoras e professores do ensino primário no Oitocentos bem como fundamental para o entendimento da constituição dos esteriótipos sociais de gênero e o caráter missionário e vocacional do trabalho feminino na esfera pública. Ao mesmo tempo, em que as mulheres foram ocupando esse mercado de trabalho que se colocava à sua disposição, aos poucos, vários segmentos sociais foram internalizando o magistério primário como uma carreira feminina, possibilitando uma nova cultura escolar no fim do Império e início da República, consolidando, assim, a feminização do magistério primário, ainda presente nos dias atuais.

Considerações Finais

Os periódicos analisados se caracterizaram como um acervo cultural de valiosa contribuição aos estudos sobre o papel que mulheres, como também homens, exerceram no processo de invenção da escola pública brasileira e da constituição de si mesmos como professoras e professores primários. Possibilitou um novo olhar acerca do fenômeno da *feminização* na medida em que utilizei fontes documentais às afirmações do campo de estudos da História da Educação e tendo como referência as categorias de representação e de gênero.

A seleção das fontes foi um processo árduo, tive que investir recursos financeiros e longo tempo, entre idas e vindas, de visitas aos acervos públicos da cidade do Rio de Janeiro. Tamanha motivação no encontro com as fontes, dificultou a exclusão de uma ou de outra para a análise documental. E foi, justamente, a partir da seleção dos jornais que defini a data-limite dessa investigação e optei por escrever sobre essa pesquisa documental e as dificuldades encontradas nos acervos públicos no primeiro capítulo.

Nesse capítulo pude apresentar a riqueza do acervo documental coletado, algumas das particularidades do surgimento da imprensa feminina no Brasil como no caso da *família humorística dos Simplicios* que teve num período curto de existência um considerável número de jornais e revistas publicados em várias partes do país. Essa riqueza também se manifestou quando decidi apresentar a singularidade da imprensa escrita originalmente por mulheres e a trajetória de alguns dos seus atores sociais.

Cada jornal, no seu tempo, contribuiu para refletir sobre a existência simultânea de diferentes formas de escolarização de conhecimento (conteúdos e métodos pedagógicos), relacionados à distribuição e utilização dos tempos e espaços escolares (VIDAL e FARIA FILHO, 2005), assim como a coexistência de uma multiplicidade de sujeitos atuantes como intelectuais do seu tempo histórico.

Em meados do século XIX as mulheres escritoras d'*O Jornal das Senhoras* já sinalizavam o acesso a Ciência como forma de emancipação feminina. Abordaram a questão da necessária educação das mulheres e o seu ingresso no mercado de trabalho como professoras primárias. Os dois artigos intitulados *Estudos sobre Educação* preconizavam a necessidade de métodos de educação condizentes com o ensino *dos meninos de ambos os*

sexos, onde se entende ser esta educação um aperfeiçoamento moral e intelectual do indivíduo, tendo como base única - *a religião, o amor a Deus* - simbolizando uma educação virtuosa, atrelada aos preceitos histórico-culturais da época.

Também denunciavam a condição de subalternidade em que viviam as mulheres do seu tempo. Diziam que desde a história antiga a mulher, na condição de irmã, de mãe, de companheira do homem ela era a sua escrava, apesar da vida do próprio homem depender da sua existência. Nesse sentido, elas apregoavam o Cristianismo como forma de reabilitá-las para a vida na compreensão do seu papel nobre e digno de missionária, chamada por todos de *anjos da terra* como instrumento da remissão das próprias mulheres.

Em semelhante linha de reivindicação, o jornal *O Sexo Feminino* tinha a frente a editora e professora primária *D. Francisca Senhorinha da Mota Diniz*, importante mulher do primeiro movimento feminista no Brasil. A pesquisa revelou a trama de sociabilidades por ela constituída, pelos espaços de troca de idéias e circulação do seu jornal que durou por mais de uma década no Oitocentos, entre uma e outra epidemia de febre amarela. Entusiasta pela emancipação feminina, foi enfática quanto à necessidade da instrução para as mulheres e que as mães fossem as preceptoras dos seus próprios filhos. Com isso, passou também a defender o magistério primário como trabalho feminino em detrimento do que era exercido pelos homens.

Além da publicação desse jornal nas suas duas fases, uma durante o Império e outra nos anos iniciais da República, essa jornalista e professora administrou, na análise sobre os documentos encontrados, pelos menos duas instituições voltadas para a formação feminina, mas que também admitiam alunos do sexo masculino. Inicialmente, essas aulas eram ministradas em espaços improvisados na própria casa da sua família, posteriormente, em prédios alugados. O que propiciou o reconhecimento de que toda a sua família, suas filhas e marido, eram envolvidos pelo ideário da educação.

Outro jornal emblemático, selecionado para análise, foi o jornal *A Família*, criado por grupo de mulheres de várias partes do país e liderado por *D. Josephina Álvares de Azevedo*. Ela foi uma voraz defensora dos direitos de civilidade para as mulheres, como ela mesma definia *emancipar a mulher para que ela possa agir como um ser completo, intelectual, moral e materialmente considerada. E isso será uma grande conquista (A Família, Editorial, n. 38 de 31 de agosto de 1889).*

No primeiro número do jornal *D. Josephina* já defendia a mulher em outras carreiras profissionais além do magistério primário. Era sabedora da *larga somma de sacrificios a que [obrigava] a manutenção do jornal* e de que *a imprensa era a única força motriz de tudo que ha de bom, útil e agradável* na luta pelos direitos das mulheres. Foi tamanha a rejeição pelos seus textos que ela se viu obrigada a deixar sua cidade natal São Paulo, após seis meses de publicação do jornal, para passar a publicá-lo na Corte Imperial. Nesse jornal, ainda, foi possível acompanhar a trajetória de diferentes mulheres, também importantes intelectuais do século XIX, como as poetisas *Prisciliana Duarte de Almeida* e *Narcisa Amália de Campos* e, ainda, as professoras *Anália Emilia Franco* e *Ignez Sabino Pinho Maia*.

Curioso notar, que a maioria das mulheres escritoras exerceram duas profissões ao mesmo tempo: a de jornalistas e de professoras primárias numa época em que as mulheres podiam exercer pouco ou nenhum ofício exercido por homens. Elas foram mulheres urbanas, que migraram do interior para a capital das cidades, outras residiram em cidades longínquas do Nordeste. Tiveram uma educação diferenciada, o que possibilitou a introdução de uma nova concepção de educação no Brasil, quando associaram o sentimento maternal ao magistério primário. Mantiveram opções religiosas diferenciadas, fundaram asilos, instituições de ensino e, além disso, algumas trabalharam pela causa abolicionista.

A trajetória de cada uma delas demonstrou os espaços por elas ocupados, esses espaços também geográficos, pelas viagens por elas empreendidas a várias partes do país e do exterior; pelos lugares de aprendizado, de debates, de troca indicando a dinâmica do movimento e da circulação de idéias. Nesse pequeno universo feminino foram trançadas diferentes vivências e sensibilidades que constituíram as suas próprias identidades de mulheres brasileiras.

Foi possível notar, pela circulação e duração dos impressos femininos, que eles se constituíram em uma estratégia de resistência e de luta relativamente segura, pois elas conseguiram burlar os padrões sociais da mulher reclusa, valendo-se do discurso dominante: *de que a educação estaria em melhores mãos quando ministrada pela mulher*, que segundo Chartier (2003) foi uma estratégia discursiva para atrair a atenção de determinados grupos sociais assim como validar os seus próprios enunciados.

Em contrapartida, os homens professores, com os quais trabalhei nessa dissertação, tinham posições contraditórias em relação à atuação das mulheres no lar como também no magistério primário. Eles também defendiam as mulheres na função de mães-educadoras de crianças até os 09 anos, pois após essa idade somente aos homens competia o ensino da juventude por exigir um rigor mais científico.

A revista *O Ensino Primário*, contribuiu ao relatar os momentos de mudanças concretas nas relações e organizações do trabalho docente, quando deixaram de ser os mestres de ofício - aqueles que aprenderam o ofício na prática, antes trabalhadores autônomos - e passaram a estar submetido ao governo, como professores públicos, ou melhor, *servidores do Estado*, caracterizados por este como profissionais leigos, desqualificados para o trabalho de ensinar. A escola que antes era do mestre passou a ser do governo (CHAMON, 2005).

No decorrer deste trabalho, percebemos que as mulheres e os homens refletiram os desejos e as tendências da sociedade em que estavam inseridos e colaboraram no processo de reformulação dos papéis tradicionais atribuídos ao sexo feminino. Por isso, a necessidade de analisá-los no tempo histórico de suas atuações, no ambiente privado, do lar e no espaço público, da escola, representados na *penna* da imprensa.

No segundo capítulo privilegiei escrever sobre o processo de invenção do Brasil e dos próprios brasileiros, da influência de comportamentos e pensamentos que vigoravam na Europa. Não é de se estranhar que as mulheres escritoras foram fortemente influenciadas pelas correntes filosóficas européias, principalmente a francesa, como por exemplo, as de *Aimé Martin* que sinalizava as mães como educadoras da primeira infância e, a partir disso, as mães deveriam ser instruídas para melhor formar os seus filhos(as).

A partir dessas concepções, uma das primeiras reivindicações que vieram estampados nos seus discursos, era a emancipação da mulher no lar. Avocaram o direito de serem elas as preceptoras de seus filhos(as), para não confiarem a outrem o cuidado da sua educação. Posteriormente, reivindicaram a externalização dessa educação (dada aos filhos) fora do lar, assumindo a função de professoras públicas primárias. O que ratificou a coexistência da defesa da maternagem com a reivindicação por melhores condições de cidadania na sociedade. Muitas delas, como *D. Francisca Senhorinha Diniz* e *Josephina Álvares de Azevedo*, já exerciam a função de professoras em seus lares, no modelo casa-escola.

Para essas mulheres escritoras, emancipar-se significava libertar-se de um estado de inferioridade em relação aos homens mediante a conquista de melhores condições familiares, sociais e educacionais entre os sexos, ainda que atreladas aos valores de "boas" mães de família. Nas páginas dos jornais os discursos corroboravam com representações das mulheres como mães-educadoras, prendadas e ligadas ao amor maternal, buscando o amor de suas alunas como uma mãe busca o amor da filha ou do filho. [...] *A primeira coisa que uma boa mestra deve tratar de fazer é ser muito querida das suas alunas* [...] (*O Jornal das Senhoras*, Influência da educação da mulher, tomo I, 29 fev. de 1852, p. 66). Com essa premissa, elas puderam dar prosseguimento da missão que Deus as outorgava dentro do lar, também, fora dele. Propagaram, assim, as representações de professoras como missionárias, mulheres ilustradas, mulheres emancipadas e mais aptas para o exercício do magistério do que os homens, por acumularem as duas funções: a de mãe e a de professora primária.

Pouco foi feito em relação à educação das meninas, o que se oferecia, como colocado no terceiro capítulo, era diferenciado dos meninos e limitado ao ensino das primeiras letras e as habilidades manuais. A mesma diferenciação foi percebida nos currículos das Escolas Normais, quando estas passaram a ser freqüentadas por mulheres. A promulgação da Reforma Couto Ferraz em 1854, trouxe outro caráter diferencial na formação nas Escolas Normais pela prática dos professores adjuntos, maiores de 12 anos que apresentassem *propensão para o magistério* (Reforma Couto Ferraz, 1854, art. 35). Era, então, mais importante o rígido controle sobre o exercício da profissão docente do que o investimento na formação. O que confirmou a hipótese de que os professores nesse período deveriam ser agentes do Estado "disseminador de uma mentalidade moralizante do que um difusor de conhecimentos" (VILLELA, 2008, p. 35). A existência dos professores adjuntos perdurou por um extenso período no século XIX, o que demonstrou o predomínio do Regulamento de 1854 sobre os projetos de reforma educacional que o sucederam (SCHUELER, 2002).

Apesar dos esforços para a substituição da Escola Normal pelos professores adjuntos, os anseios pelas reformas prosseguiram nas províncias. De 1860 a 1880 havia disputas entre vários modelos de formação, entre eles a aprendizagem pela prática ou artesanal, e a escolar, um dado que indicou, segundo Schueler (2002), as tensões então

existentes no processo de profissionalização docente. Através destes mecanismos de formação e recrutamento, o Estado foi, gradativamente, promovendo a estatização da docência e com isso, submetendo-os ao seu controle, ao mesmo tempo em que lhes conferia um novo estatuto sócio-profissional de funcionários públicos. As Escolas Normais, criadas a partir de 1835, após um período de funcionamento intermitente, tenderam a consolidar-se no final do Império assim como o processo de *feminização do magistério* que demonstrou como num espaço de cinco décadas, uma profissão inicialmente exercida por homens foi aos poucos se tornando uma função também exercida por mulheres.

Como demonstrado, nesse último capítulo, a pluralidade das experiências femininas foi decisiva na relação delas com os homens e vice-versa. Essa relação foi marcada pela tensão e pelos embates dentro do campo da educação, pela complexidade das trocas e funções na sociedade, não foi consensual a ideologia dominante nem por outro lado a aceitação das mulheres no magistério. Apesar das fraudes nos concursos públicos para as cadeiras da instrução primária a favor das mulheres, algumas delas puderam concorrer de igual para igual com os homens, pela experiência que elas tinham adquirido no exercício do magistério em suas residências.

Nas páginas da revista *O Ensino Primário*, os escritores manifestavam o sentimento de sacerdócio ao exercício de suas funções no magistério da mesma forma que as mulheres. Evidenciaram as péssimas condições de trabalho, os poucos salários que recebiam como professores primários e a desvalorização do magistério público primário, mesmo antes do ingresso maciço das mulheres no magistério.

Observamos, no último quartel do século XIX, as transformações da família brasileira, com as novas necessidades sociais de trabalho para as mulheres e para os homens, nas quais as mulheres foram valorizadas como um agente social civilizatório e os homens incitados a ocupar outros cargos além do magistério público primário. A partir de então, a educação da infância foi defendida pelo Estado e pelas próprias mulheres escritoras como uma função específica do sexo feminino, ponto de partida para a conquista de outros direitos adquiridos posteriores pelas e para as mulheres brasileiras.

As mulheres escritoras não foram vítimas passivas na história brasileira, nem heroínas, tão pouco "seres imaculados" como algumas delas se representavam na imprensa. Foram pessoas que desempenharam um papel social relevante, lutando pelos direitos de

cidadania para elas e para outras mulheres (pela escolarização das meninas e pelas mestras no ensino). Em várias passagens elas relataram as dificuldades financeiras para manter a subsistência de suas famílias e a publicação de seus jornais assim como a não aceitação de outras mulheres contemporâneas aos textos por elas redigidos.

Nesse caminho esse trabalho contribuiu para o entendimento de como o magistério primário foi sendo ocupando por mulheres, pois os dados localizados nas fontes e analisados indicaram um considerável número de escritoras da imprensa feminina atuantes como professoras nos seus ambientes domésticos, o que comprova a *feminização do magistério*, como um fenômeno iniciado antes da institucionalização das Escolas Normais no Brasil. Outra contribuição foi a de que os homens não deixaram passivamente a sala de aula para ocupação de funções "superiores" no magistério, pelo contrário, como demonstrado pelos professores primários eles reivindicavam o direito de continuar na regência das escolas primárias.

Portanto, o século XIX foi o tempo da afirmação da escola como valor. Na medida do possível, o governo imperial tentou afirmar a escola como algo importante, mesmo que de forma pouco visível. Foi, também, um período essencial para o entendimento das iniciativas, debates e lutas na reformulação dos papéis desempenhados por homens e, especialmente, pelas mulheres escritoras dos jornais femininos que tiveram um papel decisivo como receptoras dos ideais culturais e religiosos que modificaram seus corpos e seus destinos, não apenas no âmbito familiar, mas como um instrumento de propagação de normas e de valores, pela liderança que exerceram, no tempo e no espaço social em que viveram e atuaram.

Ainda na atualidade as mulheres são a maioria das professoras na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fato este, vivenciado por mim, no município de Nilópolis(RJ), onde atuo na organização pedagógica da Educação Infantil e convivo apenas com professores do sexo feminino. Outra especificidade, tomando todo o cuidado para não transpor tempos e espaços, soma-se a realidade de que algumas professoras, que trabalham comigo, não são formadas na Escola Normal, não possuem curso superior, nem especialização exigida por lei para a atuação na Educação Infantil, estão portanto, se formando na prática, ainda como àquelas professoras escritoras da imprensa analisada. E se antes, no século XIX, tínhamos uma realidade patriarcal, hoje vivemos numa sociedade

matriarcal, em que muitos lares são dirigidos economicamente por mulheres, onde estas têm inúmeros afazeres dentro e fora do lar.

Dessa maneira, como assinalado por alguns Historiadores da Educação (FÁVERO, 2009; NUNES, 1992; VIDAL, 2000), para escrever como o magistério se tornou predominantemente feminino ao longo do Oitocentos para tal considere os sinais, vestígios, testemunhos de tempos guardados ao longo dos anos, de fontes ainda pouco exploradas. Logo, esse estudo não se encerra aqui, pois da margem para publicações, para outros trabalhos e, ainda, para outras investigações, sem perder de vista no dizer de Le Goff (1993, p. 34) "às relações entre presente e passado, isto é, compreender o presente pelo passado, mas também compreender o passado pelo presente [...]".

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. M. de. [et alli] *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Editora da UFRRJ, 1987.

ALMEIDA, J. S. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil do século XIX. In: SAVIANI, D. (et al.) *O legado educacional do século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, pp. 133-197.

_____. Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, São Paulo, v.79, n. 191, pp. 31-41, jan-abr 1998a.

_____. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998b.

ALVES, C. M. C. Estado conservador e educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851). In: NUNES, C. (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992, pp. 43-68.

ARANHA, M. L. de A. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, J. C. S. A imprensa, co-participe da educação do homem. *Cadernos de história da educação*. Uberlândia / MG, Editora da UFU, v. 01, n. 01, jan/dez. 2002, pp.59-62.

ARAÚJO, R. M. B de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BARBOSA, R. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. X, Tomos I, II e III, 1947. (Coleção Obras Completas de Rui Barbosa).

BERNARDES, M. T.C. C. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

BARRERA, P. Religião e regeneração social no Maranhão. A constituição de mentalidade laica nas elites sociais no Brasil. *Revista Ciencia Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre, ano 6, n. 6. pp. 179-200, out. 2004.

BELLINE, A. H. C. *Adelina Lopes Vieira*. In: MUZART, Z. L. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, pp. 469-483.

BESSONE, T. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. In: *Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, NUTEG, v.5, n. 2, Niterói: EDUFF, pp. 81-93, 1º sem. 2005.

BICALHO, M. F. B. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs).

Rebeldia e submissão: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989, pp.79-99.

_____. *O Bello Sexo: Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em fins dos século XIX e início do século XX*, 1988, 259f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

BLAKE, A. V. S. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 7 vols. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.

BONATO, N. M. da C. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa: As concepções da Federação Brasileira para o Progresso Feminino sobre a educação feminina*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ UNIRIO, 2008. (mimeo)

_____. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. In: *ACERVO: revista do Arquivo Nacional*, v. 18, n. 1-2, jan. / dez. 2005, pp. 131-146.

_____. As concepções da Federação Brasileira para o Progresso Feminino sobre a educação da mulher (1922-1979). In: *XXIII Simpósio Nacional de História- História: guerra e paz*, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História- História: guerra e paz, 2005, Londrina: ANPUH, 2005, v.1 pp.01-08 .

_____. A Escola Normal: uma escola para mulheres?... In: CAMPOS, M. C. S. de S. e SILVA, V. L. G. da (Orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, pp. 163-191.

BRUSCHINI, C. e AMADO, T. Estudos sobre a mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 64, pp.04-13, 1988.

BUITONI, D. S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Mulheres de papel: representação de mulheres pela imprensa feminina*. São Paulo: Loyola, 1981.

CAMPOS, M. C. S. de S. e SILVA, V. L. G. da (orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: _____ . e SILVA, V. L. G. da (orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, pp. 13-38.

CARDOSO, T. F. L. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: SBHE; Autores Associados, n. 05, pp. 195-212, jan./jul. 2003.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, M. P. de. Apresentação. In: HILDSDORF, M. L.S. *Tempos de Escola: fontes para a presença feminina na educação*. São Paulo: Plêiade, pp.4-6, 1999.

CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: SBHE; Autores Associados, n. 11, pp. 169-195, jan./jun. 2006.

CASTRO, R. *Era no tempo do rei, um romance da chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

CATANI, D. B.; BUENO, B. O.; SOUSA, C. P. e SOUZA, M. C. C. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: _____. *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997, pp. 13-48.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAMON, M. *Trajetórias de feminização do magistério: ambigüidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. (Tradução de Cristina Antunes). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Formas e sentidos. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas/São Paulo, Mercado de Letras/ALB, 2003.

_____. (org.). *Práticas de leitura*. (Tradução de Cristiane Nascimento). São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. Diferença entre sexo e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp/ Campinas, n. 4, pp.40-44, 1995.

_____. O mundo como representação. *Revista Estudos Avançados*, n. 11, pp. 173-191, abr. 1991a.

_____. As práticas de escrita. In: _____ e ARIÈS, P. (orgs.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes* (Tradução Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das Letras, 1991b, pp. 113-161.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Tradução de Maria Mauela Galhardo). Lisboa: DIFEL, 1990.

CHIZZOTTI, A. A Constituinte de 1823 e a Educação. In: FÁVERO, O. (org.). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001, pp. 31-54.

COMTE, A. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti, traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os pensadores.

COSTA, A. M. da e SCHWARCZ, L. M. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COSTA, W. da. *As imagens da escravidão nos livros de História do Ensino Fundamental: representações e identidades*. Rio de Janeiro, 2006, Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

COUTINHO, A. e SOUZA, J. G. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional/DNL: Academia Brasileira de Letras, vol. 2, 2001.

DARTON, R. *O iluminismo como negócio: história da publicação da enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DE LUCA, L. e DE LUCA, J. B. A. Marie Rennotte, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. *Revista História, Ciências e Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 10(2), pp.703-725, mai-ago.2003.

DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

DEMARTINI, Z. B. F. e ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 86, pp.05-14, 1993.

DI STASIO, Â. Subsídios para uma análise histórica de periódicos raros. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 114, Rio de Janeiro, 1996, pp. 85-133.

DICIONÁRIO HOUAISS da língua portuguesa. Instituto Antonio Houaiss, Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUEZA. Organizado por Antonio de Moraes e Silva. Portugal: Lisboa, 1823, tomo segundo.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUEZA. Organizado por D. José Maria D'Almeida e Araújo Corrêa de Lacerda. Portugal: Lisboa, 1859.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 17 (49), pp. 151-172, 2003.

_____. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Z. L. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, pp. 175-193.

FACHADA, T. A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: SBHE; Autores Associados, n. 05, pp. 195-212, jan./jul. 2003.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. de e VEIGA, C. G. (orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 135-150.

_____. e VEIGA, C. G. A escrita da História da educação mineira - a produção de Paulo Krüger. In: GONDRA, J. G. (org.) *Dos arquivos à escrita da História. A Educação Brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista: EdUSF, 2001, pp. 37-58.

_____ e VIDAL, D. G. As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas/ SP: Autores Associados, 2005.

_____. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. *Revista Educação em Foco*, Faculdade de Educação: Universidade Federal de Juiz de Fora v. 07, n. 2, pp. 27-46, set./ fev. 2002-3.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio Eletrônico - século XXI*. Desenvolvimento do software de Marcio Ellevy Girão Barroso. São Paulo: Nova Fronteira, 1999. CD-ROM. Produzido por Lexikon Informática Ltda.

FERREIRA, L. G. et. al. *Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no nordeste*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1999, pp. 217-241.

FERNANDES, A. L. C; XAVIER, L. N. e CARVALHO, L. M. de. Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921-1963). *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 15, set./dez., pp. 79-97, 2007.

FREYRE, G. *Sobrados e Mocambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 7ª ed, Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

GILES, T. R. *Dicionário de filosofia: termos e filósofos*. São Paulo: EPU, 1993.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A., 1970.

GONDRA, J. G. e SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Arte de civilizar - medicina, higiene e a reinvenção escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino: as lutas pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Santa Cruz do Sul/ RS: Editora Mulheres, 2003.

_____. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HOLANDA, S. B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. São Paulo: DIFEL, 1978.

_____. *O Brasil Monárquico - Do Império à República*. Tomo II, Vol. 5. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

INCONTRI, D. *Pedagogia Espírita, um projeto brasileiro e suas raízes*. São Paulo, Bragança Paulista: Comenius, 2004.

JACINTHO, R. *Anália Franco, o anjo da caridade*. São Paulo: Editora Luz no Lar, 1996.

LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEITE, R. S. C. Brasil Mulher e nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista de estudos feministas*. vol. 11, n. 1. Florianópolis, jan./ jun. 2003.

LIMA, R. S. S. de e TEIXEIRA, I. S. Ser mãe: o amor materno no discurso católico do século XIX. *Revista Horizonte*. Belo Horizonte, v. 6, n. 12, jun. 2008, pp. 113-126.

LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. de O. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____, FARIA FILHO, L. M. de e VEIGA, C. G. (orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula In: PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, pp.443-481.

LOURO, G. L. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, D. B; BUENO, B. O.; SOUSA, C. P. e SOUZA, M. C. C. *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras Editora, 1997, pp. 77-84.

LUZURIAGA, L. *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Nacional, 1990.

MAGALDI, A. M. B. de M e NEVES, C. V. *Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre as representações em torno do magistério e do "ser professora" (1930-1950)*. Revista Brasileira de História da Educação, nº 15, set./ dez. 2007, pp. 99-116.

MALUF, M. *Ruídos de Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARAFON, G. *O ser mulher educada/educadora e os (des)caminhos do feminino na educação*. Rio de Janeiro, 2006, Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação- Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

MARTIN, L. A. *Educação das mães de família; ou A civilização do Genero Humano pelas mulheres*. Porto: Typ. da Livraria Nacional, 1870.

MARTINS, A. M. S. *Dos anos dourados aos anos de zinco: Análise histórico cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Relatório Final do Projeto de Pesquisa: Resistência ou decadência? Análise histórico-sócio-cultural do trabalho docente no Rio de Janeiro, 1998/2001*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001. (mimeo).

MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIGNOT, A. C.; LEÃO, A. B. de; BRAGANÇA, A. et. al. Entrevista com Roger Chartier. Diálogos Midiológicos 11: da história da cultura impressa à história cultural do impresso. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo – Volume XXVIII, nº 1, jan./jun. 2005, pp. 82-102.

MONTEIRO, E. C. *Anália Franco, a grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Madras, 2004.

MOREL, M. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

MOURÃO, R. R. de F. *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MUZART, Z. L. (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. Inês Sabino. In: _____. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, pp. 591-615.

_____. Anália Franco. In: _____. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, pp. 616-649.

NASCIMENTO, C. V. do e OLIVEIRA, B. J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. *Caderno Pagu*, jul./ dez. n. 29, pp. 429-457, 2007.

NAZZARI, M. *O desaparecimento do dote. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PAIXÃO, S. P. Narcisa Amália. In: MUZART, Z. L. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, pp. 534-552.

PERROT, M. *Mulheres públicas* (Tradução de Roberto Leal Ferreira). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, Prismas, 1998.

_____. À margem: solteiros e solitários. In: _____ (org.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (Tradução Denise Bottman, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 298-302.

_____. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, pp. 09-18, ago./ set. 1989.

PISNSKY, C. B. e PEDRO, J. M. Igualdade e especificidade. In: PISNSKY, J. e PISNSKY, C. B. (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 265-309.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REGIS, C. V. Relatório de Pesquisa: *O ensino superior para mulheres: concepções da União Universitária Feminina*. 2004/2005. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005. (Digitado)

REIS, L. A. dos. *Enciclopédia Brasileira, Biblioteca de Obras Subsidiárias*. Índice de Bibliografia Brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1963.

RIBEIRO, A. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, E., FARIA FILHO, L. M. e VEIGA, C. (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

RIBEIRO JUNIOR, J. *O que é o positivismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

RIVAIL, H. L. D. *Plano Proposto para a Melhoria da Educação Pública* (Tradução Albertina Escudeiro Sêco). Rio de Janeiro: Edições Léon Denis, 2005.

_____. *Textos Pedagógicos*. (Organização, introdução e notas Dora Incontri). São Paulo: Comenius, 1998.

SAMARA, E. de M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. de [et al] *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, Editora da UFRJ, 1987, pp. 25-36.

_____. *A família brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SANTOS, A. C. M. dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SAVIANI, D. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. *O legado educacional do século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUC/PR; Palmas, PR: INICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004, pp. 05-10.

SCHUELER, A. F. M. de. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (corte imperial, 1860-1889) - *Revista de Educação Pública*. Universidade Federal do Mato Grosso, n. 17, 2008a.

_____. Professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro de fins do século XIX: notas sobre a feminização da docência. *Cadernos de Educação, FaE/ UFPel*, Pelotas, n. 22, jan-jun 2004, pp. 119-136.

_____. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890)*. 2002, 278 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

SCHUMAHER, S. e VITAL BRAZIL, É.(orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

SHARPE, P. Julia Lopes de Almeida. In: MUZART, Z. L. (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, vol. 2, pp. 310-349.

SILVA, I. F. da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Portugal Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCXCIII [1893].

SILVA, V. L. G. da. *Sentidos da Profissão Docente*. Estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX, 2004, 248 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Profissão: Professora! In: CAMPOS, M. C. S. de S. e SILVA, V. L. G. da (Orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, pp. 95-122.

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-296.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SOUTO-MAIOR, V. A. Josefina Álvares de Azevedo. In: MUZART, Z. L. *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, pp. 484-499.

SOUZA, M. Z. M. de. *Educar, trabalhar, civilizar no asilo de meninos desvalidos, 1875-1894: caminhos possíveis*. 2008, 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

STEIN, I. *Figuras femininas em Machado de Assis*. São Paulo: Paz e Terra, 1894.

TEIXEIRA, P. E. *O outro lado da família brasileira - mulheres chefes de família (1765-1850)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

TEIXEIRA, R. G. *Os caminhos do professor II: a história do camaleão*. 2001. 56 f. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

VASCONCELOS, E. Joana Paula Manso de Noronha. In: MUZART, Z. L. (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, vol.2, pp. 228-263.

_____. Violante de Bivar e Velasco. In: MUZART, Z. L. (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, pp. 194-207.

_____. Maria Clara da Cunha Santos. In: MUZART, Z. L. (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX (vol.2)*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, vol. 2, pp. 350-385.

_____. Prisciliana Duarte de Almeida. In: MUZART, Z. L. (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX (vol.2)*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, vol. 2, pp. 407-428.

_____. Maria Zalina Rolim. In: MUZART, Z. L. (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX (vol.2)*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, vol. 2, pp. 495-514.

VIANNA, H. *Contribuição a história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIDAL, D. G. Um olhar sobre estudos de gênero em História da Educação no Brasil. In: Moraes, C. C.; PORTES, E. A. e ARRUDA, M. A. (orgs.). *História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 11-26.

_____. e FILHO, L. M. de F. *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas/ SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, O.B. *Precursoras brasileiras*. Rio de Janeiro: A noite. pp. 115- 141,s/d [para BN é 1953].

VILLELA, H. de O. S. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de F. e LOPES, A. de P. C.(orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Alínea, 2008, pp. 29-60.

_____. Imprensa pedagógica e constituição da profissão docente no século XIX: alguns embates. In: GONDRA, J. (Org.). *Dos arquivos à escrita da História. A Educação Brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco, 2001, pp. 97-108.

_____. O Mestre-escola e a Professora. In: LOPES, E. M. T, FARIA FILHO, L. M. de e VEIGA, C. G. (orgs). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 95-134.

_____. A primeira escola normal do Brasil. In: NUNES, C. (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992, pp. 17-42.

XAVIER, L. N. Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). In: SBHE.(Org.) *Educação no Brasil*. Campinas: SBHE/Autores Associados.

XAVIER, T. M. *A personagem feminina do romance de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2005.

Referências Documentais:

O ENSINO PRIMÁRIO. Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1884 e 1885. (Setor de Obras Raras, microfilmado).

A FAMÍLIA. Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1888 a 1894.(Setor de Obras Raras, microfilmado).

O JORNAL DAS SENHORAS. Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1852 a 1855.(Setor de Obras Raras, microfilmado).

O SEXO FEMININO. Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1873 a 1889.(Setor de Obras Raras, microfilmado).

Referências Eletrônicas:

ANÁLIA FRANCO. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_analia_franco.htm> Acesso em 24 set. 2008.

ANTONIO HERCULANO DE SOUZA BANDEIRA FILHO. Disponível em <<http://www.academia.org.br/>> Acesso 13 abr. 2010.

ASSIS, M. de. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl_minisites/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=machadodeassis&tpl=home> Acesso em 15 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007* Brasília: MEC/INEP, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2009/Estudo_Professor_1.pdf> Acesso em 07 de mai. de 2009.

_____. Casa Civil. *Código Comercial de 1850*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0556-1850.htm> Acesso em 18 dez. 2009.

Coleção de Leis do império do Brasil. *Constituição de 1824*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532540&seqTexto=14770&PalavrasDestaque=>> Acesso em 20 set. 2009.

_____. *Decreto nº 1 de 12 de novembro de 1823*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_87.pdf> Acesso em 18 out. 2009.

_____. *Ato Adicional de 1834*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19.pdf>> Acesso 20 jun. 2009.

_____. *Decreto nº 6.479 de 18 de janeiro de 1877*. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1877_v1%20\(597p\)/pdf10.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1877_v1%20(597p)/pdf10.pdf)> Acesso em 29 set. 2009.

_____. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>> Acesso em 20 jun. 2009.

_____. *Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte, Decreto nº 1.331A de 1854*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/1854%20pronto/leis%201854/dec%20n%b01325%20%e0%201331A-pg12-p11.pdf>> Acesso em 10 ago. 2009.

CASTANHA, A. P. *Verbete do Ato Adicional de 1834*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ato_adicional_1834%20.htm#_ftn1>. Acesso em 20 set. 2009.

DEBRET, Jean-Baptiste *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil* Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Educacao/ensino.html> Acesso em 29 jul. 2009.

DIAS, S. M. M. Imprensa feminina, folhetim e histórias de vida. In: *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Belo Horizonte/ MG, de 02 a 06 de setembro 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP13_dias.pdf> Acesso em: 01 maio 2008.

FÉNELON. Biografia disponível em <<http://www.geae.inf.br/pt/biografias/Fenelon.html>> Acesso em 22 dez. 2009.

FLEURY, C. *Índice de personalidades da Colônia* organizado pelo Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/acervo/catalogo/>>

indices.pdf> Acesso em 22 dez. 2009.

GONDRA, J. G. e UEKANE, M. N. Normalistas em pauta. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2346>> Acesso em 13 abr. 2010.

JACQUES OFFENBACH. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Offenbach> Acesso 13 abr. 2010.

NARCISA AMÁLIA DE CAMPOS. Disponível em <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/narcisa_vida.html> Acesso em 13 out. 2008.

MOREIRA, R. *Sistema eleitoral brasileiro: evolução histórica: a lei Saraiva (1881)*. Jus Navigandi, n. 803, set. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3468>> Acesso em: 20 set. 2009.

PRINCESA ISABEL (regências). Disponível em <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/IsabelBr.htm>> Acesso 13 abr. 2010.

PRISCILIANA DUARTE DE ALMEIDA Disponível em <<http://www.mgsulnews.com.br/index.php/historia/filhos-ilustres>> Acesso em 20 fev. 2009.

PROJETO FÊNIX: *resgate da memória em papéis de trapos* da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Fenix_Divulgacao.pdf> Acesso em 29 jul. 2009.

SÁ, C. M. de e ROSA, W. M. *A história da feminização do magistério no Brasil: uma revisão bibliográfica*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/477.pdf>> Acesso em 28 dez. 2009.

SANTOS, D. L.S. O divórcio e a nulidade de casamento: estudos de caso nas tensões na vida conjugal diamantinense de 1863 a 1933. Disponível em <<http://www.docstoc.com/docs/21296679/O-DIVRCIO-E-A-NULIDADE-DE-CASAMENTO>> Acesso em 12 fev. 2010.

SCHLBAUER, A. R. *O estado da arte em História da Educação no Brasil Império: mapeamento preliminar da produção do HISTEDBR nas Jornadas, Seminários e Revista On-Line do HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_012.html> Acesso em 20 fev. 2008.

SOUTHWELL, M. *Juana P. Manso (1819-1875)*. Disponível em <http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/publications/ThinkersPdf/mansos.pdf> Acesso em 21 dez. 2009.

VILLELA, H. e GASPARELLO, A. M. *O discurso educacional no século XIX: a nova pedagogia em questão*. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/405ArletteGasparello_e_HeloisaVillela.pdf> Acesso em 29 set. 2009.

APÊNDICE: Fichas de descrição dos impressos femininos (1832-1894)

TÍTULO: A mulher do simplicio - a mulher exaltada	
PRIMEIRO NÚMERO:	10 mar. 1832 (n.1)
PERIODICIDADE:	Semanal
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Thomas B. Hunt e Ca...
EDITORES/ REDADORES:	Apesar da indicação no n. 1 da autoria “Da Authora” este foi editado por Francisco Paula Brito
Nº PÁGINAS:	04
CIRCULAÇÃO:	1832 - 1846
LINHA EDITORIAL:	Assuntos variados destinados ao público feminino: poesias, contos, culinária, e etc.
NºS. ENCONTRADOS:	10 mar. 1832 e 04 set. 1846
TOTAL	02 exemplares

Fonte: Acervo de Obras Raras BN: PR-SOR 00731 (1); Acervo AN: mapoteca

TÍTULO: A filha única da mulher do simplicio	
PRIMEIRO NÚMERO:	14. mar. 1832 (n. 1)
PERIODICIDADE:	Semanal
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Thomas B. Hunt e Ca...
EDITORES/ REDADORES:	Francisco Paula Brito
Nº PÁGINAS:	04
CIRCULAÇÃO:	1832
LINHA EDITORIAL:	Assuntos variados destinados ao público feminino: poesias, contos, culinária, e etc.
NºS. ENCONTRADOS:	14. mar. 1832 (n 1 e 3)
TOTAL	02 exemplares

Fonte: Acervo Obras Raras BN: PR-SOR 00547 (1)

TÍTULO: A violeta fluminense	
PRIMEIRO NÚMERO:	06 dez. 1857 ¹⁴⁵
PERIODICIDADE:	Semanal (domingo)
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: F. A. de Almeida
EDITORES/ REDATORES:	Não identificado
Nº PÁGINAS:	04
CIRCULAÇÃO:	1857- 1858
LINHA EDITORIAL:	Folha critica e literária dedicada ao bello sexo
NºS. ENCONTRADOS:	06 dez. 1857 (n. 1) a 31 jan. 1858 (n. 2-6)
TOTAL:	06 exemplares

Fonte: Acervo Obras Raras BN: PR-SOR 02784 e PR-SOR 02804

TÍTULO: O Bello Sexo	
PRIMEIRO NÚMERO:	21 ago. 1862 (n.1, vol. 1)
PERIODICIDADE:	Não identificado
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Impresso na Oficina Popular da Rua Nova do Ouvidor, n. 09
EDITORES/ REDATORES:	Julia de Albuquerque Sandy Aguiar
Nº PÁGINAS:	04 páginas
CIRCULAÇÃO:	ago.- set. 1862
LINHA EDITORIAL:	Enfatizava a religiosidade, a instrução e o lazer feminino
NºS. ENCONTRADOS:	21 ago. 1862 (n.1, vol. 1); 31 ago. 1862 (n. 1, vol. 2); 07 set. 1862 (vol. 3); 12 set. 1862 (vol 4); 21 set. 1862 (vol. 5); 28 set. 1862 (vol.6)
TOTAL:	06 exemplares

Fonte: Acervo Obras Raras BN: PR-SOR 00080 (1)

¹⁴⁵ O n. 01 não consta no rolo microfilmado, informação obtida na folha de rosto do rolo microfilmado na BN.

TÍTULO: Jornal das Famílias	
PRIMEIRO NÚMERO:	Jan. 1863 (Tomo I, n. 1)
PERIODICIDADE:	Mensal
TIPOGRAFIA:	Rua do Ouvidor, 65, livraria de B. L. Garnier, Rio de Janeiro, e Rua de l'Abbaye, 14, em Paris
EDITORES/ REDATORES:	Baptiste Louis Garnier, escrito por homens e mulheres entre eles: Machado de Assis
Nº PÁGINAS:	32 páginas
CIRCULAÇÃO:	1863 (Tomo I)- 1878 (Tomo XVI)
LINHA EDITORIAL:	Revista ilustrada, recreativa, artística e etc., dedicada aos interesses domésticos das famílias brasileiras
NºS. ENCONTRADOS:	Tomo I – jan. -mar. 1863 (ns. 1-3); Tomo II – jan. – dez. 1864 (ns. 1-12); Tomo III - jan. – dez. 1865 (ns. 1-12); Tomo IV - jan. – dez. 1866 (ns. 1-12); Tomo V - jan. – dez. 1867(ns. 1-12); Tomo VI - jan. – dez. 1868 (ns. 1-12).
TOTAL:	75 exemplares

Fonte: Acervo Obras Raras BN: PR-SOR 03280 (1-8)

TÍTULO: O Domingo	
PRIMEIRO NÚMERO:	23 nov. 1873 (anno 1, n. 1)
PERIODICIDADE:	Semanal
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Typ. da Lyra de Apollo da Rua da Alfândega, n. 183
EDITORES/ REDATORES:	Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco
Nº PÁGINAS:	06 páginas
CIRCULAÇÃO:	1873 - 1875
LINHA EDITORIAL:	Semanário literário, recreativo e noticioso
NºS. ENCONTRADOS:	Anno I – 23 nov. 1873 a 29 nov. 1874 (ns. 1-31, 34, 40-41, 45-54); Anno II – 10 jan. a 09 mai. 1875 (ns. 55-61, 63-64, 66, 70-71) ¹⁴⁶
TOTAL:	54 exemplares

Fonte: Acervo Obras Raras BN: PR-SOR 03433

¹⁴⁶ Faltam os ns. 32-33, 35-39, 42-44 (jun., jul., ago., set. de 1874); n. 62, 65, 67-69 (mar., abr. de 1875).

TÍTULO: Echo das Damas	
PRIMEIRO NÚMERO:	18 abr. 1879
PERIODICIDADE:	Revista semanal
TIPOGRAFIA:	Typ. Cosmopolita; Typ. Echo das Damas
EDITORES/ REDATORES:	Amélia Carolina da Silva Couto ¹⁴⁷
Nº PÁGINAS:	04 páginas
CIRCULAÇÃO:	1879 - 1888 ¹⁴⁸
LINHA EDITORIAL:	Semanário dedicado aos interesses da mulher, critico, recreativo, scientifico e litterario.
NºS. ENCONTRADOS:	18 abr.-mai., jul.-ago. 1879; jan, mar, mai., 26 ago. 1888
TOTAL:	32 exemplares

Fonte: Acervo de Obras Raras: PR-SOR 03549 (1)

TÍTULO: República das Moças	
PRIMEIRO NÚMERO:	12 out 1879
PERIODICIDADE:	Não identificado
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Redação e Impressão na Rua da Alfândega, n. 210
EDITORES/ REDATORES:	Não identificado
Nº PÁGINAS:	08 páginas
CIRCULAÇÃO:	1879
LINHA EDITORIAL:	Defender os interesses da mulher
NºS. ENCONTRADOS:	Únicos exemplares na BN: 12-19 out 1879 (n. 1-2)
TOTAL:	02 exemplares

Fonte: Acervo Obras Raras BN: PR-SOR 03554

¹⁴⁷ Colaboradoras: Emiliana de Morães, Anália Emílio Franco, Maraia Zelina Polvir e Ignês Salurio Pinho Mara identificadas na folha de rosto do jornal.

¹⁴⁸ Publicação interrompida em 1880, reapareceu em 1885.

TÍTULO: Primavera	
PRIMEIRO NÚMERO:	29 ago 1880
PERIODICIDADE:	Semanal
TIPOGRAFIA:	Typ. da primavera, Rua Larga de S. Joaquim, 127 (sobrado- mesmo local onde funcionava o Externato S. Luiz)
EDITORES/ REDATORES:	Francisca Senhorinha da Mota Diniz
Nº PÁGINAS:	04 páginas
CIRCULAÇÃO:	1880
LINHA EDITORIAL:	Instrutiva e noticiosa
NºS. ENCONTRADOS:	29 ago a 31 out 1880 (n. 1-8) ¹⁴⁹
TOTAL:	08 exemplares

Fonte: Acervo Obras Raras BN: PR-SOR 03989 (1)

TÍTULO: O Progresso Educador	
PRIMEIRO NÚMERO:	01 e 15 jul. 1894 (n. 1e n. 2)
PERIODICIDADE:	Quinzenal
TIPOGRAFIA:	Rio de Janeiro: Redação e impressão na Rua do Senado, n.143.
EDITORES/ REDATORES:	Profesoras: Teresa Gandini e Regina Gherda
Nº PÁGINAS:	08 páginas
CIRCULAÇÃO:	1894
LINHA EDITORIAL:	“Periódico exclusivamente dedicado à educação” (1894, p. 01)
NºS. ENCONTRADOS:	Anno I -1894: 01 e 15 jul. (n. 1, p. 01 a 08, n. 2, p. 09 a 16); 01 ago. (n. 3 p. 17 a 24); 15 set. (n. 5, p. 33 a 44); 15 out. (n. 6, p. 45 a 52); 31 out. (n. 7, p. 53 a 57, incompleto)
TOTAL:	06 exemplares

Fonte: Acervo de periódico BN: 1-453, 01, 03.

¹⁴⁹ Não consta no rolo microfilmado o n. 04 de setembro de 1880.